



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

VIVIANE DA SILVA SOUZA

**Trabalho e Proteção Social na Experiência do Polo de
Confecção de Pernambuco: os fios dessa relação**

Recife, 2012.

VIVIANE DA SILVA SOUZA

**Trabalho e Proteção Social na Experiência do Polo de
Confecção de Pernambuco: os fios dessa relação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Elizabete Mota.

Recife, 2012.

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S729t Souza, Viviane da Silva
Trabalho e proteção social na experiência do Polo de confecção de Pernambuco: os fios dessa relação / Viviane da Silva Souza. - 2012.
165 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Elizabete Mota.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2012.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Fluxo de trabalho. 2. Força de trabalho. 3. Ambiente de trabalho. I. Mota, Ana Elizabete (Orientadora). II. Título

361 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2017 – 191)

Viviane da Silva Souza. *Trabalho e Proteção Social na Experiência do Polo de Confeção de Pernambuco: os fios dessa relação*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.
Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.
Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovado em 11 de junho de 2012 pela banca examinadora constituída pelas seguinte professoras:

Prof.^a Dr.^a Ana Elizabete Mota (UFPE - Orientadora e Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Angela Santana do Amaral (UFPE - Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Idê Gomes Dantas Gurgel (UFPE - Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Juliane Feix Perruzo (UFPE - Suplente Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Maria das Graças e Silva (UFPE - Suplente Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Recife, 11 de junho de 2012.

*Ao meu pai Luiz Lúcio (in memoriam)
e a minha mãe Valdenice Souza por
terem me ensinado a enxergar o
mundo de outra forma. E ao meu
noivo Miguel da Hora por
compartilhar a vida de uma maneira
especial.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar comigo em todos os momentos.

A minha família de perto e de longe. Especialmente aos meus pais, Luis Lúcio (*in memorian*) e Valdenice Souza pelo o seu amor incondicional e pela presença constante em minha vida.

A Miguel da Hora, meu noivo, pelos elogios e admiração que sempre demonstrou ao longo da minha caminhada acadêmica e por fazer o impossível para ajudar.

Aos meus amigos Eduardo e Rose, Alice e Ítalo, Daniel e Ilka, Raquel e Valéria, pelos momentos de risadas, sonhos e de pura amizade.

Aos Getian@s, pelas possibilidades de ampliação do conhecimento e de amizades construídas que ficarão para sempre.

À minha orientadora Ana Elizabete Mota por acreditar e confiar no meu trabalho e por contribuir diretamente na minha formação acadêmica e profissional. Minha sincera admiração.

À professora Angela Amaral pela sua presença e constante incentivo na construção da pesquisa. E por participar de momentos importantes da minha formação desde a graduação.

Às professoras Juliane Perruzo e Maria das Graças por aceitarem contribuir com este trabalho, com certeza com valiosas questões, e pela vivência respeitosa e sincera no GET.

À Pós-Graduação pelas possibilidades de construção da pesquisa e pelo constante apoio na sua finalização.

Aos trabalhadores de Toritama que abriram as portas das suas casas por acreditarem na importância desta pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa centra-se na dinâmica do polo de confecções do Agreste de Pernambuco, mais especificamente na realidade do município de Toritama. Esta dinâmica produtiva compõe um dos arranjos produtivos locais (APLs) do Estado, sendo constituída por micro e pequenas indústrias, lavanderias, facções, fabricos e feiras locais (ou feiras da *sulanca*) que atuam através das etapas ou subetapas do processo produtivo na produção e na comercialização das mercadorias. No cenário brasileiro, os APLs têm sido apontados como estratégia de interiorização do desenvolvimento no país. Atualmente políticas e programas de fomento aos APLs são incentivados por órgãos públicos e privados em face da possibilidade de crescimento e desenvolvimento econômico local/regional, através da integração de diversos setores da sociedade civil em torno de investimentos e apoio institucional aos micro e pequenos empreendimentos. Todavia o APL de confecções de PE se desenvolve, principalmente, mediante uma rede de subcontratação, ou seja, se espraiam unidades produtivas desregulamentadas (facções e fabricos) em torno de micro e pequenos empreendimentos que terceirizam fases ou etapas da cadeia produtiva de confecções. Embora os discursos conferidos nas agências e órgãos governamentais de apoio aos APLs ratifiquem que o desenvolvimento econômico na região deve vir acompanhado de um desenvolvimento social não identificamos nenhum movimento que comprove esta prerrogativa no município de Toritama. Visto que, a lógica do desenvolvimento local por meio de uma cadeia de trabalhadores cooperados pela via da subcontratação e terceirização constitui na verdade um contingente de trabalhadores superexplorados e em situação de precariedade, tanto no que se refere ao ambiente e relações de trabalho quanto ao exercício dos direitos de proteção social. Logo, o nosso objetivo consistiu em analisar as condições de trabalho dos trabalhadores inseridos na cadeia produtiva de confecções do município de Toritama-PE e os rebatimentos da inserção produtiva dos trabalhadores no exercício aos direitos de Seguridade Social, como Saúde e Previdência Social. Para este fim, nos indagamos como os trabalhadores da cadeia produtiva de confecção das unidades produtivas domiciliares de Toritama-PE exercitam o direito a Seguridade Social? Partimos do pressuposto que frente à ausência de políticas de Seguridade Social - os trabalhadores ocupados nas unidades produtivas procuram atender suas necessidades através da compra de serviços no mercado ou permanecem entregues a própria sorte. A realidade de Toritama nos revela que o núcleo da superexploração do trabalho encontra-se no fato dos trabalhadores utilizarem parte da renda/salário para suprir as suas necessidades em face da ausência e carência de políticas, serviços e equipamentos sociais públicos, o que torna ainda mais precária sua condição de vida e de trabalho porque a reprodução do trabalhador e da sua família passa a depender quase que exclusivamente do seu ganho/salário.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais. Trabalho. Superexploração do Trabalho e Proteção Social.

ABSTRACT

This research focuses on the dynamics of Polo clothing Agreste of Pernambuco, more specifically the reality of the city of Toritama. This dynamic production consists of a local productive arrangements (LPAs) state, consisting of micro and small industries, laundries, factions, local fairs and a manufacturing process (or fairs Sulanca) acting through the steps and substeps of the production process in the production and marketing of goods. In the Brazilian scenario, the clusters have been suggested as a strategy of internal development in the country. Currently policies and programs to encourage LPAs are encouraged by public agencies and private given the possibility of economic growth and development local / regional through the integration of various sectors of civil society around investments and institutional support to micro and small enterprises. However, the LPA clothing PE develops mainly through a network of subcontracting, in other words, production units spread deregulated (factions and a manufacturing process) around micro and small enterprises that outsource phases or stages of the production of confections. Although the speeches conferred on agencies and government support to ratify LPAs that economic development in the region must be accompanied by a social movement that did not identify any proof that prerogative in the city of Toritama. Since the logic of local development through a chain of cooperative workers through subcontracting and outsourcing is in fact a number of workers overexploited and in precarious situation, both in relation to the environment and labor relations on the exercise of the rights of social protection. Therefore, our objective was to analyze the working conditions of workers employed in the garment production chain in the city of Toritama-PE and the reverberations of the productive involvement of employees in the exercise of the rights of Social Security, and Health and Welfare. To this end, we ask ourselves how the workers of the production chain of manufacture of production units for home in the city of Toritama-PE exercise the right to Social Security? We assume that the front of the absence of Social Security policies - workers employed in production units try to meet their needs by buying services remain on the market or delivered to their own devices. The reality of Toritama reveals that the core of the overexploitation of labor is the fact that the workers use part of the income / salary to meet their needs in the face of absence and lack of policies, services and public social, which makes it even more precarious condition of his life and work because the reproduction of the worker and his family has to depend almost exclusively on their gain / salary.

Keywords: Local Productive Arrangements. Work. Overexploitation of Labor and Social Protection.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 - Cadeia Produtiva do APL de Confecções do Agreste de PE.....	30
Figura 2 - Na entrada da facção.....	68
Figura 3 - Na janela de um domicílio.....	68
Figura 4 - Na frente de uma facção.....	69
Figura 5 - Processo Produtivo da Confecção das Mercadorias em <i>jeans</i>	82
Figura 6 - Facção.....	84
Figura 7 - Local de Costura da Facção.....	84
Figura 8 - Condições de Trabalho.....	84
Figura 9 - Entrada da Facção.....	84
Mapa 1 - APLs Prioritários de Pernambuco GTP – APL do MDIC em 2008.....	24
Mapa 2 - Municípios sob influência do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.....	28

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Aspectos comuns das abordagens de aglomerados locais.....	22
Quadro 2 - Função Desempenhada.....	72
Quadro 3 - Estabelecimentos de Saúde Públicos de Toritama - PE.....	99
Tabela 1 - Valor Pago por Unidade Produtiva.....	73
Tabela 2 - Número de Trabalhadores segundo Setores e Subsetores de Atividade Econômica - Municípios Selecionados / 2009.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa Etária dos Trabalhadores.....	65
Gráfico 2 – Escolaridade dos Trabalhadores.....	66
Gráfico 3- Há Quanto Tempo Reside no Município.....	70
Gráfico 4 - Bairro que os Trabalhadores Residem.....	70
Gráfico 5 - Remuneração/Salário do Trabalhador.....	73
Gráfico 6 - Domicílios Particulares Permanentes <i>versus</i> Renda Domiciliar Mensal <i>Per Capita</i>	75
Gráfico 7 - Jornada Diária de Trabalho.....	78
Gráfico 8 - Tempo de Trabalho no Setor de Confecções.....	81
Gráfico 9 - Acesso aos Serviços Públicos de Saúde em Toritama.....	98
Gráfico 10 - Possui Gasto com Saúde?.....	100
Gráfico 11 - Utiliza os Serviços de Saúde de outros Municípios?.....	101
Gráfico 12 - Recebe algum Benefício Social?.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT - Associação Brasileira da Indústria

ABRAVEST - Associação Brasileira do Vestuário

Acic - Associação Comercial e Empresarial de Caruaru

Acit - Associação Comercial e Industrial de Toritama

AD Diper – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

ALPF - Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama

Anfip - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

APEX Brasil - Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos

APLs - Arranjos Produtivos Locais

ASCAP - Associação do Confeccionista de Santa Cruz do Capibaribe

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

BPC–LOAS - Benefício de Prestação Continuada

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNPq - Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de PE

Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPRH - Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e
Administração de Recursos Hídricos

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CTM - Centro Tecnológico da Moda de Caruaru

DATASUS - Banco de Dados do Sistema Único de Saúde

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIs – Distritos Industriais

DRU – Desvinculação das Receitas da União

EACS - Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do estado de PE

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho e Serviço

FIEPE - Federação das Indústrias de PE

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUMIN - Fundo Multilateral de Investimentos

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

GTP APL - Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais

HEMOPE - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de PE

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IEL - Instituto Euvaldo Lodi

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPA - Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária

IPEA - Pesquisas Econômicas Aplicadas

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

LAFEPE - Laboratório Farmacêutico do estado de PE

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDS - Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome

MPS – Ministério da Previdência Social

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PBF – Programa Bolsa Família

PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo

PIB – Produto Interno Bruto

PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PMCs - Planos de Melhoria de Competitividade

PMEs – Pequenas e Médias Empresas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA - Plano Plurianual

PROAPL - Programa de Produção, Difusão e Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais

RDs - Regiões de Desenvolvimento

RedeSist - Rede de Pesquisa em Sistemas Inovativos Locais (alterar formato)

Saeb - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SDEC – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

SECTMA - Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SINDIVEST - Sindicato das Indústrias do Vestuário

SISTEC - Sistema Estadual de Ciência &Tecnologia

SPIs – Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 - A Estratégia do Desenvolvimento Local: a experiência do Arranjo Produtivo de Confeções do Agreste de Pernambuco.....	9
1.1. Notas sobre a Abordagem dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) na realidade Brasileira.....	9
1.2. O Exemplo do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confeções de Pernambuco: situando a realidade.....	28
2 - Precarização e Desproteção Social na Cidade do <i>Jeans</i>- Toritama/PE: elementos para uma análise.....	41
2.1. A Lógica Destrutiva do Capital: flexibilização e desregulamentação do trabalho.....	41
2.2. A nova morfologia do trabalho: Precarização e Superexploração da Força de Trabalho.....	51
2.3. O Trabalho Precário no APL de Confeções: o caso da cidade do <i>jeans</i> - Toritama/PE.....	57
2.3.1. O Trabalho em Domicílio na Cadeia Produtiva de Confeções de <i>Jeans</i>	64
3 - Trabalho e Proteção Social: tendências e contradições no APL de Confeções.....	88
3.1. Breves Elementos sobre a Proteção Social Brasileira e suas Tendências Contemporâneas.....	88

3.2. As Políticas de Proteção Social no APL de Confeccões e os Impactos para Classe Trabalhadora - o exemplo de Toritama-PE.....97

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....118

REFERÊNCIAS.....128

ANEXOS

ANEXO A - BID e Pernambuco iniciam cooperação para promover arranjos produtivos locais do Estado

ANEXO B - Indústria têxtil e de confeccões ganham conselho em Pernambuco

ANEXO C - Agefepe concederá R\$ 1 milhão em crédito para micros e pequenas empresas do setor têxtil

ANEXO D - Globo NE acompanhou mudanças no polo de confecção do Agreste

ANEXO E - (JC - Cidades) Lavanderias punidas por poluição

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro da Pesquisa de Campo

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Informado

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa centra-se na dinâmica do polo de confecções do Agreste de Pernambuco, mais especificamente na realidade do município de Toritama¹. Esta dinâmica produtiva compõe um dos arranjos produtivos locais (APLs) do Estado, sendo constituído por micro e pequenas indústrias, lavanderias, facções, fabricos e feiras locais (ou feiras da *sulanca*) que atuam através das etapas ou subetapas do processo produtivo na produção e na comercialização das mercadorias.

No cenário brasileiro, os APLs² têm sido apontados como estratégia de interiorização do desenvolvimento no país. Atualmente políticas e programas de fomento aos APLs são incentivados por órgãos públicos e privados em face da possibilidade de crescimento e desenvolvimento econômico local/regional, através da integração de diversos setores da sociedade civil em torno de investimentos e apoio institucional aos micro e pequenos empreendimentos.

Na literatura e documentos técnicos sobre os arranjos produtivos locais são ressaltadas, dentre outros, a articulação de segmentos distintos de empresas, instituições públicas, privadas, associações etc., em torno do desenvolvimento econômico de uma única cadeia produtiva, tendo como base para sua existência a proximidade geográfica dos agentes produtivos.

No que diz respeito ao APL de confecção, conforme dados da RedeSist o setor de confecção do Estado é considerado o 3º maior do Brasil, atrás apenas para São Paulo e Rio de Janeiro (chega atingir 13% do setor no país).

¹ Destaca-se na confecção e lavagem das peças em *jeans* (calças, jaquetas, bermudas etc.),

² Os Arranjos Produtivos Locais fazem parte da política de desenvolvimento econômico do Governo Federal desde o ano de 2004, através da sua incorporação no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e PPA 2008-2011 juntamente com um Programa 0419 - Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas e com a instituição do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL - (MDIC, 2010).

O que representa aproximadamente 7% do PIB de PE, correspondendo há um faturamento de R\$ 1,7 bilhão ao ano (NOTA TÉCNICA 02). Esses dados mostram a importância em termos econômicos da produção e comercialização das mercadorias de vestuário do polo de confecções para o Estado.

Todavia o APL de confecções de PE se desenvolve, principalmente, mediante uma rede de subcontratação, ou seja, se espraiam unidades produtivas desregulamentadas (facções e fabricos) em torno de micro e pequenos empreendimentos que terceirizam fases ou etapas da cadeia produtiva de confecções. Atualmente, com a expansão da produção, cidades circunvizinhas aos municípios de referência (Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe) integram o processo produtivo através das unidades produtivas em domicílios (facções), envolvendo famílias inteiras na produção e comercialização das mercadorias/peças de vestuário.

A proposta do desenvolvimento regional, tão propagado pelas instituições de apoio técnico e financeiro aos APLs, apresenta questões que merecem ser objetos de pesquisa como o processo de trabalho, as condições de vida dos trabalhadores e os seus rebatimentos, os mecanismos de proteção social, dentre outros. Pois, são aspectos pouco explorados na literatura específica dos APLs.

O destaque econômico regional dos municípios que compõem o polo de confecção, a elevada oferta de trabalho/ocupação, com um expressivo quantitativo de trabalhadores que sobrevivem, sobretudo, do trabalho da cadeia produtiva de confecções nos fez questionar as condições de trabalho e o exercício aos direitos de Seguridade Social dos trabalhadores.

Entendemos que APL de confecção é resultado das atuais configurações do mundo do trabalho que fragmenta e precariza os trabalhadores diante de diversos processos de trabalho flexíveis: subcontratado, parcelar, domiciliar etc., instituindo um novo perfil de trabalhador, autônomo, empreendedor, competitivo e adaptável às mudanças

do mercado como estratégia para aumentar a produtividade do capital e os seus rendimentos diante de uma maior exploração do trabalhador.

Partimos da compreensão que a discussão acerca dos mecanismos de proteção social não pode estar desvinculada da discussão mais ampla sobre o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das novas configurações do mundo do trabalho que afetam significativamente as condições de vida dos trabalhadores.

O capitalismo contemporâneo vem explicitando nas últimas décadas, uma configuração que acentua a sua lógica centralizadora e degradante, no cenário de pobreza, elevado contingente de trabalhadores desempregados ou subcontratados e de profunda desigualdade social que são expressões de uma sociabilidade voltada e centrada nos interesses de uma classe dominante que detêm os meios de produção e a riqueza socialmente produzida.

Como exemplo, temos a cadeia produtiva de confecções de Toritama composta majoritariamente por mulheres e por trabalhadores em domicílios que, para sobreviverem e se manterem como sujeito ou unidade produtiva integrante da cadeia, se submetem a uma intensiva e extensiva jornada de trabalho. As unidades produtivas desregulamentadas são conduzidas por arranjos familiares - 49,5% dos domicílios dependem exclusivamente da renda do trabalho familiar para sobreviver (FUNDAJ, 2008) -, com a predominância do salário por peça/produção, que obscurece a categoria tempo de trabalho socialmente necessário.

Este município se sobressai em termos econômicos, pela intensa produção e comercialização das mercadorias de vestuário em *jeans* e pelo elevado número de trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente na cadeia produtiva de confecções com vínculo informais e condições precárias de trabalho.

Ainda que existam diferenciados estatutos de trabalho, tais como o assalariamento, o trabalho em domicílio, por peça e por conta própria, observa-

se que as jornadas de trabalho, a intensificação, as instalações físicas e ambientais aliado com a inexistência e insuficiência de políticas de proteção social são compatíveis com o que Marini (2005) denomina de superexploração do trabalho.

Embora os discursos conferidos nas agências e órgãos governamentais de apoio aos APLs ratifiquem que o desenvolvimento econômico na região deve vir acompanhado de um desenvolvimento social não identificamos nenhum movimento que comprove esta prerrogativa no município de Toritama. Visto que, a lógica do desenvolvimento local por meio de uma cadeia de trabalhadores cooperados pela via da subcontratação e terceirização constitui na verdade um contingente de trabalhadores superexplorados e em situação de precariedade, tanto no que se refere ao ambiente e relações de trabalho quanto no exercício aos direitos de proteção social.

A cultura empreendedora e o trabalho “autônomo” na região são considerados oportunidades de mudança nas condições de vida dos trabalhadores, apesar de não observamos na pesquisa objetivamente uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores. Ao contrário disso, temos pobreza, precariedade e desproteção social. Pois, o trabalho intensivo e prolongado característico do trabalho em domicílio e o acesso à renda não podem servir de parâmetro de transformação de vida ou até mesmo de mudança de classe social.

A inserção produtiva e a renda, somente, não asseguram melhores condições de vida para os trabalhadores, pois os mecanismos de superexploração do trabalho, ao mesmo tempo em que trazem maiores rendimentos e lucros para um setor da sociedade, que detém a riqueza socialmente produzida, provoca concomitantemente um empobrecimento dos trabalhadores e um aprofundamento da desigualdade social.

Neste sentido é importante salientar que a precariedade e/ou inexistência das políticas sociais nos territórios que compõem o APL revelam a dimensão da intervenção do Estado, em especial no âmbito da Saúde e da

Previdência, posto que identificamos a existência de ações no âmbito da Assistência Social.

No entanto, os micro e pequenos empreendimentos formalizados/regularizados encontram apoio e legalização do Estado para aumentar a exploração da força de trabalho através da terceirização (interna e externa à fábrica), ao mesmo tempo em que responsabiliza os trabalhadores pela situação de precariedade e desproteção social.

Logo, a partir da realidade do APL de confecções o objetivo deste trabalho consistiu em analisar as condições de trabalho dos trabalhadores inseridos na cadeia produtiva de confecções do município de Toritama-PE e os rebatimentos da inserção produtiva dos trabalhadores no exercício aos direitos de Seguridade Social, como Saúde e Previdência Social. Para assim, desvelar as contradições na relação trabalho e proteção social no contexto de desenvolvimento regional/local. Para este fim, nos indagamos *como os trabalhadores da cadeia produtiva de confecção das unidades produtivas domiciliares de Toritama-PE exercitam o direito a Seguridade Social?*

Partimos do pressuposto que frente à ausência de políticas de Seguridade Social - os trabalhadores ocupados nas unidades produtivas procuram atender suas necessidades através da compra de serviços no mercado ou permanecem entregues a própria sorte. O que confirma que o núcleo da superexploração dos trabalhadores do polo de confecções consiste no fato dos mesmos utilizarem parte da sua renda para suprir suas necessidades em face da ausência de serviços públicos, o que torna ainda mais precária sua condição de vida e trabalho porque a reprodução do trabalhador e da sua família passa a depender quase que exclusivamente do seu ganho.

O desenvolvimento da pesquisa foi baseado no método do materialismo histórico dialético, teoria marxiana. A nossa pesquisa possui um enfoque qualitativo, entretanto, com a utilização de dados secundários que caracterizam o cenário social, econômico e político da região. Além das condições de

trabalho e das políticas sociais do município, através de fontes estatísticas, censos e banco de dado.

O nosso universo de pesquisa foram os trabalhadores das unidades produtivas desregulamentadas em domicílios, denominadas de facções ou fabricos. Realizamos a coleta de dados através de visitas de campo às unidades produtivas e entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores. Com base no roteiro de pesquisa, termo de consentimento informado³, diário de campo e observações das condições de trabalho com registro fotográfico⁴. Nas entrevistas elencamos três principais questões: *perfil do trabalhador; trabalho e renda; e acesso aos serviços de proteção social como saúde e previdência social.*

Inicialmente utilizamos o banco de dados da FUNDAJ de 2008 para definir geograficamente as unidades produtivas em domicílios pesquisadas. Devido à concentração de trabalhadores em domicílios definimos três principais bairros para coleta dos dados, Planalto, Independente e Cohab, situados na “periferia” de Toritama. Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente em cada unidade produtiva visitada, o que resultou em dezenove (19) realizadas no período de 07 de novembro de 2011 a 11 de novembro de 2011.

As informações coletadas centralizaram-se na percepção dos trabalhadores enquanto sujeitos instituídos de história e de poder de transformação da realidade, de tal modo que partimos dos relatos e depoimentos sobre as condições de trabalho, o acesso dos trabalhadores as políticas, serviços e equipamentos de proteção social e estratégias e/ou saídas encontradas pelos trabalhadores frente à desproteção social.

Após a coleta de campo, as informações foram sistematizadas em quadros de análises e agrupadas em categorias que nos auxiliaram na compreensão e exposição dos dados.

³ Vide apêndice.

⁴ Na coleta de campo contamos com o apoio e presença da bolsista de iniciação científica Bárbara Sampaio Ramos do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GET).

Frente à realidade de pesquisa, o nosso estudo está organizado em três momentos (capítulos), no primeiro recorreremos às propostas e princípios que revestem a lógica do arranjo produtivo local (APL) e a sua conotação e particularidade no país periférico como Brasil.

No segundo, partimos para uma discussão das transformações nas relações e condições de trabalho e na tendência de relações precarizadas e superexploradas em resposta ao capital mundializado, nas relações de dependência e submissão dos países periféricos sob os centrais. Sendo estes mecanismos utilizados para extrair maiores lucros e garantir o ciclo reprodutivo do capital. Ainda neste momento, identificamos as condições de trabalho dos trabalhadores inseridos em unidades produtivas domiciliares no município de Toritama e analisamos o ciclo da cadeia produtiva que é informal, fragmentada e flexível. Através da própria concepção de vida e relato dos trabalhadores procuramos conhecer as suas saídas ou alternativas encontradas frente à desproteção do trabalho.

E no terceiro e último momento, discutimos a concepção de Seguridade Social no contexto de contrarreformas do Estado e as suas tendências no formato e configuração das políticas de proteção social brasileira. O que nos foi necessário para discutir a desproteção social dos trabalhadores em Toritama que não deixa de ser reflexo desse movimento maior de reconfiguração do Estado com a desresponsabilização pública nas expressões da questão social e no atendimento das necessidades da classe trabalhadora. Assim como, os rebatimentos da insuficiência ou inexistência de políticas, serviços e equipamentos de proteção social para “classe que vive do trabalho”, nos termos de Antunes (2005).

É importante salientar que a definição do objeto de pesquisa resultou da vivência no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GET) do Departamento de Serviço Social da UFPE. Através das experiências de

Iniciação Científica e Estágio Curricular I e II⁵, em 2009 e posteriormente como bolsista e mestranda da Pós-Graduação em Serviço Social.

Estas aproximações foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa que ora se apresenta, pois permitiu uma leitura crítica da realidade e um aprofundamento de alguns aspectos já sinalizados na pesquisa de conclusão de curso. Todavia, pela própria complexidade da realidade várias questões nos foram desvendadas, inclusive o carácter e a limitação da nossa pesquisa não permitiu esgotar toda essência e contradições de uma realidade tão expressiva como a dinâmica da cadeia produtiva de confecções de Toritama.

⁵ No momento, a nossa realidade de pesquisa e de estágio se realizou no município de Toritama o que resultou na elaboração do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social⁵ onde apresentamos uma discussão entre crescimento econômico e desenvolvimento social aliado aos limites e desafios da operacionalização da Política de Assistência Social no município. Trabalho de autoria de Viviane Souza e Luanne Alves sob orientação da Prof.^a Ana Elizabete Mota.

CAPÍTULO 1

A Estratégia do Desenvolvimento Local: a experiência do Arranjo Produtivo de Confeções do Agreste de Pernambuco

1.1. Notas sobre a Abordagem dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) na realidade Brasileira

Para entendermos a dinâmica dos Arranjos produtivos Locais (APLs) na realidade brasileira faz-se necessário considerar algumas particularidades dos modelos produtivos, que se tornaram exemplos “bem sucedidos”, a nível internacional, do denominado desenvolvimento local/regional, assim como a sua influência para os países periféricos como o Brasil.

Pesquisadores e estudiosos sobre o tema apontam que a partir da década de 90 a discussão sobre o desenvolvimento local é mais fortemente incorporada na pauta das políticas públicas federais e nas agências nacionais e internacionais em prol do desenvolvimento econômico, o que se explicita nos documentos e eventos promovidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no mesmo período (SILVA, 2006).

A proposta do desenvolvimento local traz consigo a importância da presença de um conjunto de elementos como: governança, cooperação, território, capital social, inovação, flexibilidade etc., que são mencionados como necessários para o desenvolvimento econômico autossustentável de uma região ou país. Para ilustrar esta realidade, temos a experiência dos distritos industriais (DIs) da *Terceira Itália*⁶ utilizada por estudiosos e formuladores de

⁶ Envolve as seguintes regiões: Vêneto, Trentino, Friuli-Venezia Giulia, Emilia-Romagna, Toscana, Marche e uma parte da Lombardia (GURISATTI, 1999). Juntamente com esta região

políticas públicas como um exemplo “que deve ser seguido”, devido ao seu sucesso, sobretudo, econômico.

Para Becattini (1999), à aglomeração de pequenas unidades produtivas, que visivelmente apresentava um desfavorecimento no que diz respeito à capacidade de comercialização, de escala produtiva, acesso à rede de créditos etc., e mesmo assim conseguiu expandir sua produção interna e externamente, atingindo um aumento nos lucros e na oferta de empregos fez com que diversos especialistas buscassem realizar estudos e pesquisas sobre a realidade dos distritos da Terceira Itália.

Assim, os princípios organizativos mais gerais dos DIs são apreendidos como possibilidade de desenvolvimento, inclusive em países subdesenvolvidos, para atingir um nível de crescimento econômico com impactos no âmbito social. Uma das particularidades dos DIs é a sua especialização na produção de mercadorias consideradas “tradicionais” como o setor de vestuário, calçados, móveis e alimentos, o que faz despertar o interesse das instituições públicas de planejamento dos países em desenvolvimento no sentido de buscarem novos pilares para nortear as políticas, visto que também produzem tais ramos produtivos (SILVA, 2006).

Os distritos industriais Italianos estão localizados no norte, centro e nordeste do país, sendo a província da Emilia-Romagna uma das mais conhecidas da região. Estes distritos apresentam aglomerações setoriais (*clusters* de empresas), principalmente médias e pequenas, de um mesmo setor industrial ou mesma cadeia produtiva, “*no sentido de que contêm todos os processos e serviços, prévios e subsequentes (upstream e downstream), necessários à manufatura de uma família de produtos (como artefato de cerâmica ou malharia, por exemplo)*” (SENGENBERGER; PIKE, 1999, p. 103-104).

os especialistas referenciam também a dinâmica produtiva do noroeste Italiano, Rhone-Alpes na França, Baden-Wurtemberg e Bavieira na Alemanha, Suíça e Austrália que compõe uma magrorregião europeia comumente chamada de área de desenvolvimento do Arco Alpino.

Alguns princípios originais dos distritos industriais apontados pelos pesquisadores são: a aliança da concorrência com a solidariedade/ cooperação entre os empreendimentos (visando diminuir os custos do processo produtivo); a inovação favorecida pela própria dinâmica industrial dos DIs; a mobilidade/flexibilidade dos postos de trabalho e a cooperação⁷ constante entre os sujeitos integrantes para atingir ganhos econômicos ou às vezes - como apontado por Becattini (1999) -“*melhorar o ambiente geográfico e social do distrito propriamente dito*” (p.49). Para o autor, o conceito de distrito industrial é associável às obras de Alfred Marshall, pois já demonstravam que:

As vantagens, ou pelo menos algumas delas, da produção em grande escala podem também ser obtidas por uma grande quantidade de empresas de pequeno porte, concentradas num território dado, especializadas nas fases de produção e recorrendo a um único mercado de trabalho local. Para que esse fenômeno do distrito industrial se realize é necessária uma interpenetração dessa miríade de pequenas empresas com a população residente nesse mesmo território. Desse modo, os habitantes devem apresentar características socioculturais (valores e instituições) em simbiose com um processo de desenvolvimento próprio das pequenas empresas [...] (p.46-47).

Vários pesquisadores apontam que os DIs da Terceira Itália surgem como um modo produtivo alternativo ao modelo Fordista da década de 70, período pós-guerra, pois encontram:

Nestes contextos socioeconômicos, elementos que confirmam uma diferenciação da organização produtiva típica da grande indústria fordista. Tais elementos referem-se às novas relações entre fábrica e o território, entre as forças de trabalho e a sociedade, entre os serviços e os usuários, entre a produção e o consumo. Novas relações mais sutis, também podem ser percebidas entre local de trabalho e local de moradia, entre tempo de trabalho e tempo de formação profissional, entre trabalho formal e trabalho autônomo etc. O modelo dos distritos industriais mostra, também, que a emergência dos novos modos de produção está intimamente ligada à constituição de

⁷ Na concepção Marxiana (2008) “a cooperação é a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”. (p.378). Através de uma força coletiva de trabalho aglomerada tanto se pode ampliar o espaço no qual se realiza o trabalho, quanto o tempo de trabalho necessário para produção (Idem).

formas de cooperação socioprodutivas incipientes no fordismo (COCCO; GALVÃO; SILVA, 1999, p.20).

E afirmam que o seu surgimento realizou-se de forma espontânea, sem uma intervenção pública-estatal qualificada, sendo propiciado principalmente pelo processo histórico, geográfico e pelas novas mudanças do mercado internacional.

Para Becattini (1999) alguns elementos específicos são preponderantes para o desenvolvimento dos DIs como: o processo produtivo subdividido em fases e a possibilidade de escoamento da produção nos espaços geográficos o que permitem uma divisão de trabalho onde todos integrantes - homens, mulheres, jovens, adultos e idosos - podem participar independente do tipo de trabalho realizado, salário ou remuneração recebida no processo produtivo. E destaca que em consequência disso *“a interpenetração e a sinergia entre a atividade produtiva e a vida cotidiana parecem constituir o traço dominante mais representativo do funcionamento de todo distrito industrial”* (p.49). Assim, para o autor os DIs podem ser compreendidos como:

Um grande complexo produtivo, onde a coordenação das diferentes fases e o controle da regularidade de seu funcionamento não depende de regras preestabelecidas e de mecanismos hierárquicos (como é o caso na grande empresa privada ou nas grandes empresas públicas de tipo soviético), mas ao contrário, são submetidos, ao mesmo tempo, ao jogo automático do mercado e a um sistema de sanções sociais aplicados pela comunidade (Idem).

No geral, é comumente ressaltada na realidade dos DIs a organização não hierárquica, com um processo produtivo subdividido em etapas ou subetapas por meio da construção de uma rede flexível baseada na subcontratação e terceirização de trabalhadores.

Sobre isso, Sengenberger e Pike (1999), afirmam que a essência do perfil de um distrito pode ser resumida na compreensão de *“empresa - como parte de uma rede coletiva, da qual depende. [...] Em um distrito industrial, a pequena empresa não está sozinha; uma condição para o seu sucesso é o êxito de toda a rede de firmas da qual faz parte”* (p.103). Assim a dinâmica dos

DIs alia flexibilidade e unidades produtivas especializadas sendo conhecida como *especialização flexível (grifos nossos)*, expressão introduzida por Piore e Sabel⁸. Gurisatti (1999) complementa que:

De um ponto de vista econômico, o distrito industrial e a rede têm custos mais baixos porque não têm necessidade de *welfare*, ou melhor, reduzem muito os custos e os seguros sociais que estão na base do típico contrato fordista, porque permanecem estáveis diante de choques externos (p.89).

Ou seja, para o autor, a grande rede de fornecedores/trabalhadores terceirizados e subcontratado favorece mudanças e reajustes, sobretudo em períodos de crise econômica, sem enormes custos ou grandes perdas aos empreendimentos. O que faz tornar a dinâmica do distrito industrial positiva em termos econômicos. Assim, para Sengenberger & Pike (1999) as mudanças de ambiente de trabalho e de vínculo contratual são favorecidas pela eliminação das divisões rígidas entre gerência e trabalhadores, bem como a predominância de um vínculo de confiança e cooperação entre os sujeitos integrantes.

Nesta realidade, as relações no denominado *território (grifos nossos)* tornam-se centrais para o processo produtivo descentralizado, visto que este passa a ter o papel de integrador entre as fases produtivas, ao mesmo tempo em que visa favorecer a mobilidade entre os integrantes envolvidos tanto geográficos quanto nas relações de trabalho flexíveis. Para Cocco; Galvão & Silva (1999) a grande unidade fabril (do modelo fordista de produção) “*deixa de ser referência da organização produtiva e o território das cidades passa a ocupar tal posição*” (p.22). Aliado a isso, a governança, a participação entre os sujeitos e as instituições públicas e privadas, como: associações (patronais e dos trabalhadores), bancos, agências de consultoria e assessoria etc., são consideradas elementos necessários para dinâmica do DIs.

O território do nordeste italiano, por exemplo, encheu-se de pequenos empresários e trabalhadores especializados que, em pouco tempo, aprenderam a deslocar-se rapidamente de uma

⁸ PIORE; M.; SABEL, C. *The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity*. Nova Iorque Books, 1984 *apud* Cocco; Galvão; Silva, 2006.

cadeia de valor à outra, de um lugar de trabalho a outro, preocupando-se mais em manter o contato com a equipe vencedora do que com um sistema externo de *welfare* e de tutela econômica e social. Naturalmente isso só foi possível em um contexto local (a atmosfera de um distrito) em que as pessoas podiam se mover sem incorrer em mudanças drásticas de hábitos, amigos, casa, cultura, etc., e apenas nas áreas em que o *território*, desenvolveu de maneira otimizada a função de *integrador social* (GURISATTI, 1999, p.91-92).

Para o autor citado, nos DIs as etapas do processo produtivo são compostas, sobretudo, por: empresários de *“primeira linha (que assume a tarefa de representar no exterior a capacidade produtiva do distrito, recolhendo demandas além da capacidade diretamente controlada por eles próprios)”* (p.87), e os *empresários de fase ou terceirizados* que produzem as mercadorias e serviços conduzidos pelas demandas do mercado.

Nesta lógica, a rede de subcontratação e terceirização na dinâmica dos DIs difunde uma multiplicidade de modalidades de trabalho, parcial, por tempo de trabalho, autônomo, assalariado que encontram nas relações flexíveis das pequenas e médias empresas (PMEs) seus *locos* de reprodução.

Frente a esta realidade, é destacado o papel das micro, pequenas e médias empresas na geração de emprego e renda na região. Inclusive, esta questão atualmente vem assumindo uma discussão mundial, pois organizações internacionais apontam a necessidade de investir e incentivar estes empreendimentos para alcançar o desenvolvimento econômico e conseqüentemente à redução das desigualdades sociais.

É importante destacar que a todo o momento o desenvolvimento social e a redução das desigualdades sociais são elucidados como resultado/consequência do crescimento econômico, reafirmando a necessidade constante de investir nos fatores que podem impactar positivamente nos ganhos produtivos. Pouco se fala na necessidade de investir, por exemplo, em políticas públicas de proteção social ao trabalhador.

Na realidade brasileira a experiência dos distritos industriais Italianos vem servindo de inspiração aos órgãos públicos e privados no desenho de ações, projetos e programas de incentivo ao desenvolvimento de localidades e regiões em diversos Estados do país. Entretanto, devido às especificidades econômicas, políticas, sociais e histórico-culturais do Brasil a introdução de “modelos alternativos”, inspirados nos DIs, vem assumindo outras conotações.

A promoção do desenvolvimento local/regional concentrada nas articulações entre as micro, pequenas e médias empresas localizadas em uma determinada área geográfica vem recebendo um leque diverso de denominações e conceitos, como: aglomerações, *clusters*, polo, distritos industriais, cadeias produtivas locais, sistemas produtivos e inovativos locais (Spils) e arranjos produtivos locais (APLs), sendo este último bastante difundido por organizações governamentais e não-governamentais no país. Conforme Fuini (2006):

A difusão da noção de APL no contexto territorial e produtivo brasileiro indica a aposta de atores públicos e privados em um tipo de configuração e gestão territorial da indústria bem sucedida no plano internacional e que pode mobilizar a competitividade de regiões deprimidas da economia em torno de suas especializações produtivas e cooperação empresa-ambiente. Mas, devem-se ter claras as diferenças e peculiaridades do modelo de desenvolvimento e industrialização brasileiros, baseado em profundas desigualdades espaciais e socioeconômicas, com relação aos seus congêneres italianos, e entender o APL como dentre outras configurações possíveis para gerar desenvolvimento local, mobilizar empregos, e elevar a competitividade dos pequenos estabelecimentos (p.64).

O termo APL surge da tradução linguística e conceitual dos *Systèmes Productifs Locaux*, que corresponde a uma versão utilizada na França da expressão de *National Innovation System*, criada por pesquisadores neo-shumpeterianos (evolucionistas) da Universidade de Sussex na Grã-Bretanha (COCCO, 2006). Na perspectiva shumpeteriana o conceito de *inovação* torna-se central tanto nas empresas quanto nas suas articulações com as instituições. Nesta lógica, a dinâmica produtiva e as relações sociais, por

exemplo, nos APLs são apreendidas com base no enfoque da inovação e conhecimento, capital social, governança e cooperativismo.

A ausência de formas de coordenação verticalizadas (típicas das grandes firmas fordistas) é compensada pela ênfase colocada, por um lado, sobre as dimensões sistêmicas da inovação e, por outro, sobre a suposta (ou necessária) cooperação (fala-se, pois de “cooperativismo” e/ou cultura da cooperação) que deveria reinar entre as diferentes empresas de um mesmo setor (ou de uma mesma cadeia produtiva) aglomeradas num determinado espaço (o espaço do APL) (Idem, p.177).

No Brasil a introdução de ações governamentais de apoio aos APLs realizou-se primeiramente no campo das pesquisas acadêmicas, vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que foram responsáveis pelo desenvolvimento das pesquisas no final dos anos 90 (LEMOS; ALBAGLI; SZAPIRO; 2006). Um marco também da importância da abordagem dos APLs no Brasil sucedeu no Seminário Internacional de um projeto de pesquisa da RedeSist⁹ vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) denominado “*Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico*” no ano de 2000.

A partir de 1999 houve um fortalecimento das ações de apoio ao desenvolvimento dos APLs no âmbito do MCT, neste período, em conjunto com os Estados, foram levantados os APIs que receberiam a colaboração governamental. Através da sensibilização dos integrantes, realizações de diagnósticos e de planos de ação (de caráter tecnológico e de aperfeiçoamento da coordenação e da gestão dos APLs) foram executados projetos de cooperação entre instituições de pesquisas e empresas visando o aperfeiçoamento das mercadorias e dos processos produtivos. Estas ações contribuíram para inserção da estratégia dos APLs, pela primeira vez, no Plano Plurianual do governo (PPA) 2000-2003 (LEMOS; ALBAGLI; SZAPIRO; 2006).

⁹ Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.

As primeiras abordagens e ações em torno dos APLs contribuíram para que as políticas de desenvolvimento - no início do governo Lula - incorporassem como prioridade governamental o apoio e o fomento a dinâmica dos APLs, sendo apresentada na agenda pública dos PPA 2004-2007, PPA 2008-2011, no Plano Nacional de Ciência Tecnológica e Inovação 2007-2010, na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013, dentre outros. E com vista a integrar, articular e coordenada tais ações em nível Nacional foi criado, em 2004, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL)¹⁰ que atualmente é constituído por mais de 33 instituições governamentais e não-governamentais¹¹, entre os quais 12 Ministérios. (MDIC, 2011).

O último levantamento conduzido pelo GTP no ano de 2005 identificou 957 APLs em todo território Nacional. Este número foi utilizado como base para a expansão da atuação do próprio GTP que vem buscando uma articulação com os órgãos e instituições Estaduais - com a criação de núcleos Estaduais¹² - visando o envolvimento de integrantes dos APLs (empresários, sindicatos, associações, entidades de capacitação, educação, crédito, tecnologia, agências de desenvolvimento etc.) na criação de planos de desenvolvimento, em conformidade com as demandas e necessidades dos próprios arranjos produtivos. Em Pernambuco o núcleo Estadual é coordenado pela Agência de

¹⁰ Sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) através da Coordenação Geral de Arranjos Produtivos Locais, vinculado ao Departamento de Competitividade Industrial do MDIC.

¹¹ Tais como: Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos - APEX Brasil; Banco Bradesco; Banco da Amazônia; Banco do Brasil; Banco do Nordeste; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Caixa Econômica Federal; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Confederação Nacional da Indústria; Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Informação; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Financiadora de Estudos e Projetos; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto de Pesquisas Tecnológicas; Instituto Euvaldo Lodi (IEL); Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Educação; Ministério da Fazenda; Ministério da Integração Nacional; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Turismo; Movimento Brasil Competitivo; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) (MDIC, 2011).

¹² Composto por representantes do governo Estadual, Sistema "S" (SESC, SENAC e SENAI), instituição financeira, setor empresarial, Sistema C&T e trabalhadores.

Desenvolvimento Econômico (AD Diper), que está interligado à Secretária de Desenvolvimento Econômico (SDEC) do Estado. Hoje o GTP APL vem priorizando a sua atuação em 276 APLs, sinalizados pelos núcleos Estaduais (Idem).

Conforme o Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (2006):

O apoio a Arranjos Produtivos Locais, no Brasil, é fruto de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que o local passou a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social. Seu objetivo é orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando-se, em consonância com as diretrizes estratégicas do governo, a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações (p.17).

Uma das justificativas utilizada pelo GTP APL (2004)¹³ para consolidar uma política nacional de promoção ao desenvolvimento aos APLs é o seu potencial na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais, no contexto onde as micro, pequenas e médias empresas geram um número significativo de postos de trabalho. Este enfatiza que ações voltadas para um conjunto de empresas são mais efetivas do que ações pontuais em empresas individualizadas. Enfim, no seu discurso aponta que as ações visam aumentar a competitividade e a sustentabilidade dos APLs, em suas dimensões econômica, tecnológica, social e ambiental.

Inclusive, atualmente, as propostas governamentais vêm lançando estratégias que impactam e evidenciam a dinâmica dos APLs em todo território nacional a exemplo: o *Plano Brasil Maior*¹⁴ (2011-2014) e o *Plano Brasil sem Miséria*¹⁵. O primeiro prever uma série de medidas de “*estímulo ao investimento e a inovação, apoio ao comércio exterior e defesa da indústria e do mercado interno*” continuando as ações da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) de 2004 e a Política de Desenvolvimento

¹³ No documento: Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, 2004. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289322946.pdf.

¹⁴ Mais informações em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/>.

¹⁵ Mais informações em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br/>

Produtivo (PDP) criada em 2008. Uma das direções do plano é a desoneração da folha de pagamento (redução para 0% da alíquota de 20% para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS) para os setores de confecções, calçados, móveis e software, alegando que estes empregam uma intensiva mão de obra e vem sofrendo com a concorrência das importações. Por outro lado, serão cobradas 1,5% sob o faturamento nos setores de confecções, calçados e móveis e 2,5% para o setor de softwares (MDIC, 2011).

Já no plano Brasil sem Miséria que possui como objetivo: *“promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza”* incluem as cadeias produtivas e os APLs no *Mapa de Oportunidades* do plano, que visa identificar junto com os Estados e Prefeituras as possibilidades de inserção ao mercado de trabalho daqueles considerados extremamente pobres no país. Sendo este plano coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS, 2011).

No que se refere ao conceito de APL utilizado por organizações governamentais e não governamentais é bastante usual a incorporação do conceito elaborado pela RedeSist¹⁶ (2003) que os definem como:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticas e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (p.3-4).

¹⁶ Presente no documento: Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, 2003.

Entretanto, diferentemente dos sistemas produtivos e inovativo locais (Spils)¹⁷, os APLs são casos fragmentados que não apresentam uma articulação significativa entre os sujeitos integrantes, devido a isso não podem ser caracterizados como sistemas (LASTRES; CASSIOLATO; CAMPOS, 2006).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - que desde 2000 vem apresentando ações de identificação e apoio aos APLs - os conceituam como:

Aglomeração de empresas, localizada em um mesmo território, que apresenta especialização produtiva e mantém algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (2009, p.08).

Classificando-os conforme o estágio ou grau de desenvolvimento em três níveis: os *APLs incipientes*; os *em desenvolvimento* e os *desenvolvidos* que podem ser denominados de Sipls (grifos nossos). De modo geral, o primeiro apresenta uma desarticulação; pouca liderança; ausência de integração entre as empresas, o poder público e a iniciativa privada; não existiu uma interação com centros de pesquisa e/ou de profissionalização; pouco ou nenhum acesso à linha de créditos, dentre outros.

Este nível engloba aqueles arranjos incipientes, bastante desarticulados, carentes de governança, cooperação, entidades de classe estruturadas, investimentos em ciência e tecnologia. São importantes em termos locais pela interferência positiva na arrecadação do município e no número de empregos gerados, entretanto, os resultados obtidos estão aquém da sua potencialidade (SEBRAE, 2009, p.13).

O segundo com impacto maior para o desenvolvimento local atraem novos empreendimentos, com incentivo a competitividade; iniciativas em torno da qualidade dos produtos; liderança reconhecida através de entidades de

¹⁷ “São um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam interação, cooperação e aprendizagem, os quais são fundamentais para a geração e mobilização de capacidades produtivas e inovativas” (Idem, p.23).

classe em defesa de interesses regionais em detrimento de particulares; incipiente integração com o poder público e o setor empresarial, etc.

O arranjo passa a interessar aos bancos, que, por conhecer melhor o setor e seus empresários, aumentam as operações de crédito. Há centros de educação profissional e de aperfeiçoamento técnico e disposição, pelas empresas, de investir em novas tecnologias e novos produtos. Verifica-se uma participação regular das empresas como visitantes e expositores em feiras do setor (SEBRAE, 2009, p.15).

Já o terceiro e último são os APLs que apresentam um nível de interdependência, articulação e vínculos consolidados resultando em iniciativas de interação, cooperação e aprendizagem, permitindo inovações nos produtos e no processo organizacional, maior competitividade e capacitação profissional. Tem uma importância considerável no desenvolvimento local devido à atração de novos empreendimentos, fornecedores, prestadores de serviços, bancos etc. Além disso, verifica-se a existência de centros de pesquisas e instituições de ensino técnico e superior voltadas para as necessidades do APL (Idem).

Para os pesquisadores da RedeSist (2003) existem 6 elementos que caracterizam a amplitude da dinâmica dos APLs e dos Spils, são eles:

1. *Dimensão territorial* - corresponde ao espaço específico onde os processos produtivos, inovativos e cooperativos acontecem, como exemplo, os municípios ou áreas localizadas de uma determinada região;
2. *Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais* - envolvem a participação de empresas, associações, organizações públicas e privadas, universidades, clientes, comerciantes, trabalhadores, dentre outros;
3. *Conhecimento tácito* - comumente verifica-se um processo de geração, compartilhamento e socialização de saberes, sobretudo, aqueles que não estão codificados, mas que são implícitos e fazem parte da vida dos indivíduos, organizações e regiões;
4. *Inovação e aprendizado interativos* - constitui-se como fonte central para difusão do conhecimento e ampliação da capacidade produtiva e inovativa das empresas e organizações;

5. *Governança* - refere-se às diversas maneiras de coordenar as atividades de produção, distribuição de bens e serviços, das pessoas envolvidas, do processo de geração e utilização do conhecimento e inovações;

6. *Grau de enraizamento* - corresponde ao nível de articulação e envolvimento dos diferentes integrantes no processo de capacitação e nos recursos: humanos, naturais, financeiros, técnico-científicos, com outras organizações e com o mercado consumidor local.

A fim de melhor compreensão Cassiolato e Szapiro (2003) mostra, com base em Lemos (1997), um quadro com os elementos básicos que compõem os APLs, levantados pela literatura nas diferentes abordagens sobre a temática:

Quadro 1 – Aspectos comuns das abordagens de aglomerados locais:

Localização	Proximidade ou concentração geográfica
Atores	Grupos de pequenas empresas Pequenas empresas nucleadas por grandes empresas Associações, instituições de suporte, serviços, ensino e pesquisa, fomento, financeiras, etc.
Características	Intensa divisão de trabalho entre as firmas Flexibilidade de produção e organização Especialização Mão-de-obra qualificada Competição entre firmas baseada em inovação Estreitas colaborações entre as firmas e demais agentes Fluxo intenso de informações Identidade cultural entre os agentes Relações de confiança entre os agentes Complementariedades e sinergias

Fonte: Lemos, C. (1997) apud Cassiolato e Szapiro (2003)

Os autores chamam atenção para o fato de que os APLs se desenvolvem de forma diversa nas regiões do país sendo, inclusive, impactado pelo cenário econômico, político e social vigente. Para Lastres, Cassiolato e Matos (2006), dependendo dos “*estímulos, iniciativas de apoio e promoção dos próprios agentes produtivos, tais APLs evoluem de forma distinta, apresentando trajetórias de maior ou menor sucesso*” (p. 268).

Conforme essa lógica, o desenvolvimento dos APLs é apresentado como uma alternativa a dinâmica produtiva atual e o seu sucesso ou fracasso é diretamente de responsabilidade dos sujeitos envolvidos, sem levar em considerações os determinantes econômicos, políticos, sociais e culturais.

No Estado de Pernambuco as ações governamentais voltadas para apoiar os APLs iniciaram no período de 2004-2005, juntamente com o SEBRAE. A identificação dos APLs foi baseada em uma metodologia procedente da definição de Regiões de Desenvolvimento (RDs) do Estado, no período de 1999-2002. No PPA de 2004-2007 foram sinalizadas algumas iniciativas de apoio aos APLs, sobretudo, para a região do semiárido, especificamente, para os APLs de confecção, bovinocultura de leite, caprino-ovinocultura, fruticultura irrigada, gesso, indústria moveleira e vitivinicultura (RedeSist, NOTA TÉCNICA N°2).

Como crítica os pesquisadores da RedeSist apontam que as ações foram pautadas pela dinâmica das RDs onde priorizou-se questões macroeconômicas da região por meio de políticas que impulsionou o desenvolvimento regional (como exemplo os investimentos em infraestrutura) em detrimento de uma atuação mais direcionada para o incentivo aos princípios dos APLs como, governança, cooperação e inovação. (Idem)

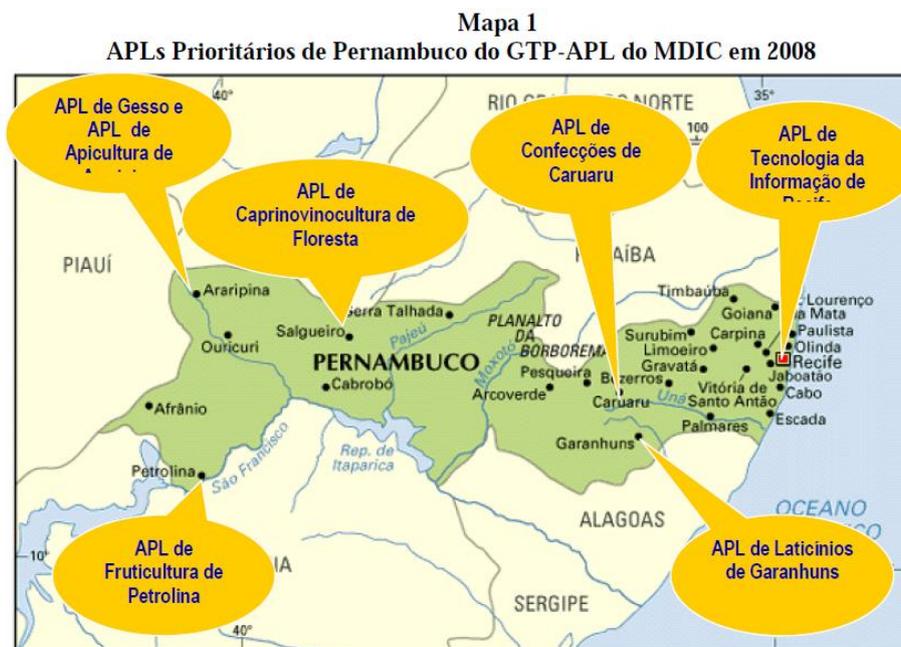
Contudo, sinalizam que vem sendo realizado um amadurecimento em torno da abordagem dos APLs nos órgãos públicos e privados de tal forma que o planejamento das políticas está cada vez mais próximo do conceito atual de arranjos produtivos. Assim, afirmam que *“a ênfase dispensada aos APLs como vetores de desenvolvimento local com inclusão social, gerador de emprego e renda no âmbito da política de Pernambuco é uma realidade concreta que evoluiu e vem se consolidando desde 2004”* (Idem, p.11).

De acordo com a Nota Técnica de n° 7 da RedeSist existem 14 APLs no Estado que recebem algum tipo de apoio institucional. No levantamento realizado foram identificados APLs que estão na listagem oficial do Estado, mas não recebem apoio adequado para o seu desenvolvimento e outros que

denominou de “invisíveis” porque não estão incluídos no mapeamento Estadual, porém possuem a dinâmica de um arranjo produtivo.

No momento, os APLs identificados foram: o APL de Tecnologia e Informação do Recife; APL do Gesso da Região do Araripe; APL de Confeções do Agreste; APL de Vitivinicultura do São Francisco; Fruticultura Irrigada do São Francisco; APL de Apicultura no Araripe; APL de Piscicultura das RDs do Sertão de Itaparica e do Agreste; APL de Laticínios do Agreste; APL de Ovinocaprinocultura de várias regiões do Estado; APL de Audiovisual de Recife; APL de Saúde da RMR; APL de Música e Ritmos de Recife, Olinda e Zona da Mata; APL de Artes Plásticas e Artesanato de Olinda; APL de Artesanato de várias regiões do Estado; APL de Polímeros da RMR (“invisível”); APL de eventos: “Caruaru - A Capital do Forró” (“invisível”); APL de TIC de Olinda (“invisível”); APL de Turismo e Cultura de Porto de Galinhas; (“invisível”); APL da Agricultura Familiar Orgânica da Zona da Mata (“invisível”) (Idem).

Por meio do GTP APL o MIDIC em 2008 selecionou sete APLs prioritários para o Estado:



Fonte: Nota Técnica nº 02 da RedeSist.

Ou seja, os APLs de Apicultura; Caprinovinocultura; Confeções; Fruticultura; Gesso; Laticínios e o de TI. Em 2009 incorporou mais três: o de Móveis, Biodiesel e Aquicultura.

No Estado, políticas, programas e ações com propostas de desenvolvimento, incentivo e apoio aos APLs vêm englobando diversos agentes como governo Federal, Estadual e Prefeituras, Universidades, centros de pesquisas, bancos, associações, sindicatos, entidades do sistema S - SESI, SENAI, SENAC -, empresas etc.

Citamos como exemplo o Sistema Estadual de Ciência & Tecnologia (SISTEC) composto por vários integrantes: a Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e Administração de Recursos Hídricos (CPRH); Fundação de Hematologia e Hemoterapia de PE (HEMOPE); Laboratório Farmacêutico do estado de PE (LAFEPE); Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA); a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do estado de PE (FACEPE); o Instituto Tecnológico de PE (ITEP). Segundo a RedeSist, a maioria desses órgãos possui uma atuação voltada para os APLs, *“embora nem todos tenham elaborado suas ações com desenhos específicos para tais arranjos. A maioria das vezes são ações realizadas por projetos e não fazem parte de um programa permanente de apoio” (NOTA TÉCNICA N°07, p.07).*

A Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente de PE (SECTMA) é responsável pela execução do Programa de Produção, Difusão e Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais (PROAPL)¹⁸, aprovado

¹⁸ O plano do PROAPL possui como objetivos: 1. Oferecer ferramentas inovadoras voltadas para a melhoria da competitividade, em princípio, dos APLs de Produção Cultural, Tecnologia da Informação e Comunicação, Confeções, Laticínios, Caprino-Ovinocultura, Gesso e Vinho, Uva e Derivados; 2. Estabelecer convergência das ações e programas, coordenando investimentos entre os setores público e privado na área de APL, para fomentar a articulação das entidades federais, estaduais e locais promotoras de APLs e elaborar, em conjunto com as empresas e instituições dos APLs, os Planos de Melhoria de Competitividade (PMCs) para os APLs selecionados; 3. Identificar e tratar os principais gargalos que comprometem a competitividade das empresas participantes dos APLs atendidos pelo Programa através da implementação das atividades propostas nos PMCs dos APLs das seguintes áreas de apoio: governança, gestão e administração do APL; meio-ambiente e desenvolvimento social; tecnologia industrial básica e inovação tecnológica e organizacional; capacitação e assessoria

em 2009. Este possui como objetivo “*contribuir para o desenvolvimento do Estado de Pernambuco, aumentando a competitividade das empresas envolvidas em 07 APLs*”. Conforme o plano do programa, inicialmente, as ações foram focalizadas nos APLs de Produção Cultural, Tecnologia da Informação e Comunicação, Confeccões, Laticínios, Caprino-Ovinocultura, Gesso e Vinho, Uva e Derivados.

Sobre o programa, no segundo semestre de 2011 o Estado firmou um contrato, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde investirá US\$ 16,7 milhões (sendo US\$ 10 milhões do banco e US\$ 6,7 milhões do Estado) para impulsionar a competitividade das empresas que compõem os APLs. Com os investimentos o PROAPL visa aumentar as vendas, o lucro e a produtividade das empresas beneficiadas (micro e pequenas empresas), assim como potencializar os processos tecnológicos e as mercadorias produzidas. A fim de atender os objetivos do programa as ações serão desenvolvidas em parceria com o SEBRAE e a Federação das Indústrias de PE (FIEPE).

Inclusive, há uma destacada referência na atuação do SEBRAE na abordagem dos APLs no Estado, especialmente no seu papel de disseminador do conceito e na construção de políticas de apoio e promoção, além das ações de consultoria, capacitações etc. no próprio desenvolvimento dos arranjos produtivos.

Ao longo do tempo, a contribuição do Sebrae de Pernambuco foi essencial para a divulgação do conceito de arranjos produtivos e da importância de se elaborar políticas específicas junto às diversas instituições de apoio a APLs, inclusive Governo. As ações desenvolvidas no SEBRAE para os APLs

empresarial; logística; prospecção de mercado, comercialização e exportações; 4. Fortalecer a inserção competitiva dessas empresas nos mercados-alvos, compreendendo o mercado local e a inserção nos mercados internacionais; 5. Promover consenso em matéria de políticas públicas de desenvolvimento; e 6. Desenvolver e implantar um Sistema de Monitoramento, Avaliação e Identificação das Lições Aprendidas, que permita fazer uma avaliação e difusão dos resultados e dos impactos do Programa e retroalimentar o desenho das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento de APLs. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:g1teclqiCQoJ:www.iadb.org/document.cfm?id%3D601361+Programa+de+Apoio+%C3%A0+Competitividade+aos+Arranjos+Produtivos+Locais+de+PE&hl=pt-BR&gl=br>>.

de Pernambuco se baseiam numa visão sistêmica, estimulando sempre iniciativas de cooperação, associativismo e inovação local (NOTA TÉCNICA N°07, p.10).

Todavia, para os pesquisadores da RedeSist, com exceção do PROAPL,

A política predominante é do tipo conhecido popularmente como de “balcão de atendimento” que é individualizada e politicamente definida, porém se denomina de demandas do APL, termo que atribui falaciosamente o sentido de demanda coletiva. Em geral, as instituições não dispõem de programas específicos, mas, sim, de ações isoladas para atender a uma demanda iminente. Esta realidade é especialmente observada entre os agentes financeiros de fomento (Idem, p.13).

A partir da compreensão dos discursos que permeiam a proposta de alternativas produtivas de desenvolvimento local/regional (através da exaltação da dimensão econômica que se torna o elo responsável para atingir um grau de desenvolvimento econômico, social e ambiental, sobretudo, nos países em desenvolvimento) é possível identificar as contradições desse processo no cenário atual brasileiro.

Por exemplo, a flexibilidade nas relações de trabalho, a cooperação entre os sujeitos, a necessidade constante de alocação de investimentos para impulsionar a economia regional, a produção das mercadorias etc. são ressaltadas por diversas vezes pelas instituições de fomento. Todavia, não identificamos a mesma importância quando a questão volta-se para a necessidade de investimento em políticas sociais e ambientais, sobretudo, de proteção ao trabalho. Assim como, os impactos dessa lógica para classe trabalhadora e para as suas condições gerais de vida.

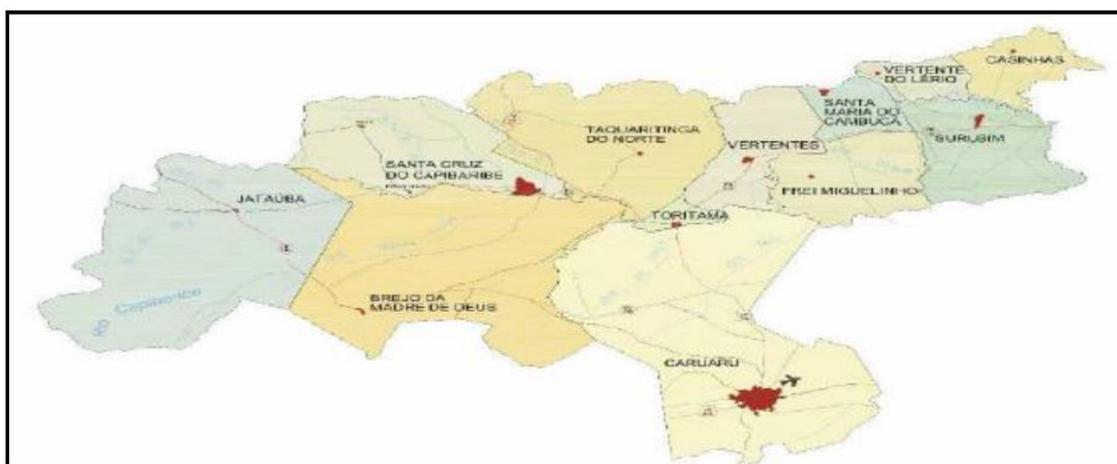
Na verdade, de forma muito genérica é mencionada que o investimento em políticas de fomento e desenvolvimento em APLs provoca ao mesmo tempo um desenvolvimento social e ambiental, porém a dinâmica do APL de confecções de antemão nos mostra que está prerrogativa se encontra longe de se concretizar.

Logo, partiremos para análise do APL de confecções de PE que apresenta uma destacada importância no Estado em termos econômicos e envolve um número expressivo de municípios e trabalhadores na produção de mercadorias de vestuário.

1.2. O Exemplo do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções de Pernambuco: situando a realidade

O APL de confecções de PE está localizado na região do Agreste do Estado sendo referenciado, sobretudo, por três municípios: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, os três municípios compõe o Polo de Confecções, com uma intensiva produção e comercialização de peças de vestuário¹⁹. Devido à expansão do setor produtivo na região, atualmente, integra vários outros municípios circunvizinhos, porém como uma produção inferior, como: Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Surubim, Agrestina, Cupira, Pesqueira, Vertentes, Belo Jardim, Riacho das Almas, Frei Miguelino, Santa Maria do Cambucá, Casinhas etc. Como mostra o mapa abaixo:

Mapa 2
Municípios sob influência do Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano



Fonte: Adaptado por Cabral (2007) apud Andrade 2008, p. 113.

Conforme o relato de um consultor do SEBRAE (2009):

¹⁹ A cadeia produtiva de vestuário abrange também o segmento de calçados, couros e acessórios.

O trabalho produzido nesses municípios vem somar aos centros comerciais para fornecer novos produtos para os compradores da região. Essas cidades começam a formar um polo prestador de serviços, através do surgimento de facções que produzem uma diversificação do nicho de produtos.

Segundo a RedeSist o ramo de confecções do Estado é considerado o 3º maior do Brasil (atrás apenas para São Paulo e Rio de Janeiro), representando 13% do setor no país. No Estado corresponde a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) com um faturamento de R\$ 1,7 bilhão ao ano (NOTA TÉCNICA N°02). As cidades de referência do APL de confecções (Caruaru, Toritama e Santa Cruz) juntamente com a produção dos municípios do entorno chega a produzir mensalmente o montante de 800 milhões de peças de vestuário. Estima-se atualmente a presença de 20 mil empresas na região, entretanto, o APL de confecções é caracterizado por um grande número de empreendimentos desregulamentados, acredita-se que atualmente 80% delas estão nesta situação (JC ONLINE, 2011).

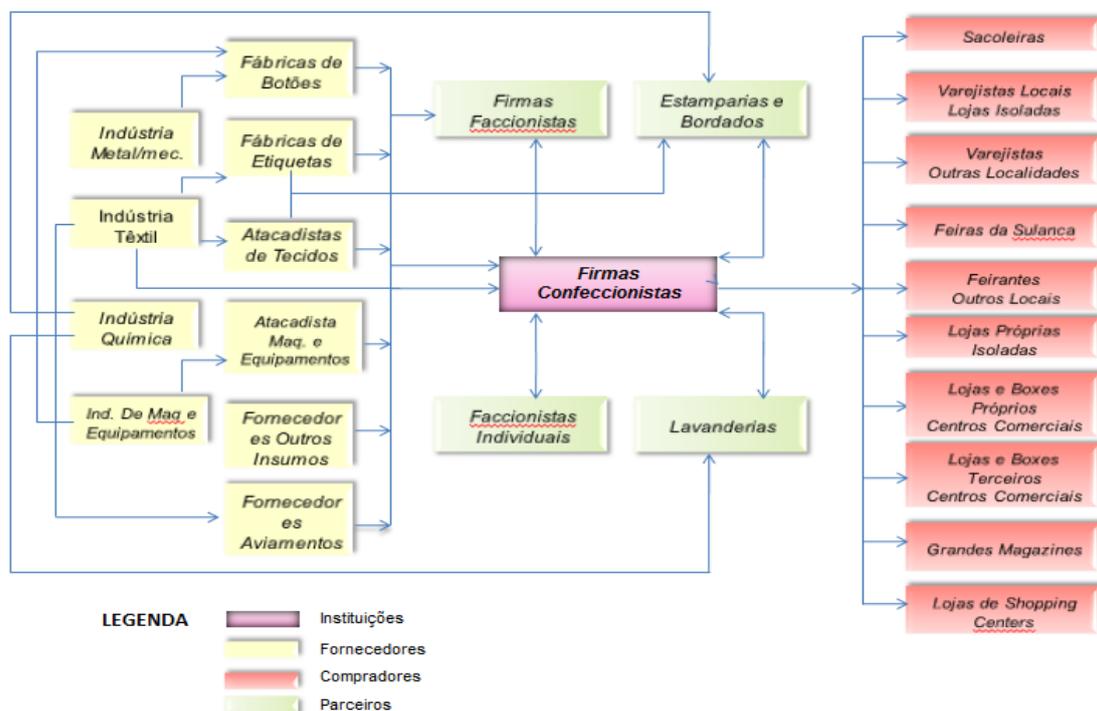
A cadeia produtiva de confecções integra de modo geral as seguintes fases: o corte, a costura e o acabamento das mercadorias, sendo a última etapa da cadeia têxtil responsável por transformar as matérias-primas naturais (algodão, lã, seda, linho etc.), artificiais (viscose e acetato) e sintéticas (náilon e poliéster) em fios e tecidos para a confecção das peças de vestuário (ANDRADE, 2008).

As etapas e/ou subetapas do processo produtivo de confecção abrangem: *Design* (responsável pelo desenho dos modelos, definição de cores, tecidos etc.); *Modelagem* (elaboração dos moldes em papel demarcando as fases posteriores de corte e costura); *Gradeamento* (adequar os moldes aos vários tamanhos e medidas); *Encaixe* (etapa onde os moldes são posicionados sobre os tecidos, o que evita o desperdício); *Corte* (conforme as etapas anteriores); *Costura* dos tecidos e *Acabamento* (etapa responsável pelos ajustes finais da mercadoria, como limpeza para retirar o excesso de linha, passar a ferro etc.). No caso da produção em *jeans* também temos a fase da lavagem e tingimento das mercadorias. Após todo esse processo as mercadorias são embaladas e comercializadas em atacado e varejo (Idem).

Na realidade do APL de confecções encontramos diversas unidades produtivas que através da cooperação participam da cadeia produtiva. Como micro e pequenas fábricas de confecções, facções (unidade produtiva que realizam etapas ou subetapas do processo produtivo, tais como: montagem das peças, caseamentos, costura de bolsos, aplicação de acessórios, limpeza das peças etc.), fabricos ou fabriquetas (unidade produtiva que realiza ou é responsável por todo processo produtivo do corte até a sua comercialização nas feiras locais e regionais) e as lavanderias que amaciam e tingem os tecidos em *jeans*. Nas facções e fabricos predominam-se o trabalho familiar, em domicílio e desregulamentado²⁰.

Como podemos observar, na figura abaixo, a cadeia produtiva de confecção é abastecida por um conjunto de fornecedores de matéria-prima que oferecem, sobretudo, produtos importados das regiões do Sul e Sudeste do país. As mercadorias podem sair das unidades produtivas e seguir direto para os compradores (centros de compras, feiras, lojas, magazines etc.) ou podem ir antes para as lavanderias e estamparias (ANDRADE, 2008).

Figura 1 - Cadeia Produtiva do APL de Confecções do Agreste de PE



²⁰ Como veremos com mais detalhe no 2º capítulo.

Fonte: Reelaboração própria com base nos dados de Cabral (2007) apud Andrade, 2008.

Um ponto típico da dinâmica do APL de confecções é a terceirização (externa e interna) das etapas/fases da cadeia produtiva, que são favorecidas pela elevada informalidade da região. Sobre isto, Montaño (2001) nos afirma que as pequenas e médias empresas, que fornece mercadorias semielaboradas ou um serviço para outras empresas matriz, são denominadas de *empresa “satélite”* (grifos nossos) porque depende de outra para produzir. Pois:

A subcontratada não tem uma produção destinada a satisfazer diretamente as necessidades de consumo da população. Ela produz insumos, mercadorias que para serem consumidas pela população, devem ser transformadas, num novo processo de produção [...] (Idem, p.23).

Assim, através do discurso da cooperação se institui uma rede de subcontratação e terceirização na região. Inclusive, alimentada pela forte cultura empreendedora que envolve famílias inteiras (mulheres, homens, adolescentes, crianças e idosos) na produção de vestuário.

É importante salientar, que além da fabricação das peças de vestuário o cotidiano da região é constituído por uma intensa comercialização: nas feiras livres ou feiras da *sulanca*²¹, que acontece uma vez na semana principalmente nos três municípios sede do polo de confecções e nos centros de compras que são estruturas fechadas, com lojas, boxes e praça de alimentação que funcionam diariamente. As mercadorias produzidas são vendidas principalmente para os Estados do Norte e Nordeste do país, além de atender as demandas das cidades do entorno, sendo comercializadas tanto para compradores particulares (feirantes e sacoleiros), como para grandes lojas e magazines, a exemplo as lojas Esplanadas e Marisa.

²¹ A palavra vem da junção: sul e helanca, identificando os tecidos de helanca que vinham do Sul do país. A feira da Sulanca ficou conhecida pela venda de produtos simples, de qualidade questionável, a preços baixos, direcionados para um público de pouca renda. Hoje, apesar de predominar mercadorias a preços mais baixos, a qualidade das peças vem aumentando, inclusive empresas do APL de confecções chegam a possuir uma etiqueta de qualidade da Associação Brasileira do Vestuário (ABRAVEST) (LIRA, 2006).

Tudo indica que o desenvolvimento do polo de confecções iniciou-se com a feira da *sulanca* em Santa Cruz do Capibaribe (que na época era distrito de Taquaritinga do Norte) no final da década de 40. E posteriormente com a feira de Caruaru que nos anos 60 já apresentava unidades fabris de vestuário, porém foi a partir da década de 80 que o município expandiu a sua produção e comercialização no setor. Neste mesmo período o município de Toritama integra-se também à produção de confecções (ANDRADE, 2008). Conforme citado pelo autor:

[...] o processo histórico de transformação sócio-econômica de Santa Cruz do Capibaribe, lançou as bases para o aparecimento da produção confeccionista de natureza industrial. O declínio da agricultura, principal atividade produtiva na época, deixou muitas pessoas desprovidas de ocupação que tiveram de deixar o campo (já que este não mais propiciava os ganhos necessários à sobrevivência) e migrar para a cidade, na tentativa de conseguir algum trabalho. Encontraram como opções os serviços domésticos, o modesto comércio local e outros serviços, todos de baixa remuneração. “junta-se o fato de a mulher, antes mesmo de receber a educação formal, aprende algumas tarefas que, pela cultura local, são-lhes impostas a título de trabalho exclusivamente feminino. É o caso dos serviços domésticos de costura” (XAVIER *apud* CABRAL, 2007, p.95).

Sobre o município de Caruaru, este se localiza a 130 km² da Capital, possui 314.912 habitantes, em uma área de 920,601 km², sendo 279.589 habitantes residindo na área urbana e 35.323 na zona rural (IBGE, 2010). Com uma produção mais diversificada atualmente se destaca, principalmente, nos setores de confecção e turismo. Apresenta uma forte comercialização na feira livre e no polo comercial, localizado no Km 62 da BR 104 que apresenta mais de 700 lojas (87% delas voltadas para a venda de vestuário). Segundo o superintendente responsável pelo o polo recebem visitas de aproximadamente 700 mil pessoas ao mês (JC ONLINE, 2011).

Um município de destaque no APL de confecções é a cidade de Toritama que possui 35.361 habitantes²², localiza-se no Agreste setentrional do Estado de PE, a 167 km² do Recife, batizado como a *capital do jeans*.

²² Correspondem a 34.198 habitantes que residem na área urbana e 1.433 habitantes da zona rural (IBGE, 2010).

No início da década de 70 a sua produção estava voltada para fabricação de calçados (chinelos, sandálias e sapatos) a base de couro ou borracha, neste período a produção de mercadorias de vestuário ainda era incipiente e não se destacava na localidade (IBGE, 2007). A partir dos anos 80 a região começou a fortalecer a produção de vestuário, que de início utilizava os mesmos tecidos de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, somente na década de 90 de fato se especializa na confecção de mercadorias em *jeans*.

Foi a partir do aproveitamento das máquinas que antes confeccionavam calçados e de mão-de-obra existente com habilidade adquirida na atividade anterior que Toritama especializou-se na produção de *jeans*. Daí porque os toritamenses optaram por investir na fabricação de peças em *jeans*, tecido pesado, grosso que guardava certa semelhança o manuseio das matérias-primas empregadas na produção de calçados. A princípio produziam-se apenas artigos de vestuário masculinos (calça, camisa, boné), de baixa qualidade, o que garantia a venda das mercadorias, dado o menor preço cobrado pelos produtores do município comparado ao praticado no mercado de confecções de *jeans* (ANDRADE, 2008, p.115-116).

Atualmente a confecção em *jeans* no município é referência e chega a ser responsável por 16% da produção nacional (SEBRAE, 2009). O comércio da cidade centraliza-se no *parque das feiras*, localizado a margem da BR-104, onde acontece tanto à *feira da sulanca*, nas terças-feiras com 1.200 barracas, quanto o comércio diário com uma média de 1000 boxes e lojas. Para o SEBRAE Toritama:

É um dos menores municípios de PE e apesar disso, a produção de *jeans* é grande [...] o associativismo em Toritama é a razão para o sucesso e desenvolvimento da cidade. “Temos um sistema informal que funciona como uma cooperativa” [...] “As pessoas se completam, não sobrevivem isoladamente. É isso que nos torna diferentes, fortes, é esse APL” (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2004).

Conforme a Prefeitura do município (2009)²³, Toritama possui 2.500 unidades produtivas de confecção, com uma produção de 60 milhões de peças por ano, manufaturando mais de 24 milhões de metros de tecido/ano. O

²³ Disponível em: < <http://estadao.br.msn.com/economia/artigo.aspx?cp-documentid=26713302> > Acesso em: 09.01.2011.

Produto Interno Bruto (PIB) do município apresentou um aumento nos últimos anos - no período de 1999 a 2007 foi o município da região que mais se destacou no ranking Estadual -, saltando 25 posições, saindo da posição de 79º lugar, em 1999, para 54º em 2007. Conforme o IBGE (2008) o PIB de Toritama equivale a 138 336, 936 milhões.

O que nos chama atenção também na região é o quantitativo de trabalhadores inseridos na cadeia produtiva de confecções. Em Toritama 91,7% da população está envolvida em alguma atividade correlacionada à produção e/ou comercialização das mercadorias; 68,1% em Santa Cruz do Capibaribe e 6,5% da população em Caruaru (CONDEPE, 2006). O que mostra que grande parte da população trabalhadora sobrevive do trabalho advindo da produção de vestuário. Contudo, a sazonalidade do trabalho (conforme as demandas do mercado) típica da cadeia produtiva de confecções na região tanto pode elevar o número de trabalhadores ocupados, por exemplo, nas festividades do final do ano, quanto diminuir seu quantitativo.

Já o município de Santa Cruz do Capibaribe possui 87.538 habitantes²⁴ em uma área de 335, 526 Km², localiza-se ao norte do Agreste do Estado de Pernambuco, a 193 km da capital. É particularmente conhecida como a Capital da *Sulanca* ou Capital das Confecções, devido à *Moda Center Santa Cruz*, inaugurado em 2006, espaço onde é realizada a comercialização das peças de vestuário. Este é considerado um dos maiores parques de confecção da América Latina, chegando a um quantitativo de 9.624 boxes de feiras e 707 lojas²⁵.

A produção de Santa Cruz do Capibaribe volta-se para peças de vestuários em malha, *lycra*, *cotton* etc., feminina, masculina, infantil-juvenil, moda íntima e moda praia. Segundo a FADE/SEBRAE (2003) na cidade de Santa Cruz do Capibaribe:

²⁴ Corresponde a 85.562 habitantes que residem na área urbana e 1.976 habitantes da zona rural (IBGE, 2010).

²⁵ Disponível em <http://www.modacentersantacruz.com.br/index.php?pg=infraestrutura&lg=pt> Acesso em 04.03.2011.

Além das fábricas de confecções, a vida econômica da cidade gravita em torno de um comércio muito intenso. A cidade tem pobreza, como todo o País, mas o desemprego é quase zero. As casas, praticamente a totalidade delas, se transformam em fábricas, com costureiros e costureiras que confeccionam suas peças e as vendem para todos os Estados do Nordeste. E não somente ali: o Paraguai também tem comprado quantidades crescentes dos produtos da feira (p.10).

Como exemplo, do montante produzido no município temos a fábrica da “Rota do Mar” que produz sozinha mensalmente 120 mil peças²⁶ com uma média de 1.300 trabalhadores²⁷ envolvidos nas fases do processo produtivo. Atualmente possui um total de cinco lojas no polo de confecções - localizadas em Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Segundo o SEBRAE (2009), Santa Cruz abriga 85% das empresas do setor do Estado.

O PIB do município destaca-se nacionalmente, no primeiro semestre de 2011 o PIB cresceu 13,65% em relação a 2010, ultrapassando o crescimento do PIB brasileiro que chegou a 9% no mesmo período. Este chega a contribuir com R\$ 12 milhões de impostos para o Estado e movimenta R\$ 3,5 milhões por semana (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2011).

No que diz respeito ao crescimento demográfico da região, tanto Toritama quanto Santa Cruz do Capibaribe expressam um elevado processo migratório devido à oferta de trabalho e ocupação. Os trabalhadores saem da sua cidade natal, principalmente de municípios circunvizinhos, para trabalhar nas unidades produtivas de confecções: micro e pequenos empreendimentos, fábricas, fabricos e lavanderias.

Mesmo Toritama sendo o município com a menor área territorial de Pernambuco - 26 km² -, manifestou o maior aumento demográfico do Estado no período de 2000 a 2010, passou de 21.800 mil habitantes, em 2000, para 35.631 mil habitantes em 2010, ou seja, um aumento de 63,4% (IBGE, 2010). Santa Cruz do Capibaribe também apresentou um crescimento demográfico de 48,24% - saltou de 59.048 mil habitantes, em 2000, para 87.538 habitantes em

²⁶ Fonte Jornal do Comércio, 2011.

²⁷ Fonte: Jornal Agreste Notícia, 2009.

2010. Além dos trabalhadores, que residem e trabalham nos municípios, a região apresenta uma significativa população *flutuante ou ambulante*, aqueles que vão diariamente à cidade para trabalhar nas unidades produtivas e na comercialização das mercadorias, o que torna visível o inchaço populacional.

Alguns dados nos indicam que o crescimento econômico verificado pelo PIB nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe não vem sendo acompanhado pelo crescimento da renda dos responsáveis pelas famílias. No período de 1991 a 2000, por exemplo, Toritama passou de 71% da renda média do responsável pela família para 60% e Santa Cruz de 62% para 56% (IBGE, 2007). O que pode indicar que o desenvolvimento econômico na região realizou-se através de uma concentração de renda e uma intensa exploração da força de trabalho (SANTOS; CARNEIRO; AUGUSTO, 2009).

No desenvolvimento de ações e iniciativas voltadas para o APL de confecções se destacam as seguintes instituições: O SEBRAE com a sua unidade de Negócios em Caruaru; Associação do Confeccionista de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP); Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado (SINDIVEST); Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (Acic); Associação Comercial e Industrial de Toritama (Acit) e Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama (ALPF). E os Centros de Formação do SENAI (Escola Técnica SENAI Caruaru e Escola Técnica SENAI Santa Cruz do Capibaribe); Centro Tecnológico da Moda de Caruaru (CTM); o SENAC de Caruaru; o Instituto de Tecnologia de Pernambuco (Itep), Universidades públicas, as agências financeiras, como: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Caixa Econômica, as Prefeituras, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil/ABIT, dentre outros.

Para a RedeSist:

No que diz respeito ao associativismo, o APL de confecções do Agreste Pernambucano se caracteriza por sua origem baseada no trabalho de empresários que exerciam liderança no setor. Não foi, portanto, um APL induzido por entidades ou políticas públicas, este apoio passou a ser recebido na medida em que o Arranjo se consolidou a partir do trabalho dessas lideranças

empresariais. A organização dessas empresas em associações e sindicatos representou um aspecto fundamental neste processo, já que foi através da criação dessas entidades que as empresas do segmento conseguiram somar esforços para ampliar a base institucional do APL, o qual passou a contar com o apoio do poder público, sistema de C&T e sistema financeiro (NOTA TÉCNICA N° 02, p.44-45).

De fato, no APL de confecções a organização política dos empresários destaca-se na representação no setor público e nos espaços privados. Principalmente trabalham em prol de projetos e recursos que tragam impactos diretos para produção e comercialização das mercadorias, ou melhor, nos lucros dos micro e pequenos empreendimentos envolvidos, sobretudo, os regulamentados. Por outro lado, a representatividade política dos trabalhadores é bastante fragilidade (em alguns municípios não chega a existir), sobretudo, devido à fragmentação da produção e do forte incentivo ao empreendedorismo e do trabalho autônomo na região. Como veremos mais adiante.

A desregulamentação das unidades produtivas na região é considerada pelos pesquisadores da RedeSist como o principal empecilho do desenvolvimento do APL de confecções. Visto que a grande maioria devido à sua situação informal não chega a usufruir dos ganhos e oportunidades geradas pela dinâmica do APL, principalmente no que diz respeito à possibilidade de aprendizado e inovação, qualificação profissional e acesso a linha de crédito (Idem).

Todavia, salientamos que as políticas de desenvolvimento local/regional empreendidas no país por meio dos APLs revelam aspectos que vão além de questões econômicas, dos princípios organizacionais que os micro e pequenos empreendimentos devem possuir para garantir o “sucesso” no mercado, da lógica da cooperação dos diversos integrantes (que rompe com a identidade de classe social criando a ilusão que a contribuição de todos é para o bem coletivo, porém o que se mostra é que apenas uma parte da sociedade é favorecida e de antemão, a maioria, não são os trabalhadores), das relações no território que passa a ter um papel de integrador no processo produtivo fragmentado e flexível, através das articulações, parcerias, dentre outros tantos elementos constantemente ressaltados. Frente a esta realidade, os aspectos

sociais, as contradições e os impactos para classe trabalhadora pouco são considerados nas propostas e orientações em favor dos APLs.

Nos relatórios técnicos dos órgãos públicos e privados de fomento pouco se fala dos impactos da lógica dos APLs para as condições de vida dos trabalhadores, dos diversos regimes de trabalho; do próprio processo de trabalho, de que maneira as atividades produtivas são realizadas e conduzidas, da proteção ou desproteção social dos trabalhadores etc. Quando citados são apresentados como “gargalos” que devem ser superados com o próprio desenvolvimento do APL.

O discurso que reveste a dinâmica dos APLs apresenta que o crescimento econômico propaga o desenvolvimento social, atendendo as necessidades sociais e contribuindo para redução das desigualdades sociais e da pobreza. Assim, a dimensão econômica é posta como central no processo de desenvolvimento local/regional, pois é a partir dela que são criadas as possibilidades para alcançar um desenvolvimento autossustentável - no âmbito econômico, social e ambiental.

Na verdade, a abordagem dos APLs no país periférico como o Brasil vem aprofundar a lógica flexível de produção, ideologizando um suposto empreendedorismo, o trabalho autônomo, subcontratado, terceirizado como modalidades modernas de trabalho. Estas são apreendidas como saídas para o enfrentamento do desemprego e acesso à renda, em detrimento de políticas públicas universais voltadas para atender, por exemplo, as necessidades de saúde, educação, moradia e saneamento dos trabalhadores.

Como exemplo, temos o APL de confecções do Agreste de PE que apresenta uma heterogeneidade nos processos produtivos e diversos estatutos/modalidades de trabalho. Ao mesmo tempo em que existem micro e pequenos empreendimentos que exigem mão de obra especializada, com conhecimento técnico e experiência para algumas atividades produtivas (como desenho e criação das peças), há por outro lado um contingente de trabalhadores que realizam etapas e/ou subetapas da cadeia produtiva, muitas

vezes em lugares improvisados, possuindo apenas o conhecimento do saber-fazer (adquirido no dia a dia) e como instrumento de trabalho uma máquina de costura. Estes trabalhadores geralmente realizam trabalhos autônomos, domiciliar, parcial, temporário e desprotegido.

É diante do “sucesso” do APL de confecções que questionamos as condições de trabalho e como são atendidas as necessidades de reprodução social dos trabalhadores. Podemos de fato afirmar que existe um crescimento econômico aliado com o desenvolvimento social? Em uma realidade onde se predomina trabalho precário e desprotegido? E a intervenção pública pela via dos serviços, políticas e programas sociais vêm promovendo a proteção social dos trabalhadores?

Mesmo não sendo o nosso foco de pesquisa um ponto que é ressaltado por Santos; Carneiro & Augusto (2009) que merece ser considerado é o impacto da cadeia produtiva de confecções para a saúde do trabalhador e o meio ambiente, pois a todo tempo os trabalhadores são submetidos a um conjunto de atividades que diariamente põem em risco a sua vida, seja pela inserção precária de trabalho, “*más condições de habitação e nutrição e insuficiente infraestrutura urbana*” (Idem, p.206). Segundo os autores:

O florescimento do mercado de confecção passou a integrar, na década de 90, os planos governamentais de desenvolvimento regional. No entanto, este foi tratado apenas do ponto de vista econômico sem adequação estrutural e social trazendo, até a época atual, grande problemas para a saúde de sua população, em particular para os trabalhadores formais e informais envolvidos nessa atividade produtiva (p.199).

A partir da lógica do desenvolvimento regional via arranjos produtivos locais, no cenário brasileiro, podemos entender as contradições e como este modelo vem se configurando no Agreste de PE. Não podemos deixar de considerar que o cenário atual é de extrema flexibilização do trabalho e supressão dos direitos sociais dos trabalhadores, que institui uma nova morfologia do mundo do trabalho, com relações precárias e com rebatimentos diretos para reprodução da força de trabalho.

Portanto, é diante do cenário do APL de confecções, mais especificamente da realidade do município de Toritama que buscaremos analisar, no próximo capítulo, o trabalho desenvolvido no APL frente ao atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das novas configurações do mundo do trabalho que afetam significativamente as condições de vida e os mecanismos de proteção social do trabalhador.

CAPÍTULO 2

Precarização e Desproteção Social na Cidade do *Jeans-Toritama/PE*: elementos para uma análise

2.1 A Lógica Destrutiva do Capital: flexibilização e desregulamentação do trabalho

Para discutir as condições e os processos de trabalho na dinâmica do arranjo produtivo local de confecções, assim como os rebatimentos para classe trabalhadora ou *classe-que-vive-do-trabalho*²⁸ é primordial considerar as transformações em curso no processo de produção, nas relações e condições de trabalho no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Desde a década de 70 identificamos estratégias que o capital cria e recria para “superar” a sua crise estrutural, através do processo de reestruturação produtiva com a finalidade de resgatar o ciclo reprodutivo do capital “e o seu projeto global de dominação” (Idem, p.50), que se caracterizou pela mudança do padrão de produção taylorista-fordista²⁹ para a denominada acumulação flexível.

²⁸ Conforme Antunes (2005) a expressão classe-que-vive-do-trabalho são “*todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital*” (p.103). Esta noção engloba os trabalhadores precarizados, terceirizados, os trabalhadores desempregados etc. O autor afirma que na contemporaneidade há uma crescente interligação entre *trabalho produtivo (que produz diretamente mais-valor)* e *improdutivo (não está diretamente interligado com o processo de valorização do capital)* no capitalismo e como a classe trabalhadora é composta por estas duas dimensões o seu conceito ampliado é necessário para conhecer o que é classe social hoje. Assim, para Antunes a expressão classe-que-vive-do-trabalho “*procura captar e englobar a totalidade dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho*” (idem).

²⁹ Baseava-se na produção em massa de mercadorias com uma estrutura de produção homogeneizada e fortemente verticalizada/hierarquizada. O binômio taylorista-fordista no final da década de 60 começou a dar sinais de saturamento, tanto em níveis econômicos quanto no crescimento de formas de resistências e lutas dos trabalhadores contra a lógica dominante e a exploração do trabalhador (ANTUNES, 2005).

O processo de reestruturação do capital instituiu mudanças no processo produtivo, na circulação das mercadorias e nas relações sociais, sobretudo, com novos mecanismos de gestão e controle da força de trabalho, estabelecendo uma nova divisão social e sexual do trabalho com impactos diretos nas condições de vida dos trabalhadores. (ANTUNES, 2006). Este processo também estabeleceu mudanças nas esferas: econômica, política, cultural e social, ou seja, em *“todas as estruturas de suporte do metabolismo social do capital para garantir incondicionalmente a ampliação dos seus ciclos reprodutivos de acumulação”* (SANTOS, 2010, p. 89).

Para Harvey (1992) a acumulação flexível:

É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] (apud ANTUNES, 2006, p. 29).

Na particularidade brasileira, dada por um país de capitalismo hipertardio, os rebatimentos da reestruturação produtiva do capital foram sinalizados mais fortemente na década de 90 em conformidade com a lógica da acumulação flexível e do toyotismo ou modelo japonês (ANTUNES, 2006).

Neste ideário, os processos produtivos se realizam de forma descentralizada, com uma rede de empresas terceirizadas ou subcontratadas, permeadas por relações mais horizontais e integradas; com novas técnicas de gestão da força de trabalho pautadas no discurso do envolvimento e participação dos trabalhadores, além de instaurar um novo perfil de trabalhador: polivalente, multifuncional, adaptável, dentre outros. Assim,

Trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho *improdutivo*, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador *produtivo* (ANTUNES, 2005, p.53).

As mudanças postas pelo novo padrão de produção flexível impõem, como necessárias, a existência de unidades produtivas mais enxutas (com a redução do número de trabalhadores, extinção de postos de trabalho) ao mesmo tempo em que impulsionam uma maior produtividade. Essa lógica apresenta, sinteticamente, como estratégia de produção e de gestão da força de trabalho a *“intensificação da lean production”³⁰, o sistema just-in-time³¹, Kanban³², o processo de “qualidade total”³³, relações de subcontratação e de terceirização da força de trabalho*” (ANTUNES, 2010, p.17).

No Brasil, a descentralização produtiva ocorreu fortemente nas indústrias tradicionais como a de calçado e a têxtil que, sob a égide da concorrência internacional, iniciaram um processo de desterritorialização produtiva na busca de força de trabalho abundante e de baixo custo (ANTUNES, 2005).

Assim, no ramo têxtil os impactos da reestruturação produtiva foram substantivos com a abertura econômica e a liberalização comercial que impactaram nas indústrias do setor, *“acarretando um enorme desemprego, com diminuição de mais de 50% do seu nível de emprego, na primeira metade da década, além de um alto grau de terceirização da força de trabalho”* (ANTUNES, 2006, p.23); Pois:

³⁰ Expressão que significa produção enxuta direcionada à demanda, diferentemente da produção em série e de massa do fordismo.

³¹ “Melhor aproveitamento possível do tempo de produção” (ANTUNES, 2005, p.54).

³² Técnica que utiliza placas e senhas para reposição das peças e de estoque das mercadorias com estoque mínimo ao contrário da produção fordista. (Idem).

³³ As mercadorias passam a ter mais “qualidade total” quando menor for o seu tempo de vida útil. “A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que a “qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado” (ibidem, p.50).

A externalização do trabalho, o retorno de práticas pretéritas, como *putting out*³⁴, ampliou-se enormemente nos setores têxtil e de confecções, acentuando as formas e os mecanismos que configuram uma ainda maior precarização do trabalho e descumprimento dos direitos trabalhistas. Uma vez preservada a marca (já que vivenciamos a era do capitalismo dos signos, das embalagens, do involucral e do supérfluo), as empresas passaram, então, a recorrer ainda mais à terceirização, reduzindo os custos da produção, acarretando um enorme desemprego e enfraquecendo a coesão e a solidariedade dos trabalhadores (Ibidem).

As transformações no processo produtivo provocaram, por exemplo, a ampliação do trabalho em domicílio, nas cooperativas, através do trabalho autônomo, sem vínculo empregatício, subcontratado, inclusive com o crescimento de micro e pequenos empreendimentos, acentuando ainda mais as relações de trabalho precário, flexível e desprotegido. Conforme Antunes (2006):

A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presente em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços [...] Mas quando se olha o conjunto da estrutura produtiva, pode-se também constatar que o fordismo periférico e subordinado, que foi aqui estruturado, cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos, em grande expansão, consequência da liofilização organizacional, dos mecanismos próprios oriundos da acumulação flexível e das práticas toyotistas que foram e que estão sendo assimiladas com vigor pelo setor produtivo brasileiro (p.19).

A lógica da acumulação flexível³⁵ aprofunda ainda mais as contradições provenientes da relação capital-trabalho. Na medida em que parte da força de trabalho é expulsa do processo produtivo, criando uma superpopulação

³⁴ Expressão que significa “colocando para fora”.

³⁵ Para Alves (2010) o que torna a categoria de flexibilidade como algo novo “é a sua vinculação ao estágio, também recente, do desenvolvimento capitalista: a mundialização do capital” (p.25).

relativa³⁶ (força de trabalho excedente), além de aumentar a intensificação do trabalho. Para Maranhão (2008):

No interior da superpopulação relativa cria-se tanto uma massa proletarizada que vaga de emprego em emprego, servindo de força de trabalho barata e superexplorada, como também, uma população de desocupados duradouros que, espoliados dos meios de subsistência, servem como reservatório de força de trabalho para o capital (p.45).

O que nos termos de Marx (2009) se constitui como *exército industrial de reserva* (grifos nossos). A reprodução do capital³⁷ tem em seu cerne a exploração da força de trabalho, visto que quanto maior a exploração, maior será a acumulação ou taxa de mais-valia. As relações sociais de produção são fundamentalmente marcadas pela centralização dos meios de produção de uma classe social e a desigual distribuição da riqueza socialmente produzida. Pois, encontramos:

Acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital (MARX, 2009, p. 749).

No cenário atual, o intenso desemprego e subemprego que eleva ainda mais a superpopulação relativa, os baixos salários, trabalho desregulamentado e desprotegido são expressões constantes de relações e condições de trabalho precário que intensificam ainda mais a exploração da força de trabalho e aprofunda diretamente a miséria e pauperização dos trabalhadores. A realidade expressa que as mudanças postas visam, unilateralmente, favorecer ao capital com o aumento da exploração da força de trabalho, redução dos custos de

³⁶ A superpopulação relativa deve ser compreendida como fruto do processo histórico da acumulação e do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, é “a *alavanca da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, condição de existência do modo de produção capitalista*” (MARX, 2009, p.735). Segundo este autor a superpopulação relativa se apresenta principalmente de três formas, a saber: flutuante, latente e estagnada e afirma que “a *população trabalhadora aumenta sempre mais rapidamente do que as condições em que o capital pode empregar os acréscimos dessa população para expandir-se*” (idem, p.749). Mais detalhes ver o *Capital: Crítica da Economia Política*, capítulo XXIII que corresponde à lei geral da acumulação capitalista.

³⁷ Conversão de mais-valia em capital, processo este que Marx denomina de *Acumulação de capital* (grifos nossos).

produção e dos encargos sociais, elevando assim o aumento das taxas de lucro e manutenção do seu ciclo valorativo.

Podemos afirmar que a nova racionalidade capitalista do trabalho vem se caracterizando no tripé *precariedade-flexibilidade*³⁸-*desregulamentação* (grifos nossos) trazendo fortes impactos a classe trabalhadora, para o seu modo de viver (condições de vida) e para sua identidade política (enquanto classe social) e o seu potencial organizativo e reivindicatório. Pois, além de obscurecer a relação capital-trabalho, incide diretamente nas condições objetivas (emprego e salário) e subjetivas (consciência de classe) dos trabalhadores (ALVES, 2009). O que nos permite afirmar que é um processo “*que precariza a totalidade do viver social*” (VASAPOLLO, 2006, p.45). Segundo Alves (2009):

[...] É bastante problemático o desenvolvimento da consciência de classe nos trabalhadores proletários, inseridos nas relações salariais precárias, principalmente por serem contingentes sociais cuja precariedade atinge não apenas a renda e as condições de trabalho, mas a representação sindical (e política) e a consciência de direitos de cidadania (p.29).

Behring (2008) complementa que:

Estes processos abalam as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora e vêm desencadeando mudanças nas formas de sua organização política. Presencia-se a queda dos índices de sindicalização, bem como a dificuldade de organizar politicamente o *subproletariado moderno*. Há óbices em tecer alianças entre os segmentos centrais e os precarizados/subcontratados – e o que dizer dos

³⁸ Para Vasapollo (2006), a flexibilização pode se expressar de 6 (seis) maneiras, são elas: “i) *Liberdade da empresa para despedir parte dos seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem*; ii) *Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite*; iii) *faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional*; iv) *possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.)*; v) *liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas*; vi) *possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa*” (p.26).

definitivamente expulsos, inempregáveis, desfilados e exposto à vulnerabilidade de massas [...] (p.36).

Alves (2009) quando discute a precarização estrutural do trabalho no país ressalta que mais da metade dos trabalhadores encontram-se em *“estatutos salariais precários, sem acesso aos direitos do trabalho conquistados no decorrer do século XX”* (p.27). O autor denomina de *salariato precário* (grifos nossos) aqueles trabalhadores:

Da cidade ou do campo, imersos em experiência de precariedade aguda, na indústria, no comércio, nos serviços e na agroindústria, inclusive alguns deles inseridos em atividades não capitalistas propriamente ditas [...] (Idem).

Salientamos que na sociabilidade do capital os significativos índices de desemprego mundial e subemprego, além da tendência da expansão de relações de trabalho precário também nos países considerados desenvolvidos, derrubam a tese de que são mazelas ou desequilíbrios característicos dos países em desenvolvimento ou do “terceiro mundo”. E reafirma que são expressões típicas e inerentes ao modo de ser da produção capitalista, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, afetando significativamente as condições e os processos de trabalho no cenário de mundialização do capital. Sobre isso, Mészáros (2006) nos diz que:

Há poucos anos previu-se que, seguramente, todos os males sociais conhecidos, mesmo nos mais “subdesenvolvidos” locais do mundo, seriam superados pela “modernização”, em conformidade com o modelo americano. Contudo, somos agora confrontados por algo diametralmente oposto àquele quadro otimista, pois as condições outrora confinadas, segundo a “teoria do desenvolvimento” e a sabedoria governamental, às supostamente temporárias dificuldades do “subdesenvolvimento” estão agora se tornando claramente visíveis mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos (p.33).

Logo, também concordamos com Vasapollo (2006) quando afirma que frente às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a precariedade torna-se estrutural e permanente para os trabalhadores que são subordinados a modalidades de trabalho instáveis, flexível e desprotegido - através do discurso

de práticas empreendedoras, autônomas e/ou liberais, ou melhor, dizer *atípicos*³⁹. Pois:

O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco, e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente a descoberto, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação” (TIDDI, 2002, p.75, *apud* VASAPOLLO, 2006, p.53).

O que nos faz afirmar que a “[...] *“flexibilidade” em relação às práticas de trabalho - a ser facilitada e forçada por meio da “desregulamentação” em suas variadas formas -, corresponde, na verdade, à desumanizadora precarização da força de trabalho*” (MÉSZÁROS, 2006, p.34). Esta é aprofundada pela reestruturação produtiva que põem, como necessário para o processo de valorização do capital, modalidades de trabalho que intensificam a exploração e a subsunção do trabalho ao capital. Ao mesmo tempo em que precariza e amplia relações de trabalhos desregulamentados. (TAVARES, 2009).

Como por exemplo, incorporam e reinventam formas pretéritas de trabalho, como o trabalho em domicílio (que se expandiu com a reestruturação produtiva através da fragmentação da produção e o crescimento de pequenas e médias unidades produtivas), o trabalho por peça/produção, terceirizado e subcontratado, parcelado, dentre outros. Esses estatutos de trabalho passam a ter um discurso positivo, sendo apresentado como alternativa ao combate ao desemprego e a pobreza. Todavia, a realidade expressa que esta é mais uma maneira de camuflar as reais condições de trabalho precário e desprotegido aos quais os trabalhadores são constantemente submetidos. Assim, concordamos com Vasapollo (2005) quando afirma que:

³⁹ Conforme expressão utilizada por Vasapollo (2006).

A flexibilização, definitivamente, não é a solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições. É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho, por meio do denominado mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias (p.28).

Antunes (2006) destaca que no capitalismo contemporâneo o mundo do trabalho vem presenciando, de modo geral, uma diminuição da classe operária fabril ao mesmo tempo em que se amplia o trabalho assalariado no “setor de serviços”. E reforça que estamos vivenciando um processo de *subproletarização intensificada* (grifos nossos) com a tendência de relações e condições de trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado etc. O que evidencia na atualidade uma maior “*heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora*” (idem, p.50). Inclusive, com a crescente incorporação do trabalho feminino, além dos setores onde tradicionalmente a força de trabalho feminina sempre predominou (como o setor têxtil).

Entretanto, são inseridas em relações e condições desiguais quando comparadas com o salário dos homens seus cargos e funções, visto que as atividades mais rotinizadas e intensivas tendem a ser delegadas para as mulheres. O que mostra que estas são submetidas às piores formas de trabalho precário e conseqüentemente de uma maior exploração da força de trabalho.

Sem falar, da “exclusão” de trabalhadores jovens e dos mais velhos, aprofundando ainda mais a fila dos desempregados. Por outro lado não é difícil encontrar trabalho infantil ou até mesmo trabalho forçado, degradante e escravo em pleno século XXI.

Como resultado desse processo multifacetado do mundo do trabalho Harvey (1988) chama atenção para a existência de trabalhadores *centrais* e *periféricos*. Os primeiros são os trabalhadores de tempo integral que possuem uma maior estabilidade, perspectiva de promoções e de reciclagem, bons

salários e benefícios, e tendo estes que “*atender à expectativa de ser adaptável, flexível, e se necessário, geograficamente móvel*” (idem. p.144), podendo conforme os interesses do capital se tornar subcontratados.

Já os segundos apresentam duas particularidades: trabalhadores com tempo integral de trabalho, porém com habilidades menos especializadas, apresentando uma significativa rotatividade e menos oportunidade de carreira que os trabalhadores centrais; e uma parcela de trabalhadores que vem se expandindo, exponencialmente, os *subcontratados (grifo nosso) que são os trabalhadores em tempo parcial, com contrato por tempo determinado e sem as garantias sociais e trabalhistas de proteção social.*

Desse modo, o mundo do trabalho na atualidade apresenta um processo contraditório e necessário para a lógica produtiva do capital, pois, ao mesmo tempo em que se exige uma maior qualificação do trabalho em alguns ramos produtivos (*intelectualização do trabalho manual*⁴⁰), com os avanços tecnológicos, da informática e da robótica, também, em sentido oposto, se *desqualifica o trabalho* através das crescentes modalidades de trabalho precário, flexível e desregulamentado.

Assim, sem dúvida as transformações no mundo do trabalho vêm ocorrendo em nível mundial, entretanto com impactos mais expressivos e degradantes nos países subordinados e dependentes ao capital mundializado. Pois, basta observar as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora e a crescente fragilização do poder político e reivindicatório. No qual temos como exemplo o Agreste Pernambuco, como veremos mais abaixo.

⁴⁰Conforme Antunes, 2006.

2.2. A Nova Morfologia do Trabalho: precarização e superexploração da força de trabalho

No contexto atual de mundialização do capital é importante destacar que a precarização e a superexploração⁴¹ da força de trabalho se tornam cada vez mais presentes na sociabilidade do capital, sobretudo, nos países periféricos, como é o caso da realidade brasileira. O que faz revelar que a acumulação capitalista alia subordinação e dependência⁴² dos países considerados do “terceiro mundo” ao ciclo de reprodução do grande capital, comandado pelos países “centrais” ou hegemônicos. Segundo, Carcanholo (2009),

[...] dados os condicionantes histórico-estruturais da dependência, reforçados pela própria dinâmica de acumulação mundial, a resposta periférica para o desenvolvimento capitalista está baseada na superexploração da força de trabalho e, conseqüentemente, na distribuição regressiva da renda e da riqueza, assim como no aprofundamento dos problemas sociais (p.259).

Sobre a subordinação do Brasil à lógica do capital mundializado Silva (2008) ressalta que os esforços do Estado estão direcionados para o pagamento da dívida pública interna, ou melhor, da liquidação dos juros. Visto que, *“a nossa política econômica não é a política de dentro, mas a política de fora. Não produzimos para crescer e distribuir, mas para salvar a economia dos outros”* (p.123).

O que evidencia que estamos vivenciando mais um processo de submissão em consonância com os ditames do capital mundial. Pois, *“o quadro real é o de dependência financeira e controle da economia por empresas externas; apropriação privada dos recursos públicos, concentração da renda e*

⁴¹ Também denominada de *exploração redobrada* pelos autores.

⁴²Carcanholo (2009) aponta três condicionantes histórico-estruturais da dependência: (i) *“o fato empírico recorrente de perda nos termos de troca, ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes – geralmente produtos primários e/ou com baixo valor agregado [...]; (ii) remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, pela simples razão de os primeiros importarem capital dos últimos; (iii) instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes e colocando os países dependentes periféricos à mercê do ciclo de liquidez internacional”* (p.254).

da exclusão social e a presença de oligarquias no centro do poder” (idem, p.124).

Marini (2005), na *dialética da dependência* (1973), expõem as particularidades centrais que constituem as relações dos países latino-americanos com o capitalismo mundial, revelando que é no seio de formações econômicas e sociais específicas que a superexploração da força de trabalho passa a ser o nexos central para reprodução do capital dependente.

Essa tese não nega a existência de superexploração nas chamadas economias centrais, seja de maneira conjuntural, seja em tempos de maior duração. A diferença reside em que, nas economias dependentes, essa modalidade de exploração se encontra no centro da acumulação. Não é então nem conjuntural nem tangencial à lógica de como essas sociedades se organizam. E ganha sentido quando se analisa o capitalismo como sistema mundial, que reclama transferência de valores das regiões periféricas para o centro, e quando as primeiras como forma de compensar essas transferências, acabam transformando parte do “fundo necessário de consumo do operário” em um “fundo de acumulação de capital”, dando origem a uma forma particular de reprodução capitalista e a uma forma particular de capitalismo: o dependente (OSÓRIO, 2009, p.174-175).

Os países periféricos para atrair investimentos estrangeiros cria um conjunto de facilidades e atrativos visando competir no mercado mundial como: rebaixamento dos salários, contratos de trabalho flexíveis (sem as garantias sociais do trabalho), renúncia fiscal e isenção de impostos (BOSCHETTI, 2010). Entretanto, essa flexibilização do trabalho com impactos destrutivos nas condições de trabalho e direitos sociais:

Não vem se traduzindo em redistribuição real de capital entre países “ricos” e “pobres”. A economia dos países com elevados índices de desigualdade econômica e social continua periférica em relação à economia mundial, enfrentando uma relação muito desigual e desfavorável. Isso se agrava porque o fluxo de capital dos países “pobres” para os países “ricos”, decorrente do pagamento de dívidas e seus encargos, é muito maior que o fluxo do capital dos países “ricos” aos países “pobres” em forma de investimento produtivo, como revelam os dados da CEPAL⁴³ (2007) sobre a dívida externa da América Latina em

⁴³ Comisión Económica para América Latina.

2005, que correspondia a 26,7% do PIB latino-americano (Idem, p.73-74).

Assim, é a partir dessas relações que a superexploração da força de trabalho se torna basilar e se apresenta como resposta às relações desiguais no mercado mundial, tornando-se um mecanismo primordial para alavancar as taxas de lucro e a rentabilidade do capital (MARINI, 2005). Sobre isso, Martins (2009) complementa que:

A superexploração do trabalho se estabelece, a partir do desenvolvimento da produtividade do trabalho, naquelas empresas, ramos ou regiões capitalistas que sofrem depreciação do valor de suas mercadorias, em razão da introdução, em seu espaço de circulação, de progresso técnico realizado por outras empresas, ramos ou regiões. Isso ocorre quando a maior parte do crescimento da produtividade, nesse âmbito, origina-se de inovações tecnológicas externas – produzidas em outras empresas, setores ou regiões -, não podendo os primeiros a compensar com a geração endógena de progresso técnico o movimento de apropriação de mais-valia que sofrem (p.197-198).

No que se refere aos impactos dessa realidade para a classe trabalhadora podemos afirmar que são destrutivos, visto que rebatem diretamente nas condições de reprodução da força de trabalho, contribuindo para um constante processo de subordinação, alienação e intensa exploração.

Uma vez que, a precarização e a superexploração da força de trabalho intensificam o surgimento de diversos estatutos de trabalho: parcial, temporário, flexível, por peça/produção que são postas no atual desenvolvimento das forças produtivas como relações e condições de trabalho modernas, autônomas e livres. Estas passam a ser incorporadas como estratégias de desenvolvimento local, de enfrentamento ao desemprego e até mesmo da miséria e combate a pobreza, como podemos observar nos discursos das políticas econômicas e sociais do país.

Com base nas análises de Marini (2005) a superexploração da força de trabalho tende a se expressar de forma combinada: pela via *da intensificação*

do trabalho, prolongação da força de trabalho e expropriação de parte do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho ou parte do fundo de consumo do trabalhador para transformá-lo em fundo de acumulação⁴⁴ (grifos nossos).

Alia desse modo, a extração da mais-valia absoluta e mais-valia relativa⁴⁵. Para o autor os três mecanismos indicados “*configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva*” (p.156), em correlação ao baixo desenvolvimento das forças produtivas dos países latino-americanos e dos seus nichos produtivos. Assim, os três mecanismos utilizados pelo capital para superexplorar a força de trabalho são caracterizados:

Pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e corresponde, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2005, p.156-157).

Marini (2005) ainda nos chama atenção que:

A superexploração não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas que é inerente a esta e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho. Supor o contrário equivale a admitir que o capitalismo, à medida que se aproxima de seu modelo puro, converte-se em um sistema cada vez menos explorador e logra reunir as condições para solucionar indefinidamente suas contradições internas (p.192).

⁴⁴ Ou seja, o valor que deveria ser pago ao trabalhador pela venda da sua força de trabalho (através do salário) passa cada vez mais a fazer parte da acumulação capitalista.

⁴⁵ A produção da mais-valia absoluta é extraída na extensão da jornada de trabalho, já a mais-valia relativa pela introdução de inovações tecnológicas. Saliento, que “*a mais-valia (ou o trabalho excedente) é uma só. Não há mais valia que é relativa e outra que é absoluta [...] o que pode ser absoluta ou relativa é a maneira de ser incrementar a extração de valor excedente*” (TAUJLE, *apud*, NETTO e BRAZ, 2007, p.109).

O que equivale afirmar que as diversas modalidades de trabalho atípico⁴⁶ (precário e desprotegido) são intrínsecas e necessárias ao processo de valorização do capital. Através da superexploração, o valor da força de trabalho é constantemente desrespeitado seja pela retirada de parte do valor diário da força de trabalho (resultando em baixos salários), seja pelo aumento da jornada e intensificação do trabalho, já que parte do trabalho excedente é apropriada pelo capital.

Osório (2009), com base nas análises de Marx, apresenta o conceito de valor da força de trabalho nas suas duas faces: o *valor diário* que é determinado pelo valor dos meios necessários para garantir a reprodução do trabalhador, como alimentação, habitação e moradia, educação, saúde etc., que varia em cada momento histórico; E o *valor total* que corresponde ao “*tempo total de vida útil do trabalhador ou o total de dias que o possuidor da força de trabalho pode vender a sua mercadoria em boas condições, além dos anos de vida em que não participará na produção (ou os anos de aposentadoria)*” (p.176). Então, o valor total da força de trabalho é o determinante do valor diário.

Logo, também estamos falando de superexploração da força de trabalho quando temos: “*um salário insuficiente ou um processo de trabalho com superdesgaste (seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho), que encurte o tempo de vida útil total e de vida total*” (Idem, p.177). Já que é mais uma forma do capital de se apropriar no presente dos anos futuros de trabalho e de vida do trabalhador.

Para Mustafa e Benatti (2010) o salário pago para reproduzir a força de trabalho deveria garantir as necessidades do trabalhador, não apenas as fisiológicas “*mas necessidades de natureza histórico-social, resultantes do desenvolvimento da sociedade (assegurando aos vendedores da força de trabalho educação, lazer etc.)*” (2010, p.406 *apud* NETO & BRAZ, 2006, p. 57). Contudo, na sociabilidade capitalista cada vez mais as necessidades dos

⁴⁶ Conforme Vasapollo, 2005.

trabalhadores são reduzidas as condições mínimas de sobrevivência e para manutenção do “*trabalhador consumidor*” (p.411).

Vale destacar que as condições de trabalho precárias, com extensas jornadas de trabalho diárias e baixos salários tiram do trabalhador a possibilidade de garantir a sua reprodução familiar, tanto pela negação do acesso aos bens materiais e serviços sociais necessários à sua sobrevivência, quanto pelo próprio ritmo e intensificação do trabalho, com um desgaste físico e mental redobrado, que muitas vezes não permitem que o trabalhador recupere a energia da sua força de trabalho.

De modo geral, o trabalho precário apresenta as seguintes especificidades:

[...] trabalho em tempo parcial [...], com extensas jornadas de trabalho, com pagamento por produção/serviços, [...] destituído de garantias legais de estabilidade ou proteção contra dispensas, de carga horária definida, de descanso semanal e férias remuneradas, realizado em condições insalubres, sem seguridade social [...] (BARBOSA, 2007, p.40).

Sem dúvida, o conceito de superexploração do trabalho apresentado por Marini em 1973 mostra-se em pleno século XXI bastante atual. Para o autor:

A produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, e sim acentua, a maior exploração do trabalhador; e segundo, que as combinações das formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada (2005, p.189).

Os mecanismos que elevam a exploração da força de trabalho e que aprofundam a precarização e desproteção social do trabalhador na realidade brasileira se mostram constantes e necessários para o ciclo reprodutivo do capital.

Pois, os índices de desemprego e subemprego e as diversas modalidades de trabalho precário e degradante juntamente com a legalização

do Estado nas relações flexíveis de trabalho confirmam que “a *ampliação do número de trabalhadores superexplorados, tanto do setor formal quanto do exército industrial de reserva, não é mais um fato momentâneo, cíclico, reversível; agora é um fato estrutural*” (TRASPADINI; STEDILE, 2009, p.42). É totalmente necessário para acumulação capitalista em nível mundial.

2.3. O Trabalho Precário no APL de Confecções: o caso da cidade do *jeans* - Toritama/PE

A cidade do *jeans* (Toritama) do Agreste do Estado revela uma realidade que chama atenção de todos que visitam o município, seja pelo montante de mercadorias que são produzidas e comercializadas, seja pela vida dos toritamenses que gravitam (dia e noite) em torno da confecção de vestuário em *jeans*.

Crianças brincam com retalhos de *jeans* e muitas delas trabalham; os adolescentes abandonam os estudos para trabalhar nas facções e fabricos; as mulheres (predominantes nas unidades produtivas) vivenciam duplas ou triplas jornadas de trabalho, aliando intensamente o trabalho doméstico com o produtivo; além da presença masculina nos espaços produtivos. É bastante comum que todos os membros familiares trabalhem direta ou indiretamente na produção de *jeans* na região. O que faz com que a sobrevivência dos trabalhadores dependa quase que exclusivamente da renda do seu trabalho.

É uma cidade considerada, por instituições e órgãos de apoio e fomento ao APL de confecções, de pleno emprego, um lugar que não falta trabalho/ocupação. Nos discursos oficiais apresentam a necessidade de investir na qualificação dos trabalhadores para que estes possam acompanhar o desenvolvimento produtivo da região; que os trabalhadores são ou podem virar empresários, autônomos e livres no sentido que podem competir no mercado em condições iguais, independente da situação socioeconômica e da condição de classe social.

Todavia, a cidade do *jeans* apresenta uma realidade bastante contraditória: entre o discurso ideológico e a sua materialização existe uma distância imensa quando conhecemos de perto as condições de vida e de trabalho da maior parte dos trabalhadores que moram e trabalham em Toritama, ou melhor, que vivem para trabalhar.

A cadeia produtiva de confecção em Toritama destaca-se pela grande quantidade de unidades produtivas desregulamentadas que são instaladas em garagens, galpões, terraços e dentro dos cômodos das residências. Em algumas casas somente os quartos são preservados, o restante dos espaços são ocupados por mesas com máquinas de costura e pilhas⁴⁷ de peças em *jeans*. Esta realidade mostra que 90% do trabalho desenvolvido nas unidades produtivas no município são informais (LIMA, 2009).

Com o trabalho em domicílio o espaço de reprodução social também incorpora os riscos produtivos do trabalho atingindo todos os membros da família, sejam pelas condições insalubres, espaços impróprios para o desenvolvimento das atividades, manuseio do maquinário ou instrumento, sejam pelo trabalho intensivo e extensa jornada de trabalho.

É importante considerar que em toda a cidade encontramos inúmeras facções e fabricos, além das lavanderias de *jeans*⁴⁸, porém nos bairros mais pobres da cidade é onde encontramos uma maior concentração dessas unidades produtivas. Como por exemplo, Planalto e Independente que são dois bairros onde residem trabalhadores pobres, inclusive, são localidades que fazem parte da área de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁴⁹.

Não há dúvidas, que as unidades produtivas desregulamentadas ou “clandestinas”, como muitos trabalhadores as intitulam, são fundamentais para

⁴⁷ Também denominadas pelos trabalhadores de “fichas”.

⁴⁸ A nossa pesquisa deteve-se no trabalho desenvolvido nas unidades produtivas desregulamentadas, sobretudo as denominadas facções. Assim, não entraremos na discussão das condições de trabalho das lavanderias de *jeans*.

⁴⁹ Espaço de proteção social do Sistema Único de Assistência Social, localizado em áreas de vulnerabilidade e risco social.

manutenção do ciclo produtivo das mercadorias na região. Pois, nesta realidade predominam-se relações de subcontratação onde micro e pequenas empresas formalizadas (com marcas registradas) terceirizam fases do seu processo produtivo. Além de unidades produtivas desregulamentadas também quarterizam a produção para outras unidades produtivas. Ou seja, a cadeia produtiva de confecção é em grande parte *fragmentada, informal e realizada em domicílios por arranjos familiares*. Assim:

Ao lado de algumas confecções e facções formais, que empregam mão de obra local, [...] um sem número de pequenos fabricos de estrutura familiar que se dedicam diuturnamente a uma jornada de trabalho extenuante, do tipo que Marx chamou de trabalho alienante. São trabalhadores que, em busca de uma vida melhor se consomem no desempenho de tarefas, tendo olhos apenas para fitar o tecido e o ponto da máquina de costura e ouvidos para o ruído das máquinas e o som da rádio comunitária que os mantêm ligados ao mundo que os cerca (MARX, 2001; SANTOS, 2006 *apud* SANTOS; CARNEIRO & AUGUSTO, 2009).

Nesta realidade, uma minoria de unidades produtivas de confecções em *jeans* é regulamentada, já que a grande maioria é subcontratada para realizar parte ou totalidade do processo produtivo, através de estatutos de trabalho precário e desprotegido. Nesta realidade, também é comum às unidades produtivas aliam a confecção de mercadorias em sua totalidade com a confecção de parte/fase de mercadorias semielaboradas que são terceirizadas por outras empresas.

Os trabalhadores em domicílio (presença marcante em Toritama) dependem da demanda de micro e pequenas empresas de confecção, sem essas, não há trabalho. Geralmente, na figura de um intermediário as unidades produtivas, formalizadas ou “independentes”⁵⁰, distribuem parte ou fases do processo produtivo para os trabalhadores em domicílios ou para outras unidades produtivas especializadas em um único processo.

⁵⁰Conforme a pesquisa da FUNDAJ, 2008.

No que se refere ao trabalho desregulamentado na região, conforme uma pesquisa realizada pela FUNDAJ (2008), 92,5% dos trabalhadores inseridos na cadeia produtiva de confecção não contribuem para previdência social. E apenas 4,5% dos trabalhadores estavam trabalhando com carteira assinada. Esses dados colocam o município de Toritama entre aqueles que apresentam os menores percentuais de trabalhadores contribuintes do país (Idem).

É importante considerar que 42,1% dos trabalhadores nordestinos estão inseridos em trabalhos informais, enquanto que este índice no Brasil representa 28,02%, com esses dados o NE torna-se a região com o maior índice de trabalho informal do país (IPEA, 2009). Para Alves (2009) a informalidade sempre esteve presente na “*formação social capitalista brasileira desde os primeiros séculos da colonização, Império e República*” (p.30), porém se aprofunda no contexto da reestruturação produtiva do capital e consequentemente com as transformações do mundo do trabalho.

Como citado anteriormente, o elevado índice de desemprego e subemprego no país incita cada vez mais o trabalho nas cooperativas, trabalho em domicílio, surgimento de micro e pequenas empresas que são consideradas organizações de trabalho independente, espontâneo e autônomo, porém que provocam ao contrário do que é pregado “*mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais*” (TAVARES, 2004, p.18).

Como parte das estratégias de legitimação do capital, cria-se um conjunto de ideais dominantes a favor do trabalho autônomo, por conta própria e desprotegido que acabam sendo incorporados e defendidos pelos trabalhadores, como por exemplo, a positividade de ter o próprio negócio e de ser o patrão.

É bastante comum identificar na fala dos confeccionistas, a defesa do trabalho considerado autônomo e independente, como sendo a melhor saída para garantir a sua sobrevivência. Neste momento, os trabalhadores

desconsideram as condições de trabalho as quais estão submetidos, a sobrecarga de trabalho, a total desproteção social e as limitações que a subcontratação e terceirização impõem aos trabalhadores. Estas condições negam qualquer existência de liberdade e independência dos trabalhadores/confeccionistas. Pois,

Essa suposta autonomia, além de mascarar as reais dimensões do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto ao individualismo, desqualifica as organizações representativas do trabalho, fomenta a ordem ideológica dominante e distancia o horizonte revolucionário (TAVARES, 2004, p.22).

Sobre a concepção e funcionalidade do trabalho informal no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas partimos das análises de Tavares (2004) quando apresenta o conceito de “*nova informalidade*”⁵¹ (grifos nossos) estritamente correlacionada e necessária à acumulação capitalista flexível. Para autora:

Toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que descaracterizam a relação formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadoria, é trabalho informal (p.49).

Tavares (2004) complementa que sob a lógica da acumulação flexível modalidades de trabalho particulares de uma economia atrasada tornam-se totalmente funcional ao processo de valorização do capital, o que faz consubstanciar o que denomina de “*nova informalidade*”. Logo, concordamos com a autora quando afirma que:

O trabalho informal corresponde ao emprego desprotegido, sem vínculo formal, mas diretamente vinculado à produção capitalista. Trata-se de formas de trabalho que foram praticadas pela sociedade pré-industrial e são agora retomadas

⁵¹ Diferentemente de concepções liberais dualistas e setoriais que considera o “setor formal” como moderno e “setor informal” como atrasado e que o próprio desenvolvimento seria o responsável para eliminar qualquer disfunção, como pregado pelos pesquisadores da Organização Internacional do Trabalho (OIT), através do relatório do Quênia (1972). Entretanto, “a ideia de “setor informal” orientada pelo dualismo tornou-se insustentável, na medida em que o desenvolvimento econômico ao invés de incorporá-lo, expandiu-o” (TAVARES, 2004, p.45).

pela grande empresa, que tende a deixar de ser o lugar por excelência da chamada relação salarial moderna. Sob o ângulo da flexibilização, moderno, hoje, é o que é flexível. Nenhuma forma de trabalho pode ser mais flexível que o trabalho informal, portanto na hipótese de persistência do atual padrão de acumulação, os empregados informais poderão vir a ser modernos (p.52).

Para garantir o aumento dos lucros, o capital utiliza de mecanismos para elevar ainda mais a exploração do trabalhador. E um deles é a terceirização de fases necessárias da produção capitalista para trabalhadores externalizados e/ou internalizados, através de uma relação de compra de serviços.

Esse movimento e suas consequenciais se refletem na ampliação do trabalho informal que, articulado à produção capitalista, cumpre o papel de reduzir os custos variáveis da produção, pela não obrigatoriedade dos custos sociais do emprego. Trabalho informal, portanto, se constitui numa estratégia funcional ao capital, especialmente nesta era da acumulação flexível, em que a diversidade de status de assalariados permite, maior liberdade, uma exploração mais intensa dessa forma de trabalho, pela articulação sistemática de mais-valia absoluta com a mais-valia relativa (TAVARES, 2004, p.47- 48).

A não obrigação do empregador com os custos sociais do trabalho, com os meios de produção, materiais e infraestrutura necessários para processo produtivo faz tornar a terceirização e o trabalho informal estratégias louváveis para o capital, inclusive, porque *“com a desregulamentação do trabalho, tornou-se possível extrair mais-valia sem que haja necessariamente uma relação direta e explícita de assalariamento”* (p.57).

Assim, se tornam claros os motivos que levam os representantes do capital, com a legalização e apoio dos gestores públicos, amenizarem e até ignorarem a situação da intensa informalidade no polo de confecções: elevar a produtividade e obter cada vez mais lucro para o capital, independente das condições dos micro e pequenos empreendimentos e dos reais impactos para condições de vida da classe trabalhadora.

Na realidade de Toritama, em cada domicílio é possível encontrar pelo menos uma máquina de costura funcionando. Praticamente encontramos uma

facção ao lado da outra e trabalhadores que não param de trabalhar para dar conta da produção encomendada. Estes trabalhadores compram as suas máquinas: reta, de overlock, etc., as linhas, assumem todos os custos do uso do espaço, como energia, aluguel e manutenção das máquinas utilizadas. Ou seja, são responsáveis por todas as despesas necessárias para realização do processo produtivo, sem receber nada mais por isso. Para suprir esses gastos, a saída é trabalhar muito mais (prolongando a jornada de trabalho) para garantir uma renda que atenda parte ou totalmente as necessidades de reprodução da força de trabalho. Sem falar, da ausência de garantias trabalhistas e sociais, pois a proteção social acaba se tornando unicamente de responsabilidade do próprio trabalhador.

Graças à terceirização, a informalidade se torna uma forma adequada ao capital, porque participa efetivamente da produção sem implicar os custos do trabalho formal, e porque, aparentemente, não se configura como uma relação entre opositores. Em vez de compra direta da força de trabalho, compra-se trabalho, serviço, mercadoria [...]. Com isso atribui-se à pequena empresa uma relevância que induz os trabalhadores a acreditarem que esta pode lhes assegurar mecanismos de proteção social, qualificação e renda. (TAVARES, 2004, p.43)

O discurso do trabalho livre e independente se “dissolve no ar”, pois o trabalho desenvolvido nas facções é totalmente subordinando ao empregador, às micro e pequenas empresas. Estes delimitam *quando* devem entregar as mercadorias (o tempo necessário para produzir), *quanto* de mercadorias os trabalhadores devem produzir e o *valor total* que será pago pelo serviço ou pelo número de mercadorias produzidas através do pagamento por peça/produção, criando a ilusão de que o pagamento não é pela venda da força de trabalho e sim pelo resultado do seu trabalho⁵².

⁵²“O salário por peça, na realidade, não expressa diretamente nenhuma relação de valor. Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela incorporado, mas ao contrário, o tempo despendido pelo trabalhador pelo número de peças que produziu. No salário por tempo, o trabalho se mede diretamente por sua duração; no salário por peça, pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo. O preço do tempo de trabalho continua determinado pela equação: valor da jornada de trabalho = valor diário da força de trabalho. Salário por peça é, portanto, apenas uma forma modificada do salário por tempo” (MARX, 2008, p.639).

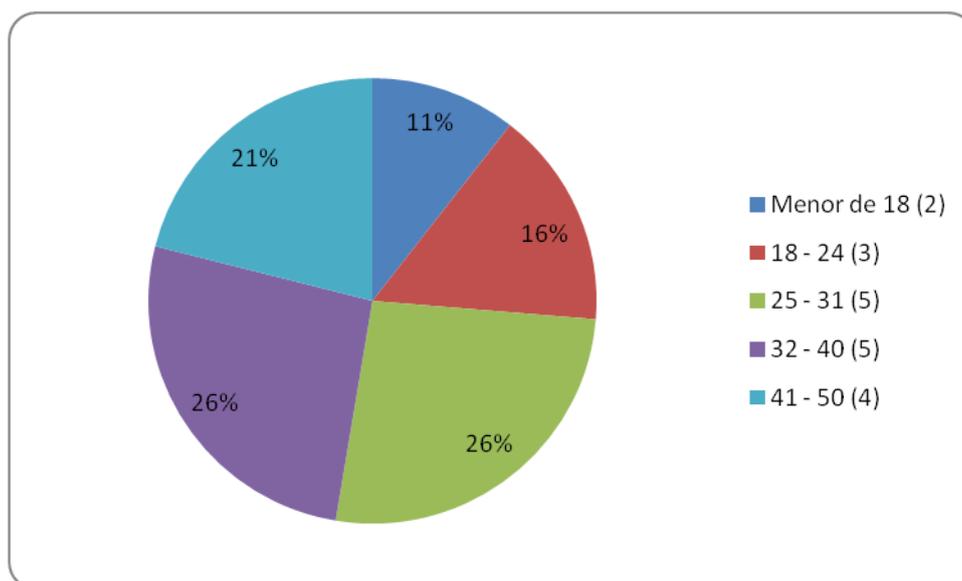
Essa externalização, traduzida como autonomia pelos apologistas do capital, cria a ilusão de que o trabalho deixou de ser subordinado simplesmente, porque o trabalho não sofre, às vezes, uma vigilância direta do empregador, como ocorre quando o trabalho é realizado dentro da empresa. Entretanto, o suposto trabalho autônomo é executado segundo uma obrigação por resultados, portanto, sob rigoroso controle e sob maior exploração. Trata-se tão somente de uma falsa autonomia, marcada pelo desassalariamento e pela precariedade, na qual o tempo de trabalho continua a ser uma categoria dominante (TAVARES, 2004, p.57-58).

O que revela que a expansão de modalidades de trabalho ditas autônomas e independentes não é suficiente para negar o trabalho assalariado, “*uma vez que as obrigações do trabalhador, até quando ele acredita ser independente, continuam submetidas às mesmas regulações do trabalhador formal, agravadas pelas condições precárias em que a sua atividade se realiza*” (Idem, p.25).

2.3.1. O Trabalho em Domicílio na Cadeia Produtiva de Confecções de Jeans

As nossas aproximações à realidade do APL de confecções de PE resultaram em visitas e entrevistas com os trabalhadores das facções e fabrico do município de Toritama. Com base em um roteiro de pesquisa de campo priorizamos questões que envolviam três principais eixos: *Perfil do trabalhador, Trabalho e Renda, e Acesso aos Serviços de Proteção Social: Saúde e Previdência Social*. No total de dezenove (19) entrevistas realizadas identificamos o seguinte perfil:

Gráfico 1 - Faixa Etária dos Trabalhadores



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa.

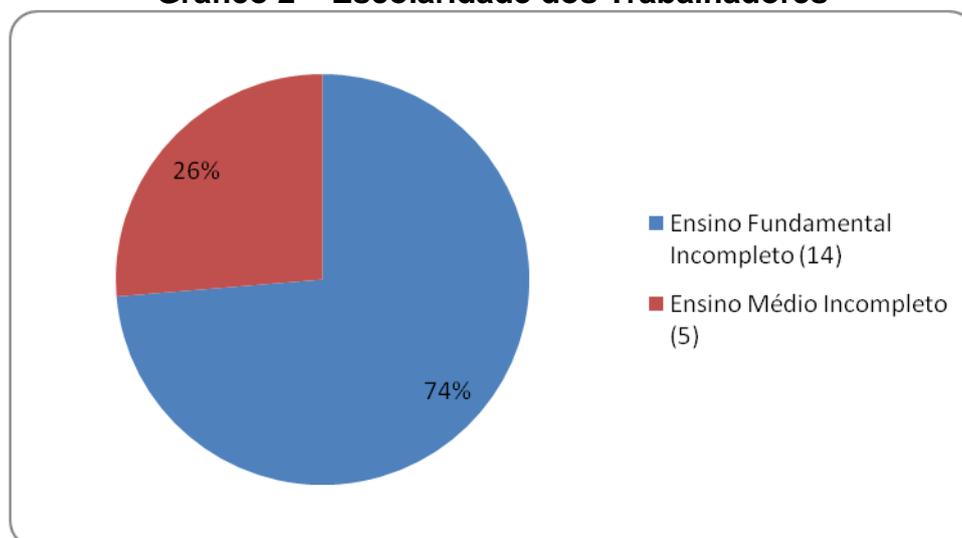
Os dados visualizados no gráfico mostram trabalhadores relativamente jovens nas faixões: dois (2) trabalhadores com menos de 18 anos; três (3) trabalhadores com faixa etária de 18 a 24 anos; cinco (5) trabalhadores com faixa etária de 25 a 31 anos; cinco (5) com faixa etária de 32 a 40 anos e quatro (4) trabalhadores com faixa etária de 41 a 50 anos.

Nas unidades produtivas informais é bastante comum encontrar trabalhadores que começaram a trabalhar na confecção desde a infância e adolescência. O que em parte também pode explicar a naturalidade dos trabalhadores hoje com a presença de crianças e adolescentes trabalhando na confecção, além da própria necessidade de que todos gerem renda para garantir a sobrevivência da família no município. Nas nossas visitas às unidades produtivas, encontramos várias crianças e adolescentes que dividem o dia com o turno da escola e as obrigações do trabalho, o que os fazem ter pouco tempo para brincar e estudar. Além de outros que simplesmente deixam de estudar para só trabalhar.

Mesmo predominando o trabalho feminino nas faixões e fabricos também encontramos muitos trabalhadores do sexo masculino costurando ou

sendo responsável/dono do empreendimento. Do total de entrevistas realizadas (19), quatorze (14) foram mulheres e cinco (5) trabalhadores homens.

Gráfico 2 – Escolaridade dos Trabalhadores



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa.

É nítido que o intenso trabalho na confecção de *jeans* não permite que os trabalhadores almejem continuar estudando ou voltem ao ambiente escolar. Como mostra os dados acima, quatorze (14) trabalhadores possuem apenas o ensino fundamental incompleto e quatro (4) trabalhadores possuem o ensino médio incompleto, deste apenas uma (1) trabalhadora afirmou que está estudando. Na dinâmica produtiva de Toritama tempo para estudar quer dizer menos tempo para trabalhar e conseqüentemente menos renda.

No relato dos trabalhadores praticamente não encontramos o reconhecimento da importância da educação na vida das pessoas ou qualquer perspectiva de crescimento profissional. O sucateamento e a falta de investimento na educação, tão apontada pelos trabalhadores, são fatores determinantes para que a escolaridade de jovens e adultos seja tão ruim em Toritama.

Sobre essa realidade, uma pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), em 2008, identificou que as piores escolaridades estavam com os trabalhadores individuais: os que trabalham em domicílios e os

autônomos, respectivamente 78% e 100% não terminaram o ensino fundamental. Devido à baixa escolaridade realizar um curso técnico ou superior se torna muito distante para esses trabalhadores, primeiramente pela formação básica exigida na maioria dos cursos e segundo pelo custo da mensalidade e de um possível deslocamento para outra cidade (como Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe), esses são elementos que retira do trabalhador qualquer condição objetiva de continuar estudando.

No momento, perguntamos também sobre a naturalidade dos trabalhadores e, do total, quatro (4) nasceram em Toritama, nove (9) nos municípios circunvizinhos (Caruaru, Vertentes, Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte), três (3) nos municípios de Escada, Limoeiro e Cupira e três (3) trabalhadores em cidades dos Estados de Alagoas, São Paulo e Minas Gerais.

Mesmo sendo um universo pequeno, frente à quantidade de trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva de confecções, os dados mostram a diversidade regional de pessoas que residem e trabalham em Toritama, proveniente do intenso processo migratório na região. A facilidade aparente de abrir e manter o próprio negócio aliado com a oferta de trabalho/ocupação movem trabalhadores de vários lugares do país ao polo de confecções que chegam com o propósito de mudança nas condições de vida.

Todos os trabalhadores entrevistados moram em Toritama, entretanto, nas visitas que realizamos nas unidades produtivas, identificamos trabalhadores, em menor quantidade, que se deslocavam de outras cidades circunvizinhas para trabalhar durante o dia em Toritama. Na comercialização das mercadorias essa tendência é mais forte devido às feiras da *sulanca* em Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

Uma questão que foi levantada pelos trabalhadores diz respeito à dificuldade de encontrar trabalhadores que queiram trabalhar nas facções e fabricos:

“Tá muito difícil conseguir costureira temos máquina, mas não tem ninguém para trabalhar”.

Assim, se uma facção tinha a capacidade de produzir 3.000 mercadorias para entregar em uma semana, atualmente produzem 1.000 mercadorias devido à pequena quantidade de trabalhadores. Em todas as unidades produtivas que visitamos os trabalhadores reclamaram da falta de costureiras e ajudantes para trabalhar.

Alguns trabalhadores alegaram que o crescimento de facções e fabricos nas cidades circunvizinhas vem fazendo com que os trabalhadores deixem de trabalhar em Toritama. Como a maioria das unidades produtivas não possuem contratos de trabalho, os custos com deslocamentos (passagens) são dos próprios trabalhadores. Assim é preferível trabalhar perto de casa.

Inclusive, no período da pesquisa de campo encontramos várias placas que sinalizavam a necessidade de costureiras e ajudantes, denominados de “cassaco”, para trabalhar nas facções. Como mostra o registro abaixo:

Figura 2 - Na entrada da facção



Fonte: própria

Figura 3 - Na janela de um domicílio



Fonte: própria

Figura 4 - Na frente de uma facção



Fonte: própria

Alguns trabalhadores preferem pegar uma quantidade menor de mercadorias e trabalhar sozinho em casa. Para aqueles que ainda não possuem uma máquina de costura, esta passa a ser um item de desejo, pois é a possibilidade, em tese, de *trabalhar para si próprio*, em casa/domicílio, e não para algum membro da família ou vizinho. Pois, trabalhar no próprio domicílio é considerado pelos trabalhadores/confeccionistas como algo positivo.

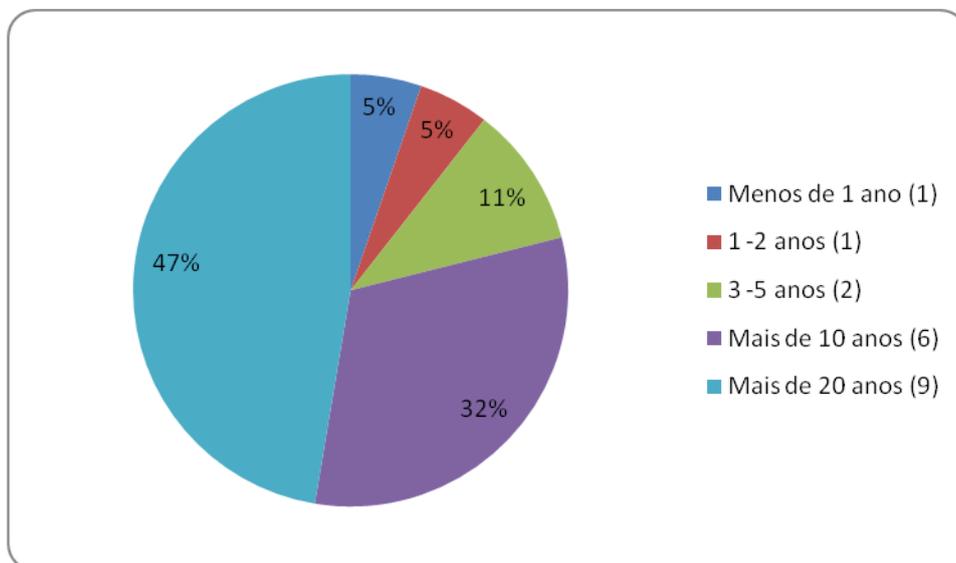
É importante salientar que o período de pesquisa de campo realizou-se logo após o escândalo dos tecidos hospitalares encontrados nas empresas do polo de confecções⁵³. Neste momento, uma intensa fiscalização foi realizada no município, o que gerou inicialmente um receio dos trabalhadores de participarem da nossa pesquisa. Entretanto, mesmo com essa dificuldade conseguimos realizar com sucesso as entrevistas.

Segundo os trabalhadores, o escândalo atingiu a produção e comercialização das mercadorias. Com a intensa fiscalização as unidades produtivas tiveram que fechar por não ter condição de assumir os custos da formalização. Mesmo sendo um período considerado de alta demanda (devido às festividades de final de ano) os trabalhadores reclamaram que estavam com poucas mercadorias, comparadas com os anos anteriores, e que parte dos trabalhadores estava com medo de trabalhar nas facções, por esse motivo,

⁵³ Segue anexo mais informações.

estavam buscando trabalhar nas micro e pequenas empresas formalizadas ou no seu próprio domicílio.

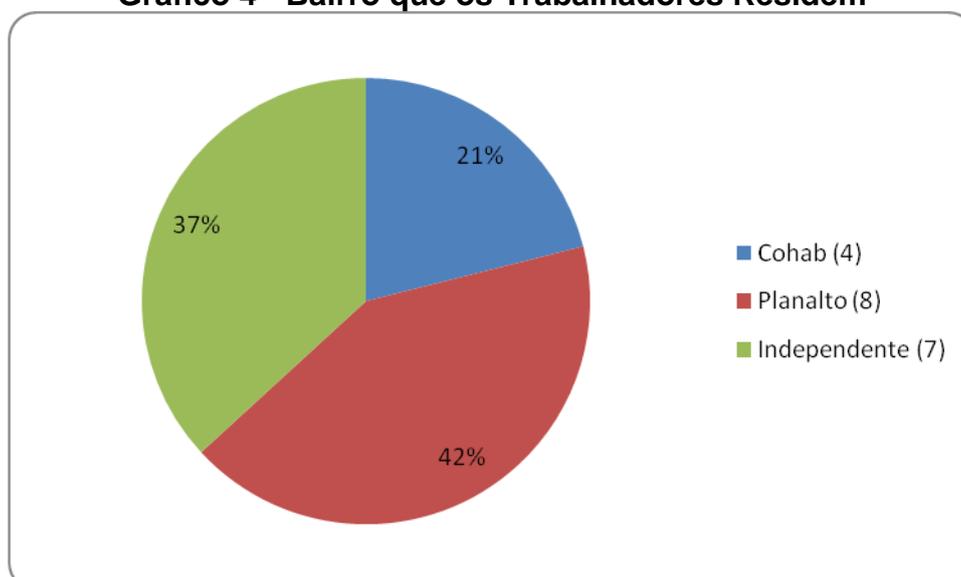
Gráfico 3- Há Quanto Tempo Reside no Município



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa.

Dos entrevistados seis (6) trabalhadores residem há mais de 10 anos no município e nove (9) há mais de 20 anos. Alguns trabalhadores vivenciaram o período de transição do nicho produtivo que antes era calçado em couro em Toritama para confecção de vestuário em *jeans*, como explanado no primeiro capítulo.

Gráfico 4 - Bairro que os Trabalhadores Residem



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa.

Os três bairros visitados são localizados na “periferia” do município, onde se agrupam inúmeras facções e fabricos. As condições habitacionais e de moradia de Planalto, Independente e Cohab são bem diferentes das encontradas, por exemplo, no centro da cidade. A maioria dos trabalhadores entrevistados trabalha e reside no mesmo bairro.

No que se refere às condições de *Trabalho e Renda* dos trabalhadores das unidades produtivas de confecções identificamos as seguintes questões:

Dos dezenove (19) entrevistados, dezoito (18) desenvolviam atividades produtivas nas facções e uma (1) trabalhadora no fabrico. Neste último, toda a confecção das mercadorias é de responsabilidade dos donos, desde o corte até a comercialização, diferentemente das facções que desenvolvem apenas uma etapa ou fase. Entretanto, salientamos que não houve diferenças nas condições de trabalho e de pagamento por produção/peça entre as facções visitadas e o fabrico.

Quando questionados sobre a função que desempenhavam, a maioria dos trabalhadores, afirmavam que fazia de tudo um pouco, pois as atividades variam conforme os modelos das mercadorias encomendadas. As principais atividades relatadas foram:

Quadro 2 - Função Desempenhada

Costura de coes;
Costura de bolso traseiro;
Abainhado;
Costura de zíper;
Costura de Bolsinho br;
Revés dos bolsos,
Detalhe das mercadorias (como as linhas dos bolsos);
Modinha (costurar as partes mais difíceis das peças);
Rebater as traseiras da saia;
Abrir as cabeças de coes e as linhas das peças;
Costurar parte das peças na máquina de overlock;
Costurar etiqueta;
Limpar o salão.

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa.

As atividades mais simples como limpeza das peças, costura de coes, abertura das linhas, limpeza do salão etc. são direcionadas para os mais novos, como crianças e adolescentes. Quanto “mais simples” for uma atividade menor é o seu valor unitário. Como o pagamento é realizado por peça/produção, cada trabalhador recebe de acordo com a atividade e a quantidade de peças produzidas. Segundo os trabalhadores *“quem trabalha mais rápido ganha mais”*. Por exemplo, para cada costura de coes o trabalhador recebe R\$ 0,07 e para berguilha de calça R\$ 0,11. Para um trabalhador que só faz costura de coes receber ao final do mês um valor correspondente a um salário mínimo vigente (R\$ 622,00) precisará costurar, aproximadamente, 1.480 peças por semana. Algumas atividades e os seus respectivos valores foram sintetizados na pesquisa realizada pela FUNDAJ (2008), como mostra a tabela abaixo:

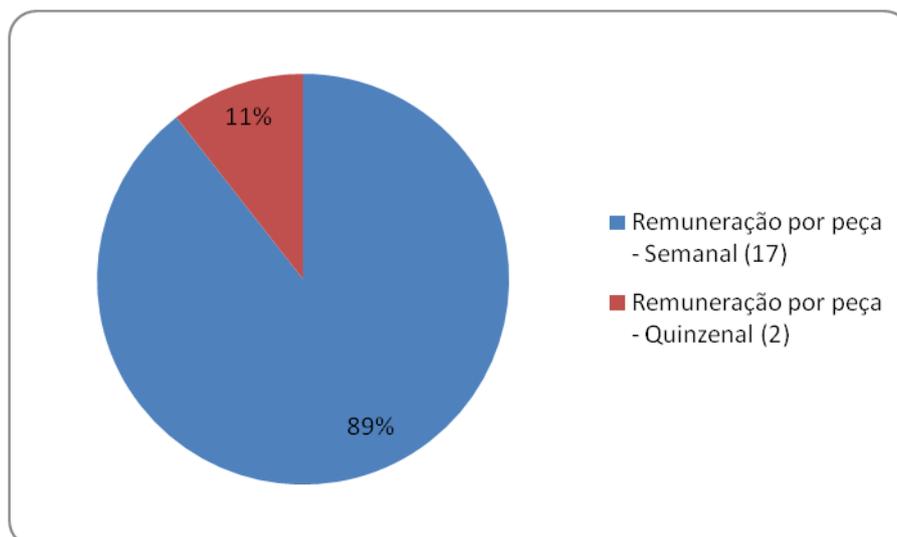
Tabela 1 – Valor Pago por Unidade Produtiva

Atividade	Valor R\$
Corte a mão	R\$0,20
Corte com máquina	R\$0,25
Costura dos bolsos traseiros	R\$0,16
Costura do zíper	R\$0,09
Revés do bolso	R\$0,03
Abainhado do bolso	R\$0,03
Abainhado da perna	R\$0,08
Lixar	R\$0,25
Esponjado	R\$0,25 a R\$0,30

Fonte: Retirado da Pesquisa direta da FUNDAJ, 2008.

Esta tabela mostra que os valores das atividades produtivas podem variar de R\$ 0,03 a R\$ 0,30. Assim, a renda do trabalhador sempre é relativa e instável, pois dependem das condições físicas dos trabalhadores, do ritmo de trabalho e do quantitativo de peças encomendadas. Inclusive, observamos que alguns trabalhadores se especializam em uma determinada atividade, como os detalhes das mercadorias, e trabalham em várias facções só desenvolvendo esta atividade.

Gráfico 5 - Remuneração/Salário do Trabalhador



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa.

Como dito acima se predomina o pagamento por peça/produção nas facções e nos fabricos, inclusive, conforme os trabalhadores entrevistados os

micro e pequenos empreendimentos regulamentados também realizam o pagamento por peça, obscurecendo o contrato salarial por tempo de trabalho. Os trabalhadores apontam que nessas unidades produtivas é comum o desrespeito com os direitos sociais e trabalhistas, como por exemplo, o não pagamento do 13º salário e férias remuneradas.

O pagamento por peça/produção realizado nas unidades produtivas pode ser feito semanalmente, geralmente os empregadores deixam as mercadorias no começo da semana para pegar no sábado ou na segunda-feira, ou quinzenalmente. A regularidade do pagamento corresponde à periodicidade que o empregador/contratante pega as mercadorias produzidas encomendadas.

No geral os trabalhadores afirmaram que as mercadorias/peças semielaboradas custam em torno de R\$ 2,00 a R\$ 2,50 (dependendo se o modelo é mais simples ou se possuem muito detalhe). Contudo, desse valor é retirado o pagamento de todos os trabalhadores, mais os custos com linha, energia, água, manutenção das máquinas, etc. Para os trabalhadores, responsáveis pelas facções, eles recebem de “lucro” uma média de R\$ 0,50 a R\$ 0,80 por cada peça produzida, mas alegam que o certo era receber R\$ 1,00.

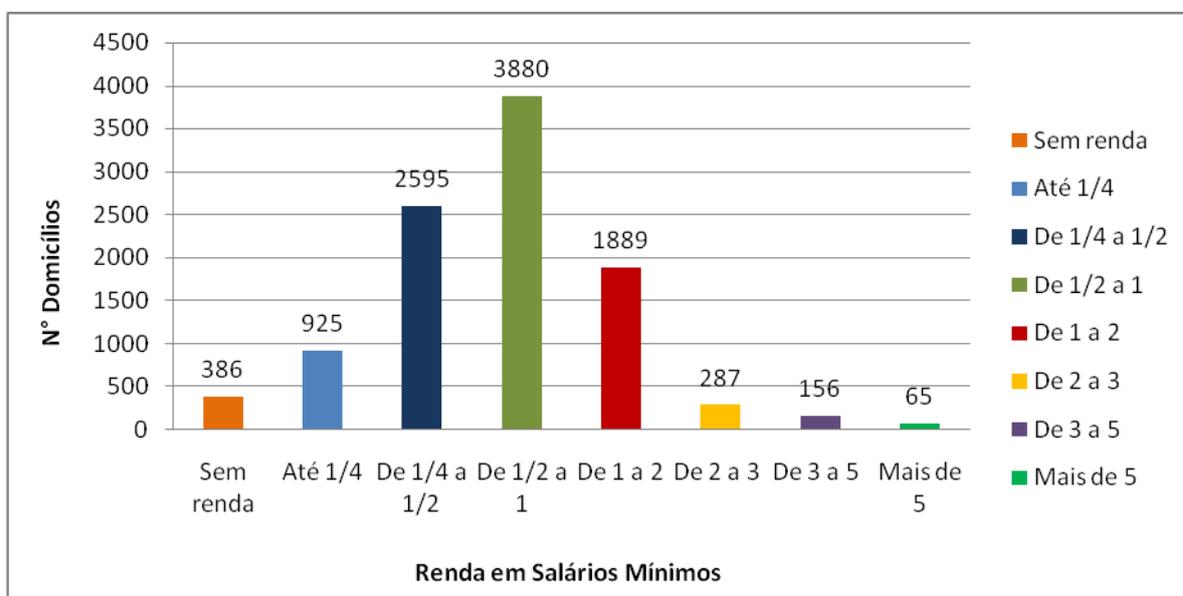
Também perguntamos quanto em média cada trabalhador recebe por mês, dezesseis (16) responderam em torno de 1 a 2 salários mínimos, as respostas variaram de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 por semana; três (3) trabalhadores (responsáveis pelas facções) afirmaram que recebem do empregador o valor de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00 por semana ou quinzena, sem retirar os gastos com a produção e o pagamento de todos os trabalhadores envolvidos na produção.

Salientamos que os trabalhadores mostraram dificuldades de responder quanto realmente recebem pelo trabalho desenvolvido nas unidades produtivas devido ao próprio caráter sazonal da produção (em conformidade com as

demandas do mercado) e instabilidade do pagamento por peça/produção. Assim, são dados indicativos que podem variar para mais ou para menos.

Segundo a pesquisa da FUNDAJ (2008) das unidades produtivas domiciliares (facções) pesquisadas apenas 29,3% dos trabalhadores recebiam mais de um (1) salário mínimo, diferentemente do Censo de 2000 que mostrava que 86,7% dos trabalhadores tinham um rendimento mediano de 1 salário mínimo.

Gráfico 6- Domicílios Particulares Permanentes *versus* renda domiciliar mensal *per capita*



Fonte: elaboração própria com base nos dados do censo de 2010.

Dados do último censo (2010) realizado pelo IBGE identificaram a presença de 10.185 domicílios em Toritama, desse total 386 não apresentaram nenhum rendimento; 925 domicílios apresentaram renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo⁵⁴; 2.595 domicílios apresentaram mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo; 3.380 domicílios mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo; 1.889 domicílios mais de 1 a 2 salários mínimos; 287 domicílios mais de 2 a 3 salários mínimos; 156

⁵⁴O salário mínimo no ano de 2010 correspondia a R\$ 510,00.

domicílios de mais de 3 a 5 salários mínimos e apenas 65 domicílios apresentaram mais de 5 salários mínimos.

Esses dados podem ser indicativos de que os rendimentos dos trabalhadores não vêm acompanhando o suposto desenvolvimento econômico da região. Pois 34,57% dos domicílios pesquisados no Censo de 2010 apresentaram rendimentos que variaram de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo; 38,10% apresentaram rendimento de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo e apenas 18,56% apresentaram rendimentos de mais de 1 a 2 salários mínimos.

Devemos considerar que o custo de vida dos trabalhadores que residem em Toritama é relativamente elevado, principalmente os que se referem à habitação e moradia e à total desproteção social dos trabalhadores, aliados a inexistência de políticas, serviços e equipamentos sociais. O que faz agravar ainda mais as condições de precariedade dos trabalhadores. Sobre essa questão veremos com mais detalhe no próximo capítulo.

Frente à realidade explicitada, é importante destacar a dimensão do salário por peça para produção capitalista, para isso recorreremos para as análises de Marx (2008) onde afirma que:

O salário por peça não passa de uma forma a que se converte o salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma a que se converte o valor ou preço da força de trabalho. O salário por peça dá, à primeira vista, a impressão de que o valor-de-uso vendido pelo trabalhador não é função de sua força de trabalho, o trabalho vivo, mas o trabalho já materializado no produto, e de que o preço desse trabalho não é determinado como no salário por tempo, pela fração valor diário da força de trabalho/ jornada de trabalho de determinado número de horas, mas pela jornada de trabalho de determinado número de horas / capacidade de produção do trabalhador (p.637)

E complementa que as duas formas de salário coexistem nas mesmas atividades produtivas. *“A diversidade na forma de pagamento do salário em nada altera absolutamente sua natureza, embora uma forma possa ser mais*

favorável do que outra para o desenvolvimento da produção capitalista” (Idem, p.638).

O salário por peça/produção é mais um mecanismo que o capital utiliza para aumentar a exploração do trabalhador, através da intensificação da força de trabalho e prolongação da jornada de trabalho. Pois, o trabalhador para aumentar a sua renda tende a trabalhar muito mais, visto que aparentemente o resultado do seu trabalho é o determinante direto do seu salário/pagamento.

O pagamento por peça/produção nas unidades produtivas de confecções em Toritama, por exemplo, impulsiona para que o trabalhador, responsável pela facção ou fabrico, sem consciência explore os outros trabalhadores para atingir o quantitativo de peças que devem ser produzidas e entregues. Ou seja, nessa lógica a *“exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador”* (MARX, 2008, p.640).

O salário por peça/produção estimula tanto a individualidade dos trabalhadores *“e, com ela o sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole”* (p.642) quanto à concorrência e a competição entre os trabalhadores. Pois, é mais uma forma de camuflar a exploração da relação capital-trabalho e disseminar que os trabalhadores são autônomos, livres e com iguais condições para competir no mercado.

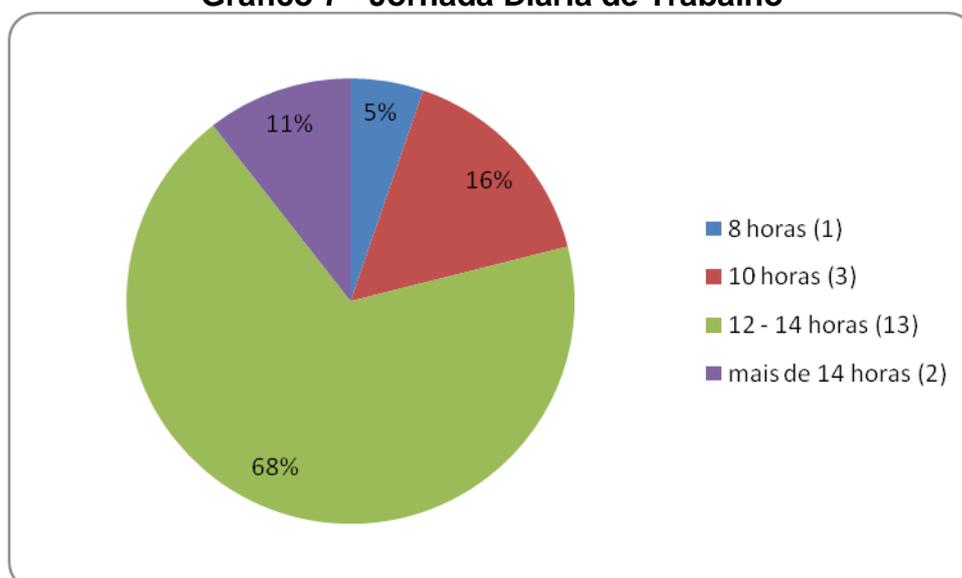
A própria competitividade entre os trabalhadores e a intensificação do trabalho reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução do trabalhador e conseqüentemente o rebaixamento dos salários de todos os trabalhadores, beneficiando exclusivamente ao capital. Tavares (2009) afirma que os trabalhadores quando *“assumem posições que contrariam os seus próprios interesses, fica evidente que estão sendo movidos pelas suas necessidades mais primárias, cuja satisfação nem de longe expressa à liberdade atribuída ao trabalho por produção”* (p.176).

Na cidade do *jeans*, as inúmeras unidades produtivas informais, praticamente uma ao lado da outra incentivam os trabalhadores a diminuir o valor das peças confeccionadas para garantir a encomenda, além de intensificar e prolongar a jornada de trabalho diária para cumprir a entrega das mercadorias. Assim:

O salário por peça é rebaixado na mesma proporção em que aumenta o número das peças produzidas no mesmo tempo, diminuindo, portanto, o tempo de trabalho empregado em cada peça. Essa variação de salário por peça, embora puramente nominal, provoca lutas constantes entre capitalistas e trabalhadores. Ou porque o capitalista aproveita o pretexto para rebaixar realmente o preço do trabalho ou porque o aumento da produtividade do trabalho é acompanhado do aumento da intensidade. Ou ainda porque o trabalhador toma a sério a aparência do salário por peça, acreditando que lhe pagam o que produziu, e não a sua força de trabalho, e por isso se opõe a uma redução salarial que não corresponde à redução do preço da mercadoria (MARX, 2008, p.645).

Na pesquisa conhecemos também a jornada de trabalho dos/as confeccionistas como mostra o gráfico logo abaixo:

Gráfico 7 - Jornada Diária de Trabalho



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa.

Apenas um (1) trabalhador respondeu que trabalha 8 horas diárias na facção; três (3) trabalhadores afirmaram que trabalham 10 horas; a maioria (14 trabalhadores) afirmou que trabalham diariamente de 12 a 14 horas na confecção e dois (2) trabalhadores mais de 14 horas por dia. Todos os trabalhadores alegaram que a jornada de trabalho varia muito com a quantidade de peças encomendadas e que depende também do próprio ritmo do trabalhador. Ou seja, quanto mais se trabalha na confecção maior é a renda, o que faz instituir a lógica de que cada trabalhador é responsável pelo seu próprio pagamento/renda. É que o “sucesso” das unidades produtivas é sinônimo de altas horas de trabalho diária.

Sobre o horário de trabalho nas unidades produtivas, dezesseis (16) trabalhadores afirmaram que eles próprios decidem o quanto querem trabalhar no dia e na semana (como o trabalho é flexível cada trabalhador tende a determina o seu horário de trabalho), apenas três (3) trabalhadores alegaram que o dono/responsável da facção é quem decidem o horário que devem chegar e sair, porém mesmo assim não são horários rígidos que devem ser sempre respeitados. Como exemplo, uma responsável pela facção afirmou que todos os trabalhadores trabalham diariamente 3 turnos 07h:30 às 12h, de 13:30 às 18h e 19h às 22h, totalizando 12 horas de trabalho diárias.

Nessa dinâmica os trabalhadores param 1h:30min, geralmente de 12h:00 à 13h:30min, para almoçar em casa ou na própria unidade produtiva, alguns relataram que às vezes o próprio dono da facção divide a refeição/alimentação dele com os trabalhadores que por algum motivo não podem ir almoçar em casa.

Quando questionados sobre a quantidade de dias trabalhados nas unidades produtivas todos os trabalhadores afirmaram que trabalham de segunda-feira a sábado, neste último no máximo até 17:00h. Observamos que os trabalhadores responsáveis/donos das facções e fabricos tendem a trabalhar mais do que os outros trabalhadores, no que corresponde a quantidade de horas e dias trabalhados. É bastante comum estes trabalharem

nos feriados e finais de semana (sábado e domingo) para conseguir dar conta de toda produção.

Como os responsáveis pelas unidades produtivas fazem o acordo e se comprometem com o empregador, que terceiriza parte ou subetapa da produção, acabam possuindo uma carga de responsabilidade maior do que os outros trabalhadores. Sobretudo, porque as unidades produtivas informais não sobrevivem sem encomendas, então fidelizar o empregador que passa ser o cliente é primordial.

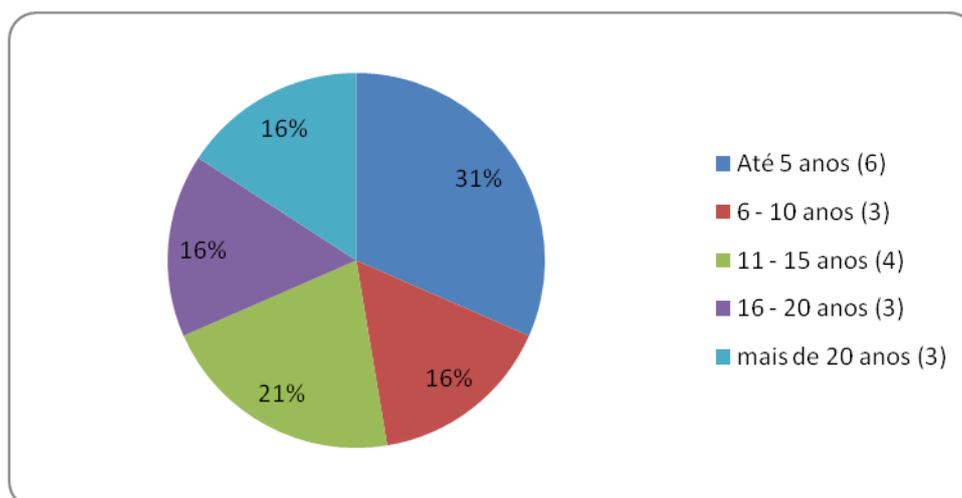
As máquinas de costura e os instrumentos de trabalho necessários para confecção das mercadorias são de propriedades dos donos das unidades produtivas informais. Alguns trabalhadores afirmaram que compraram as máquinas usadas de outras facções que fecharam, outros alegaram que parte das máquinas foi comprada através de crediário.

Assim, além de custear toda a estrutura de uma unidade produtiva os trabalhadores também possuem a despesa das mensalidades das máquinas de costura. Segundo o relato de uma trabalhadora, ela paga mensalmente R\$ 400,00 por uma máquina nova de rebater que comprou em 10 vezes. Outra trabalhadora afirmou que chegou a juntar R\$ 2.000,00 (trabalhando na confecção para abrir a sua própria facção) para dar de entrada em 10 máquinas de costura, dividiu em 12 vezes de R\$ 800,00, no momento da entrevista ainda estava com o débito. Segundo a mesma trabalhadora:

“O meu sonho é trabalhar por conta própria, comprar a casa da minha mãe e do meu filho, ter um futuro melhor. Porque um dia a gente cansa de trabalhar”.

Observamos também que as facções visitadas não tinham mais de 6 anos de existência, apesar de parte dos trabalhadores alegarem que trabalham no setor de confecções há muitos anos desde a infância e adolescência. E que antes trabalhavam em casa, em outras facções, fabricos e que depois tiveram a possibilidade de abrirem o seu próprio negócio. Segundo uma trabalhadora muitos para abrir a sua própria facção chegam a vender a casa.

Gráfico 8 - Tempo de Trabalhado no Setor de Confeccões



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa.

Sobre o tempo que os trabalhadores desenvolvem atividades na cadeia produtiva de confecções: seis (6) informaram que trabalham há 5 anos; três (3) trabalhadores entre 6 a 10 anos; quatro (4) trabalhadores entre 11 a 15 anos; três (3) entre 16 e 20 anos e três (3) trabalham há mais de 20 anos. O trabalho na confecção para muitos trabalhadores é a única experiência produtiva que possui.

Nas facções visitadas dezessete (17) trabalhadores afirmaram que não produzem e comercializam mercadorias próprias apenas uma (1) trabalhadora mostrou *shorts jeans* que confecciona nas horas vagas e vende na feira da *sulanca* por conta própria, porém não possuía ponto fixo ou banco de feira. Segundo a mesma: *“tenho vontade mais ainda não tive chance”*.

Conforme as nossas entrevistas com os trabalhadores identificamos que o processo de confecção das mercadorias de *jeans* percorre o seguinte caminho:

Figura 5 - Processo Produtivo da Confeção das Mercadorias em *jeans*



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa.

As mercadorias chegam às facções cortadas, com os modelos já definidos, para os trabalhadores costurarem (montarem) as peças e a etiqueta. Em seguida, as mercadorias saem das facções semielaboradas e seguem para “travetar” (colocar botões), lavar e tingir (nas lavanderias), “aprontar” (que corresponde à limpeza das peças, organização e embalagem das mercadorias) e, por fim, para comercialização nas grandes feiras do polo de confecções e outras regiões. Observa-se que a partir do momento que as mercadorias saem das facções (são entregues aos empregadores) os trabalhadores em domicílio já não possuem nenhuma responsabilidade e conhecimento sobre o seu destino final⁵⁵.

A maioria das unidades produtivas visitadas possui de 1 a 4 empregadores, inclusive, de outros municípios vizinhos, de fabricos e de outras facções que quarterizam a produção. Segundo um relato de uma trabalhadora sobre um empregador, dono de uma empresa regulamentada:

“faz 10 anos que trabalho para ele, como trabalho bem ele não deixa faltar mercadorias”.

Nas entrevistas os trabalhadores tinham o cuidado de não falar o nome do empregador e da empresa, com receio de que pudesse prejudicá-los. De imediato eles falavam que não sabiam de nada a respeito, que apenas uma pessoa deixava as mercadorias para costurar. Entretanto, ao longo das entrevistas, os trabalhadores informavam mais detalhes de todo processo.

⁵⁵ Todas as informações sobre o processo produtivo foram extraídas das entrevistas realizadas com os trabalhadores.

Por fim, perguntamos se os trabalhadores também desenvolviam atividades produtivas em outros municípios e todos (19 trabalhadores) afirmaram que não. Segundo relato dos entrevistados, o que alguns trabalhadores “fichados” (com carteira assinada e horário determinado de trabalho) fazem para aumentar a renda familiar é trabalhar à noite nas unidades produtivas desregulamentadas.

Quando perguntamos se conseguem trabalhar o ano inteiro nas unidades produtivas treze (13) afirmaram que sim e seis (6) trabalhadores responderam que não. Eles apontaram que a produção diminui em janeiro e nas festividades do final do ano⁵⁶, e, quando o comércio está fraco: “*se não vendem as peças a nossa produção diminui*”. No período carnavalesco as encomendas param e os trabalhadores podem passar até 1 mês sem trabalhar. Questionados sobre como sobrevivem nesse período sem trabalho e sem renda a maioria respondeu que tenta se preparar guardando parte do que ganham para garantir o sustento no período.

Nas facções que visitamos também observamos em quais condições os trabalhadores desenvolvem as atividades produtivas. É quase impossível não levar em consideração os espaços improvisados (garagens, terraços, dentro dos cômodos da casa etc.), a pouca iluminação e ventilação, os bancos feitos de madeira com retalho de *jeans*, onde muitos trabalhadores passam mais de 12 horas sentados. Nestes espaços não existe qualquer menção aos equipamentos de proteção individual (EPI) ou seu uso (como óculos de segurança e máscara).

⁵⁶ Segundo os trabalhadores os meses de alta produção são: abril, maio, junho, julho, outubro, novembro e dezembro.

Como mostra o nosso registro fotográfico:

Figura 6 - Facção



Fonte: própria

Figura 7 - Local de Costura da Facção



Fonte: própria

Figura 8 - Condições de Trabalho



Fonte: própria

Figura 9 - Entrada da Facção



Fonte: própria

Sem falar das instalações elétricas das unidades produtivas (com os fios expostos praticamente em contato com os trabalhadores), o excesso de pelos dos tecidos juntamente com muita poeira e a falta de higiene⁵⁷. Como o espaço doméstico também tornar-se o espaço produtivo os trabalhadores costumam realizar as refeições no mesmo lugar que costura. O improvisado e a total falta de espaço também geram uma desorganização dos tecidos e das mercadorias semielaboradas que são amontoados em todos os lugares, nas calçadas e na entrada dos domicílios, prejudicando o acesso ao local.

⁵⁷ Como tivemos a oportunidade de visitar as facções e passar parte do dia nelas, durante 1 semana, sentimos o quanto é ruim permanecer nas unidades produtivas. O excesso de pelo e o cheiro dos tecidos são bastante incômodos, tem momento que é difícil respirar. Apesar de pouco ouvir os trabalhadores reclamarem das condições as quais se encontravam.

As condições de trabalho dos confeccionistas deixam evidentes que a precarização e a superexploração da força de trabalho faz parte do cotidiano dos trabalhadores. O primeiro pelo próprio caráter do trabalho em domicílio, através da fragmentação da produção e de vínculos informais de trabalho pela via da terceirização, que *“trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado [...]”* (NETO & BRAZ, 2007, p. 221).

Já o segundo pela intensiva e extensiva jornada de trabalho vivenciada pelos trabalhadores aliado com o salário por peça/produção, que contribuem para que os trabalhadores aumentem o ritmo de trabalho para alcançar uma renda que atenda as necessidades de reprodução da força de trabalho. Além de rebaixar o valor do capital variável - a força de trabalho.

Assim, o ressurgimento de modalidades de trabalhos atípicos como o trabalho em domicílio, que possui a mesma função desempenhada dentro da fábrica, traz consigo mudanças que se traduzem em:

Jornadas de trabalho mais longas, que se estendem, às vezes, pela noite e aos finais de semana e feriados; em locais de trabalho improvisados; na ausência de proteção social; na diminuição do poder de reivindicação e de negociação; na superexploração do trabalho da mulher; na incorporação do trabalho infantil; e no aviltamento do salário que, a depender do número de intermediários entre a empresa e o trabalho, é significativamente menor (TAVARES, 2004, p.171).

As condições dos trabalhadores em domicílios nos mostra que a cadeia produtiva de confecções de Toritama se desenvolve mediante uma superexploração da força de trabalho, que se acentua no atual contexto de precarização do mundo do trabalho, desemprego e desproteção social. Neste cenário, os únicos favorecidos são os representantes do capital, com o aumento da produtividade e redução do capital variável e constante.

Para Boschetti (2009):

A não instituição de uma “sociedade salarial” no Brasil, que se caracterizaria pela generalização de empregos assalariados estáveis e garantidores de direitos, faz com que

aproximadamente metade da população economicamente ativa permaneça fora do mercado formal de trabalho e, portanto, sem garantia de acesso aos direitos decorrentes do trabalho, tais como salário regular, seguro-desemprego e seguro acidente de trabalho, e também daqueles da seguridade sociais condicionados a um emprego ou a uma contribuição como autônomo, tais como aposentadorias e pensões, 13° salário, salário-família e auxílio-saúde [...] (p.332).

Como exemplo, o trabalho flexível, fragmentado e desprotegido da cadeia de confecções não permite que os trabalhadores exercitem os seus direitos sociais e trabalhistas, devido ao vínculo instável e informal de trabalho aliado com a forte cultura ao empreendedorismo, via o trabalho autônomo ou por conta própria.

O que se mostra, é que famílias inteiras vivem apenas para trabalhar, pois como salientamos a produção das mercadorias em *jeans* é realizada no próprio espaço de convivência e reprodução familiar, em algumas casas só é possível encontrar máquinas de costura e nada mais. Desse modo, o trabalho familiar é de suma importância no município porque é a possibilidade real de aumentar a renda/salário já que todos os membros podem contribuir com a produção. Sobre o trabalho em domicílio concordamos com Tavares (2004) quando destaca que:

A transferência de parte da produção realizada fora das fábricas, mediante trabalho domiciliar, além de se constituir numa invasão ao ambiente familiar do trabalhador, propicia a prática de trabalho não pago, que incorpora toda família, não deixando lugar para outras dimensões humanas na vida do trabalhador (p. 171).

Outro aspecto que merece destaque é a fragilidade dos vínculos informais, visto que a contratação do trabalho em domicílio é verbal e revestida por uma relação comercial e não de trabalho. Assim, a qualquer tempo a encomenda (externalização da produção) pode ser interrompida, sem custo e risco algum para os empregadores ou intermediários (TAVARES, 2004).

Assim, desaparecem todas as obrigações do capital com o trabalho, pois a exploração do trabalhador passa a ser metamorfoseada por uma relação

entre coisas (mercadorias), mascarando a contradição capital-trabalho e a própria funcionalidade do trabalho terceirizado e fragmentado para o capital.

CAPÍTULO 3

Trabalho e Proteção Social: tendências e contradições no APL de Confecções

3.1. Breves Elementos sobre a Proteção Social Brasileira e suas Tendências Contemporâneas

O sistema de proteção social brasileiro que corresponde a nossa Seguridade Social (saúde, assistência e previdência social) como posto na constituição federal de 1988 vem sendo alvo na contemporaneidade das prescrições neoliberais em consonância com as transformações nas relações e condições de trabalho, resultado do processo de reestruturação do capital.

O que nos faz afirmar que estamos diante de um intenso processo de contrarreforma do Estado que vem sendo implementado desde a década de 90, em conformidade com as diretrizes e orientações dos organismos internacionais como exemplo, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (BEHRING, 2008; BOSCHETTI, 2010).

[...] a despeito do texto da Constituição de 1988 conter princípios que garantem a universalização da seguridade social, observamos que a emergência de novos processos políticos, ao lado do agravamento da crise econômica, gera um movimento, por parte do grande capital e da burocracia estatal, que procura negar aquelas conquistas obtidas, sob a alegação da necessidade de adequação do modelo de seguridade social às atuais reformas econômicas do país (MOTA, 2008, p.146).

Ressaltamos que o avanço da concepção de seguridade social posta em 1988 não foi suficiente para garantir efetivamente a universalização da proteção social brasileira, visto as *“características excludentes do mercado de trabalho, o grau de pauperização da população, o nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado”* (MOTA, 2006,

p.03). Porém, há de se considerar que os trabalhadores: conquistaram direitos, ampliaram o acesso aos serviços públicos e aos benefícios sociais, dentre outros ganhos sociais (Idem). Sem esquecer as limitações desse sistema na ordem capitalista, como tão bem afirma Boschetti (2009):

No Brasil, a lógica do seguro estruturou e estabeleceu os critérios de acesso da previdência e da saúde desde a década de 1923 até a Constituição de 1988. O princípio dessa lógica é garantir proteção, às vezes exclusivamente, e às vezes prioritariamente, ao trabalhador e à sua família. É um tipo de proteção limitada, que garante direito apenas àquele trabalhador que está inserido no mercado de trabalho ou que contribui mensalmente como autônomo ou segurado especial à seguridade social (p.18).

Pois, a seguridade social apesar de compor um sistema de ampliação de direitos está atualmente distante de se consolidar como sistema integral e universal de proteção social, já que no seu cerne as políticas se mostram fragmentadas, focalizadas e seletivas.

A seguridade social brasileira vem sofrendo um forte ataque das medidas neoliberais (ajustes e reformas) por meio da desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado (BEHRING, 2008). Desse modo, a intervenção estatal vem provocando um desmonte das políticas de proteção social via desregulamentação dos direitos, cortes e desvios de recursos públicos que deveriam ser destinados às políticas de seguridade social, privatizações estatais e sucateamos dos serviços e equipamentos sociais como saúde e educação.

Assim, vem se consolidando um quadro crítico no que concerne a construção e direcionamento das políticas de proteção social, trazendo consigo o aprofundamento da questão social, e a redefinição de um novo padrão de proteção social voltado para atender unicamente aos interesses do grande capital.

É importante considerar que as transformações em curso no mundo do trabalho rebatem diretamente nas políticas de proteção social. O crescimento de modalidades de trabalhos desregulamentados (terceirizados, autônomos, por conta própria etc.), revestidos pelo discurso do novo empreendedor ou do trabalho cooperado impactam diretamente nas condições de reprodução da força de trabalho e no crescimento de trabalhadores que estão à margem de qualquer política de proteção social, sobretudo, do trabalho protegido.

A lógica do trabalho flexível, instável, de modalidades de trabalho que precariza o trabalho, retira do trabalhador qualquer possibilidade de acesso às garantias sociais trabalhistas e amplia a exploração da força de trabalho favorecendo unicamente os ganhos do capital. Este com o apoio e legalização do Estado fomenta um contingente de trabalhadores - uma superpopulação relativa - disponível a qualquer tempo e condições às necessidades dos que detêm os meios de produção.

Como resultado deste cenário, vivenciamos uma regressão dos direitos sociais e o sucateamento das políticas de proteção social, ao mesmo tempo em que se consolidam estratégias políticas e econômicas em nome da inclusão social, do combate à pobreza, do incentivo ao desenvolvimento local, dentre outros, que nem de longe rompem com o processo e os determinantes da acumulação do capital e da desigualdade social ou de fato modifica as condições de vida da classe trabalhadora.

Não podemos deixar de considerar, que o “[...] *trabalho, suas condições (sob o capital) e relações (assalariado/alienado) têm centralidade na constituição dos sistemas de seguridade social. Por isso mesmo, as políticas de proteção social são referenciadas por princípios e valores da sociedade salarial [...]*” (MOTA, 2006, p.02). A crise estrutural do capital, as transformações nas relações e condições de trabalho aliadas com as mudanças na intervenção social do Estado vêm reafirmando a tendência já apontada por Mota (2008) na década de 90 qual seja: “*o movimento sincrônico de assistencialização / privatização da seguridade social*” (p.147). Os trabalhadores assalariados tornam-se agora “*cidadãos proprietários consumidores e/ou cidadãos pobres e assistidos*” (Idem).

Na atualidade, a proteção social brasileira vem apresentando duas principais tendências: a *centralização em políticas compensatórias* (*grifos nossos*) voltadas para os “pobres” ou “extremamente pobres”, através dos programas de transferência de renda e a *mercantilização dos direitos sociais* (*grifos nossos*), especialmente, os serviços de saúde e os benefícios da previdência social. Como enfatizam Tavares & Sitcovsky (2010):

O receituário neoliberal, para além das privatizações das empresas estatais, operou um dismantelamento dos sistemas públicos de seguridade social em todo o mundo e, em sua substituição, articulou um novo padrão de proteção social que combina dois movimentos: de um lado, a mercantilização de direitos sociais, de que são exemplos a saúde e a previdência social; de outro lado a expansão das ações dirigidas à extrema pobreza (vide a prevalência dos programas de transferência de renda) (p.175).

Os três pilares da lógica neoliberal (privatização, focalização e descentralização) embutidos na condução das políticas sociais se constituem em estratégias que se complementam e que objetivam “(des) estruturar os serviços públicos” (*grifos nossos*) (SOARES, 2009). Com a privatização se legitima a lógica mercantil dos direitos sociais, o consumo passa ser o elo definidor do acesso dos trabalhadores; Behring (2008) complementa que a privatização⁵⁸ cria uma *dualidade discriminatória* (*grifos da autora*) segregando aqueles que podem pagar pelos serviços e os que não, e simultaneamente favorece nichos lucrativos para o capital.

Já a focalização, toma por base critérios de seletividade entre os considerados “pobres” ou “miseráveis” para serem beneficiários dos programas e direitos sociais; e o terceiro pilar tende a ser uma mera transferência de responsabilidades para os entes federativos, instituições privadas etc. (Idem).

⁵⁸ Como exemplo a previdência complementar, a educação superior e a própria saúde que institui uma universalização excludente, visto que rompe com a uniformização e a gratuidade dos serviços (BEHRING, 2008).

[...] longe de serem medidas conjunturais e puramente técnica, as estratégias de focalização e privatização já descritas reduzem a responsabilidade do Estado com a manutenção e controle das políticas de proteção social permanentes, incorporam a individualização dos riscos, despolitizam a proteção social e reverterem a tendência para a universalização presente na trajetória do sistema de proteção social brasileiro, alterando alguns elementos constitutivos do padrão de proteção social vigente (PASTORINI & GALIZIA, 2006, p.95).

Assim, as políticas de seguridade social vêm apresentando uma intensa contradição:

Enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência social, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil (MOTA, 2008, p.133-134).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se institui um processo de privatização e mercantilização das políticas sociais se expande a centralização em políticas compensatórias⁵⁹, que tende a ser a única forma de proteção social dos trabalhadores alijados do mercado de trabalho e daqueles em situação de trabalho precário e desprotegido. Como exemplo temos a própria realidade social de Toritama, como apresentado na pesquisa de Rodrigues (2010), a predominância da política de assistência social via o programa bolsa família (PBF) como a única forma de proteção social encontrada pelos trabalhadores/confeccionistas inseridos em atividades produtivas flexíveis, precárias e desregulamentadas.

Para a autora instabilidade na renda/salário na cadeia produtiva de confecções impulsiona os trabalhadores a procurarem alternativas de acesso à renda, como por exemplo, o acesso ao abono financeiro dos programas de transferências de renda, como é o caso do programa bolsa família. Levando-a

⁵⁹ Dados socioeconômicos do país revelam que vem crescendo a alocação de investimentos governamentais nos programas de transferência monetária de combate à pobreza em detrimento de maiores investimentos em outras políticas universais, como a saúde, e estruturais como o próprio trabalho.

afirmar que “a política assistência social que foi historicamente criada para assumir um carácter eventual, passa a se tornar cada vez mais estruturante na vida das pessoas e determinante na reprodução da força de trabalho” (2010, p.263).

Sobre esta realidade, Tavares e & Sitcovsky (2010) ressaltam que:

Graças ao aumento do desemprego, ao emprego precário e à expansão do trabalho informal, os antigos sistemas de seguridade social, especialmente a política previdenciária, já não mais conseguem integrar a força de trabalho, seja ela ocupada ou excedente. Não por acaso, as agências internacionais obrigaram os países latino-americanos a realizar as reformas da previdência e da saúde, processo que foi acompanhado do incentivo à criação e proliferação dos programas de renda mínima (175-176).

Aliado a isso, o próprio cenário atual de precarização do trabalho e de contrarreformas do Estado induz uma reforma social que visa:

[...] transformar o cidadão em sujeito de direitos num cidadão-consumidor; o trabalhador num empreendedor; o desempregado num cliente da assistência social; a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios e as comunidades em células do “desenvolvimento local”, delas surgindo uma “sociedade solidária e cooperativa” (MOTA 2008, p. 31-32).

Os trabalhadores assalariados passam de sujeitos instituídos de direitos para meros clientes que devem procurar no mercado - pela via do serviço privado - o atendimento às necessidades de reprodução da força de trabalho. Na realidade de Toritama a fragmentação do trabalho na cadeia produtiva de confecções dificulta a consciência por parte dos trabalhadores de que as necessidades sociais dos trabalhadores são de ordem coletiva. Pois, quando apontadas e compreendidas enquanto insatisfações particulares/individuais perdem o seu carácter coletivo e recebem um teor mercantil e individualista.

Assim, cada trabalhador deve procurar soluções individuais para superar as dificuldades tanto de renda e trabalho (via ao trabalho autônomo ou por conta própria) quanto de acesso aos serviços e equipamentos sociais. Para

este último, a solução dominante é recorrer aos serviços privados ou, na sua impossibilidade, ficar desprotegido e sem atender às suas necessidades.

De fato, a dinâmica capitalista constrói uma sociabilidade⁶⁰ voltada para o consumo e mercantilização da vida social, onde tudo perpassa pela lógica da acumulação capitalista, trazendo consigo a desvalorização da força de trabalho (com o desemprego e a precarização do trabalho) e o estímulo de saídas individuais, que são elementos que reproduz a hegemonia neoliberal.

Cada vez mais o Estado retira a sua responsabilidade na reprodução social através de uma intervenção mínima e paliativa para o social e a desloca para os interesses do mercado, como os serviços privados de saúde, educação, habitação e na própria previdência social que se transforma no mero seguro social. Assim, o Estado propõe “*propostas e programas de reformas do setor público que privilegiam a contenção de gastos ou mesmo a redução do tamanho do Estado*” (DUARTE, 2003, p.129).

A centralização nas políticas compensatórias (materializadas nos programas de transferência de renda) além de adquirir o *status* de política estruturadora, em substituição ao trabalho estável e protegido, não retira os trabalhadores desempregados e precários da situação de pobreza e miséria, como enfatizado nos discursos governamentais. Desde modo, concordamos com Boschetti (2009) quando enfatiza que:

[...] na situação contemporânea, os benefícios assistenciais, sob a forma de programas de transferência de renda permanentes, passam a ter um papel de “substitutos” dos rendimentos dos empregos inexistentes. Essa situação atual não resolve, ao contrário, agudiza a histórica tensão entre trabalho e assistência social, pois é a ausência de trabalho/emprego que provoca a demanda pela expansão da assistência, sem que essa seja capaz de resolver a questão do “direito ao trabalho” e o direito a ter direitos, nos marcos do capitalismo. Assim, a assistência social não pode e não deve substituir o trabalho, mas pode ser um elemento intrínseco de um sistema maior de proteção social, complementar aos

⁶⁰ Para Harvey (2008) é resultado do novo movimento *compressão do espaço-tempo* que através de novas tecnologias, mudanças organizacionais e culturais modifica tanto o modo de produção, como o modo de viver, os valores, as necessidades e a própria reprodução social.

direitos do trabalho, podendo contribuir para transferir renda do capital para o trabalho (p.329).

Behring (2010) na discussão sobre fundo público⁶¹ no cenário de crise do capital e os impactos no orçamento da seguridade social nos chama atenção que o processo de contrarreforma do Estado provocou um demasiado crescimento do fundo público através de uma punção compulsória⁶² por meio de impostos, contribuições e taxas da mais-valia socialmente produzida. Todavia, podemos afirmar que ao custo da retirada de parte dos salários da classe trabalhadora, visto que estes pagam direta e indiretamente uma alta carga de impostos através do consumo de mercadorias e de serviços privados. Assim:

[...] é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriada pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções de reprodução do capital e da força de trabalho. O instrumento de punção essencialmente é o sistema tributário, e parte maior ou menor do fundo público, a depender da correlação de forças entre as classes – que tem sido desfavorável ao campo do trabalho - é sustentada pelos salários (Idem, p. 31).

Ou seja, a exploração ampliada do trabalho no capitalismo contemporâneo é complementada pela intensa exploração tributária, que chega atinge mais de 60% sobre o trabalho no Brasil (SALVADOR, 2010, p.205-229, *apud* BEHRING, 2010, p.31). É importante considerar que:

As políticas sociais, ao garantirem parte da reprodução material da força de trabalho, liberam por seu turno, parte da renda dos trabalhadores para o consumo de mercadorias. Nesses termos, as políticas sociais assumem um lugar estratégico na reprodução ampliada do capital e se constituem como parte dos mecanismos anticrise (TAVARES & SITCOVSKY, 2010, p.195-196).

Diante desta realidade, torna-se claro que o fundo público se destina a atender os interesses da classe burguesa, incidindo diretamente no sistema de

⁶¹ O fundo público atua tanto na reprodução do capital principalmente no momento de crise e na reprodução da força de trabalho, por exemplo, através das políticas sociais, assim não se alimenta apenas do trabalho excedente (mais-valia), mas também do trabalho socialmente necessário (através dos salários dos trabalhadores) (Idem).

⁶² A autora com base em Marx afirma que “*está relacionada à repartição da mais-valia socialmente produzida*” (p.20).

valorização do capital em detrimento da garantia de proteção social à classe trabalhadora, que se vê duplamente desprotegida: pelo *desemprego e ressurgimento de modalidades de trabalho precário, e pela falta de garantia de proteção social via políticas, serviços e equipamentos sociais (grifos nossos)*. Já que os gastos públicos são direcionados para atender primordialmente os interesses da acumulação capitalista.

Como exemplo, podemos citar os recursos que são destinados ao pagamento da dívida pública que *“compromete uma parcela importante dos orçamentos da seguridade social e fiscal, seja na forma de juros e encargos da dívida, seja no pagamento de amortização da dívida para o setor financeiro da economia”* (SALVADOR, 2010, p.36). Como exemplo, o orçamento da seguridade social:

[...] continua perdendo recursos de suas fontes tributárias “exclusivas” devido à transferência de recursos para o orçamento fiscal por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU). A DRU transforma os recursos destinados ao financiamento da seguridade social em recursos fiscais para a composição do superávit primário e, por consequência, a sua utilização em pagamento de juros da dívida (Boschetti e Salvador, 2006). [...] Desde a entrada em vigor da DRU, em 2000, já foram surrupados da Seguridade Social mais de R\$ 300 bilhões (SALVADOR, 2010, p.59).

Salientamos, que no ápice da crise do capital o fundo público brasileiro *“atuou no âmbito das políticas monetárias no sentido de liberar recursos para as instituições financeiras, sem quaisquer contrapartidas no sentido de manutenção ou ampliação de postos de trabalhos e dos direitos sociais”*⁶³ (Idem, p.55).

Sem dúvida, as medidas neoliberais impulsionam a transferência da responsabilidade de proteção social do Estado para o mercado, *“transformando benefícios da seguridade social em “novos produtos” da especulação financeira”* (Idem, p.60), contribuindo para ampliação da superpopulação relativa e para total desproteção social da classe trabalhadora.

⁶³ Cita como exemplo os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009) que destaca que *“93% dos desempregados brasileiros não são beneficiados com os programas anticrise, sendo um dos países em que os desempregados têm menor proteção social, apesar de os mais atingidos pela crise serem os trabalhadores”* (SALVADOR, 2010, p.55-56).

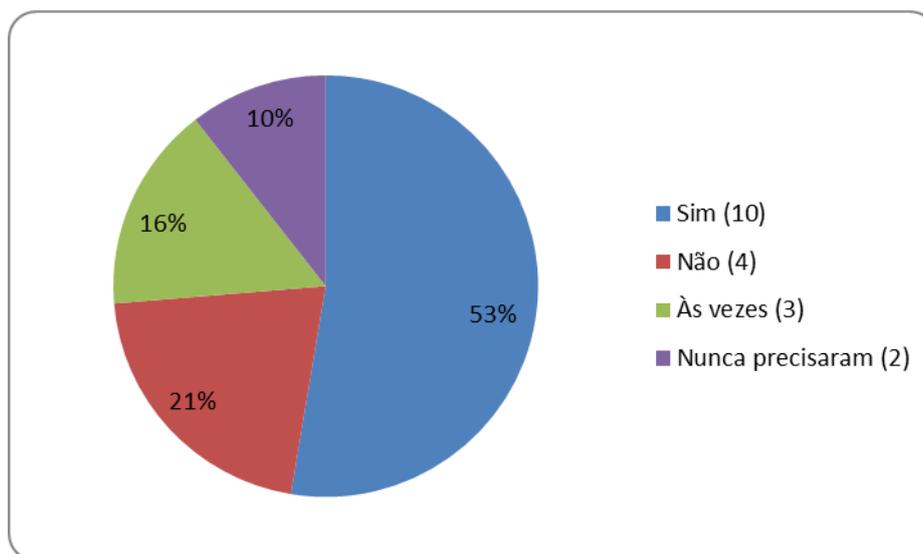
Assim, em contraposição à expansão de políticas de trabalho protegido instituem-se políticas paliativas e compensatórias que são legitimadas como saídas para as condições de pobreza e inserção precária dos trabalhadores. Aumenta-se o poder de consumo das famílias via os programas de transferência de renda ao mesmo tempo em que destrói os direitos sociais dos trabalhadores. As políticas sociais viram negócios atrativos à acumulação capitalista.

Como exemplo desta realidade, temos em Toritama a constatação de uma situação na qual mesmo integrando a um arranjo produtivo local, portanto, mesmo inserido no processo de produção, tal inserção não assegura o acesso aos mecanismos de proteção social, sendo o trabalhador o único responsável pela sua reprodução e da sua família, revelando, portanto, outra modalidade de superexploração da força de trabalho. Referimo-nos, assim, há duas situações: a da utilização de parte da sua renda do trabalho para assegurar o consumo mercantil de serviços sociais, ou à total desproteção social.

3.2. As Políticas de Proteção Social no APL de Confeccões e os Impactos para Classe Trabalhadora - o exemplo de Toritama/PE

A nossa pesquisa ao investigar o acesso dos trabalhadores/confeccionistas aos serviços, políticas e equipamentos de proteção social, mais especificamente, Saúde e Previdência Social na região nos permitiu observar aquilo que concluímos no item anterior. Sobre os serviços de saúde e o acesso dos trabalhadores que vivem em Toritama identificamos as seguintes questões:

Gráfico 9 – Acesso aos Serviços Públicos de Saúde em Toritama



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa.

Do universo de dezenove (19) entrevistados, dez (10) afirmaram que sim, têm acesso aos serviços públicos de saúde em Toritama, enquanto que quatro (4) afirmaram que não possuem acesso, enquanto que três (3) responderam que às vezes e dois (2) trabalhadores disseram nunca terem utilizado. Apesar da resposta positiva de dez (10) trabalhadores, todos ressaltaram diversas dificuldades para conseguir utilizar os serviços de saúde do município, seja no hospital, policlínica e/ou nos Postos de Saúde da Família (PSF)⁶⁴, tanto para uma simples consulta quanto para exames médicos periódicos e internações.

As principais problemáticas relatadas pelos trabalhadores foram: i) a demora no atendimento, ii) poucos profissionais da saúde e a ausência de médicos nas unidades hospitalares, iii) serviços precários e pouca oferta de exames. Nas entrevistas realizadas identificamos a gravidade da situação da saúde em Toritama que, se por um lado os trabalhadores não fazem explicitamente uma vinculação entre condições e relações de trabalho e acesso aos serviços de saúde, nos seus depoimentos revelam a precariedade que vivenciam cotidianamente, como exposto a seguir:

⁶⁴ Também conhecido pelos usuários como “postinho”.

“A saúde aqui é zero. Aqui no hospital só tem injeção e às vezes nem tem.”

É difícil hospital público. “Aqui é um lugar bom para trabalhar essas coisas assim não.”

“O atendimento não é bom. Levava meu filho para o atendimento no posto e o remédio não adiantava, eles não fazem o diagnóstico correto. Dizem que é normal e quando chego em outro município é diferente eles explicam e dizem o que precisa fazer.”

Conforme os dados da DATASUS (2012)⁶⁵ o município oferta os seguintes equipamentos e serviços de saúde:

Quadro 3 - Estabelecimentos de Saúde Públicos de Toritama - PE

Nome Fantasia	Razão Social
EACS - Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde	Fundo Municipal de Saúde de Toriama
Secretaria Municipal de Saúde de Toritama	Fundo Municipal de Saúde de Toriama
Hospital Municipal Nossa Senhora de Fátima	Fundo Municipal de Saúde de Toriama
PSF COHAB	Fundo Municipal de Saúde de Toriama
PSF Fazenda Velha	Fundo Municipal de Saúde de Toriama
PSF São João	Fundo Municipal de Saúde de Toriama
PSF Centro	Fundo Municipal de Saúde de Toriama
PSF Independente	Fundo Municipal de Saúde de Toriama
Policlínica nossa Senhora da Conceição	Fundo Municipal de Saúde de Toriama
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	Fundo Municipal de Saúde de Toriama

Fonte: elaboração própria com base nos dados da DATASUS, 2012.

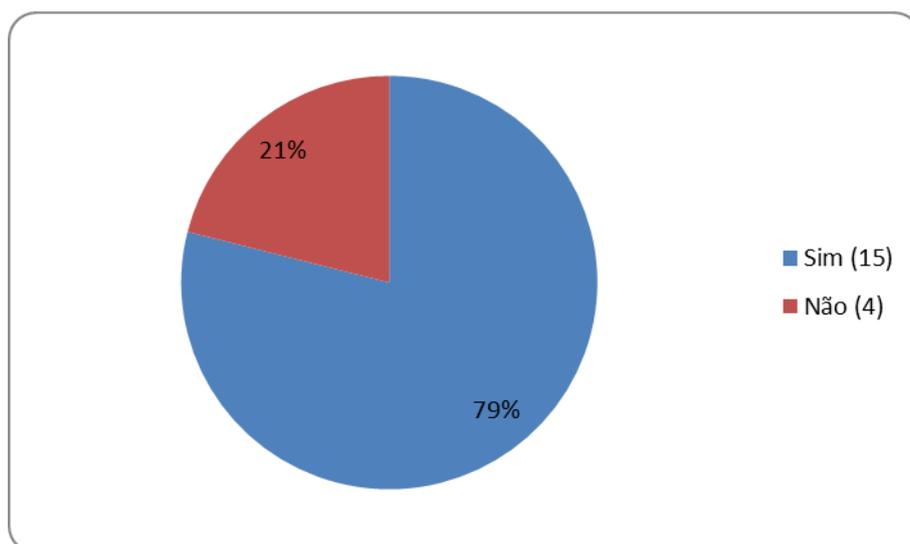
Do total de serviços ofertados em Toritama, cinco unidades (5) são Postos de Saúde da Família (PSF's) voltados para proteção básica (prevenção

⁶⁵ Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

e promoção da saúde), além de um (1) hospital com atendimento ambulatorial e hospitalar de média complexidade e uma (1) Policlínica com atendimento ambulatorial básico e de média complexidade. O trabalho dos agentes de saúde (EACS) é referenciado nos PSF's (Idem).

Frente ao crescimento demográfico no município, houve conseqüentemente, um aumento da demanda por serviços públicos de saúde, podemos afirmar que há uma prevalência de serviços básicos em contraposição à existência de uma rede de serviços de baixa, média e alta complexidade, especializados e de qualidade para atender as necessidades dos trabalhadores. A maioria dos trabalhadores alegou que no município apesar de existir um hospital não se faziam partos, assim como exames mesmo que de baixa complexidade como raios-X, etc.

Gráfico 10 – Possui Gasto com Saúde?



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa.

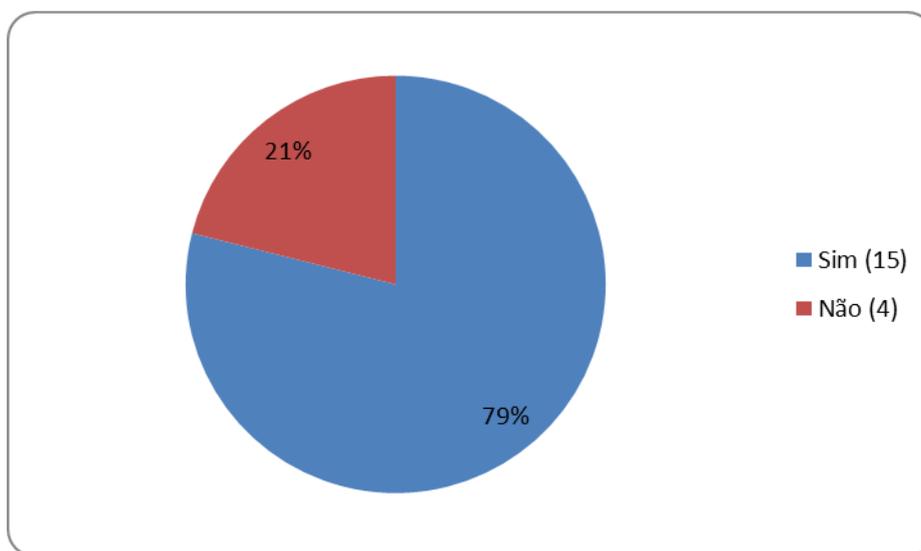
Quinze (15) trabalhadores responderam que realizam gastos com saúde (consultas, exames, cirurgias e internações e medicamentos) e quatro (4) afirmaram que não. Com base nas respostas podemos supor que parte do salário dos trabalhadores é destinada para suprir a compra ou intermediar o acesso para atendimento das necessidades de saúde do trabalhador e de toda família, visto que os serviços públicos existentes no Município são insuficientes, precários ou inexistentes. Conforme o relato dos trabalhadores, a precariedade

e o sucateamento dos serviços prestados pelos órgãos públicos fazem parte da rotina de quem vive e trabalha em Toritama.

Diante disso, os trabalhadores recorrem constantemente aos serviços privados do município e da região, inclusive revelando que houve um crescimento da oferta desses serviços na localidade/região. Os maiores gastos dos trabalhadores equivalem a consultas e exames na rede privada, cujos valores podem ir de R\$ 60,00 a R\$ 220,00 dependendo da especialidade⁶⁶.

Apesar da maioria dos trabalhadores afirmarem que gastam com serviços de saúde todos informaram que não possuem plano de saúde privado. Apenas 1 trabalhadora alegou que tem um “plano de desconto” para toda família, com um mensalidade R\$ 15,00 por mês o que lhe assegura descontos nos consultórios médicos da localidade, auxílio funerário etc. E outra trabalhadora informou que paga um plano de saúde somente para as duas filhas pequenas.

Gráfico 11 - Utiliza os Serviços de Saúde de outros Municípios?



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa

Quando perguntamos sobre a utilização de serviços de saúde (público ou privado) em outros municípios da região, quinze (15) trabalhadores

⁶⁶ Dados indicados pelos trabalhadores entrevistados na pesquisa.

responderam que sim, enquanto quatro (4) afirmaram que não. Os municípios mais citados foram: Caruaru, Vertentes, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim e Recife. Alguns responderam que o atendimento médico na rede pública dos municípios circunvizinhos é melhor se comparado com os serviços ofertados em Toritama. Entretanto, foi bastante recorrente na fala dos trabalhadores que eles optam por pagar pelo atendimento e/ou exame devido à demora na rede pública e à dificuldade para conseguir determinados exames ou médicos especializados.

É importante salientar que os trabalhadores quando precisam utilizar os serviços públicos de saúde de outros municípios realizam o deslocamento através de transporte privado (principalmente ônibus e nas conhecidas “Toyota⁶⁷”), assumindo assim todos os custos e riscos do deslocamento. Como mostra o depoimento das trabalhadoras:

“Passei mal, desmaiei no hospital (de Toritama), e o meu namorado foi quem arrumou um carro e me levou para UPA em Caruaru”.

“O atendimento em outros municípios é bem melhor”.

No geral, os pontos convergentes na fala dos trabalhadores foram: *a precariedade no atendimento, a desconfiança do trabalho da equipe médica, a falta de profissionais especializados, exames e infraestrutura adequada além da carência de medicamentos.* Todas essas informações nos levam a afirmar que a saúde em Toritama precisa urgentemente de uma intervenção pública e de investimentos, porque o descaso é aparente.

Esta realidade nos confirma a existência de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, pois a supressão de direitos e o sucateamento dos serviços públicos, aliado com a desregulamentação do trabalho em favor da flexibilização e dos ganhos do capital são exemplos de estratégias da ofensiva neoliberal em *“reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade*

⁶⁷ Carros de carga adaptados para transportar o maior número de pessoa possível.

social” (NETTO & BRAZ, 2007, p.226), favorecendo a mercantilização dos direitos dos trabalhadores para nichos lucrativos do capital.

Perguntamos também aos trabalhadores sobre suas posturas reivindicativas ou particularistas diante desde quadro de difícil acesso aos serviços públicos de saúde, inclusive se procuram alguém ou alguma instituição ou órgão do município, como por exemplo, os gestores da prefeitura, secretaria de saúde etc. Todos/as responderam que não possuem experiências quer organizativa, quer particularista no que diz respeito às suas reações e iniciativas frente à precariedade dos serviços; tampouco recorrem aos gestores, prefeito ou secretaria para reclamar, reivindicar ou solicitar providências de melhorias na saúde. Como podemos ver abaixo:

“Não, vou embora, pois não adianta. Quando o povo chega só falta bater. Escuto direto na rádio, mas eles não fazem nada.”

“Não faço nada. Volto para casa e pago por uma consulta.”

“Não, porque não adianta. Quando você é pobre passa por mentirosa. Quem tem mais palavra o pobre ou o rico?”

“Não, procuro outro hospital pago.”

“Não vejo nenhum futuro. Muitas vezes as pessoas procuram e não resolvem nada.”

“Não, quem procura é quem tem mais. Quem trabalha não tem tempo não.”

Pelos depoimentos dos trabalhadores entrevistados, a alternativa tem sido o atendimento através da rede privada. Observamos que esta iniciativa – a compra de serviços – vem fortalecendo uma cultura de descrédito nos serviços públicos, chegando mesmo a fazerem crítica à eficiência dos serviços públicos, em comparação aos privados e a não indicaram possibilidades de mudança/transformação desta realidade. Assim, tudo leva a crer que os trabalhadores em certo sentido incorporaram e naturalizaram a precariedade das condições de trabalho, de saúde e da ausência da intervenção do Estado na sua proteção social.

No tocante à previdência social, como era de se esperar frente à elevada informalidade, todos os dezenove (19) trabalhadores afirmaram que não contribuem com a previdência social. Do total, treze (13) trabalhadores responderam que nunca trabalharam com carteira assinada e muito menos tiveram a possibilidade de contribuir como trabalhador autônomo ou como pequeno empreendedor. Apenas seis (6) trabalhadores indicaram que já tiveram pelo menos uma experiência produtiva com vínculo formal de trabalho nas fábricas de confecções.

Os trabalhadores em domicílio não usufruem do 13º salário, férias remuneradas⁶⁸ e muito menos contribuem para o Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho e Serviço (FGTS), não conhecendo na prática o que é trabalho protegido e os benefícios e garantias sociais de proteção ao trabalhador.

Nos dados abaixo podemos visualizar o número de trabalhadores por setores de produção nos três principais municípios integrantes do APL de confecções. O número de trabalhadores com *vínculo formal na indústria têxtil do vestuário e artefatos e tecidos* em Toritama corresponde a 1.531. O *comércio* também bastante forte no município apresentou 1.048 trabalhadores, o setor de *serviços* 803 trabalhadores e a *administração pública* 996 trabalhadores.

⁶⁸ Alguns trabalhadores responderam que como não recebem 13º salário o dono da facção faz uma festinha no final do ano. Uma trabalhadora relatou que um empregador (que terceiriza a produção) no final do ano paga R\$ 150,00 a R\$ 200,00 a mais, mas reforça que não é 13º.

Tabela 1 - Número de Trabalhadores segundo Setores e Subsetores de Atividade Econômica - Municípios Selecionados / 2009

SETORES E SUBSETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Caruaru		Santa Cruz do Capibaribe		Toritama	
	TRAB. 31/12	%	TRAB. 31/12	%	TRAB. 31/12	%
Extrativa mineral	43	0,08	4	0,05	0	0
Indústria de Transformação	11.973	22	3.774	43	1.594	36
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.018	1,9	14	0,16	0	0
Indústria metalúrgica	262	0,49	12	0,14	4	0,09
Indústria mecânica	79	0,15	0	0	0	0
Indústria do material elétrico e de comunicações	68	0,13	0	0	0	0
Indústria do material de transporte	120	0,22	0	0	0	0
Indústria da madeira e do mobiliário	246	0,46	1	0,01	0	0
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	591	1,1	15	0,17	0	0
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. divers.	204	0,38	1	0,01	0	0
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, pe	464	0,87	16	0,18	3	0,07
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	6.610	12,35	3.628	41,44	1.531	34,09
Indústria de calçados	71	0,13	0	0	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2.240	4,19	87	0,99	56	1,25
Serviços industriais de utilidade pública	99	0,18	8	0,09	0	0
Construção civil	1.803	3,37	236	2,7	24	0,53
Comércio	16.798	31	2.238	26	1.048	23
Comércio varejista	12.611	23,56	1.687	19,27	907	20,2
Comércio atacadista	4.187	7,82	551	6,29	141	3,14
Serviços	14.446	27	995	11	803	18
Instituições de crédito, seguros e capitalização	778	1,45	60	0,69	19	0,42
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, se	3.855	7,2	391	4,47	26	0,58
Transportes e comunicações	1.767	3,3	43	0,49	8	0,18
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenç	3.560	6,65	194	2,22	701	15,61
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.864	3,48	39	0,45	5	0,11
Ensino	2.622	4,9	268	3,06	44	0,98
Administração pública direta e autárquica	8.022	14,99	1.446	16,52	996	22,18
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo v	340	0,64	54	0,62	26	0,58
Total	53.524	100	8.755	100	4.491	100

Fonte: RAIS - MTE
Elaboração: DIEESE

Fonte: DIEESE - Relatório de Monitoramento - 1 Oficina 2011 - Metas de Formalização nos Pilotos Selecionado, 2011.

Esses dados mostram a pequena parcela de trabalhadores com vínculos formais de trabalho nas fábricas de Toritama, apesar de praticamente toda população estar direta ou indiretamente envolvida na cadeia produtiva. Tal questão é reveladora da fragilidade dos controles públicos das relações de trabalho e, principalmente, da total ausência de fiscalização por parte do Estado. Mais uma vez, uma conquista mundial iniciada no Sec XIX e ampliada no Sec. XX – o direito à inatividade remunerada (aposentadoria) ou aos afastamentos compulsórios do trabalho (acidentes, doenças, etc) é desconsiderada, reforçando a nossa hipótese de uma superexploração do trabalho para além das jornadas exaustivas de trabalho.

Embora sem a pretensão de tratar do assunto nesta dissertação, caberia refletir sobre a categoria marxiana do “trabalho socialmente necessário” na

análise dessa questão e da ampliação que estamos fazendo do conceito de superexploração.

**Tabela 2 - Admitidos e Desligados no Setor Têxtil e de Confeções
- Municípios Selecionados/ 2010**

ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE)	CARUARU			SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE			TORITAMA		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
CLASSE 13111 - Preparação e fiação de fibras de algodão	1	1	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13120 - Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	0	0	0	19	11	8	0	0	0
CLASSE 13138 - Fiação de fibras artificiais e sintéticas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13146 - Fabricação de linhas para costurar e bordar	42	33	9	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13219 - Tecelagem de fios de algodão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13227 - Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	72	44	28	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13235 - Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	21	22	-1	5	0	5	0	0	0
CLASSE 13308 - Fabricação de tecidos de malha	4	1	3	1	1	0	0	0	0
CLASSE 13405 - Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	78	63	15	64	55	9	86	50	36
CLASSE 13511 - Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	42	20	22	0	0	0	1	2	-1
CLASSE 13529 - Fabricação de artefatos de tapeçaria	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13537 - Fabricação de artefatos de cordoaria	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13545 - Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 13596 - Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	98	135	-37	98	102	-4	16	13	3
CLASSE 14118 - Confeção de roupas íntimas	195	135	60	577	480	97	9	4	5
CLASSE 14126 - Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	2.243	2.054	189	1.019	836	183	530	456	74
CLASSE 14134 - Confeção de roupas profissionais	7	4	3	0	0	0	0	0	0
CLASSE 14142 - Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	191	209	-18	1	2	-1	11	33	-22
CLASSE 14215 - Fabricação de meias	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 14223 - Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotas	5	5	0	0	0	0	2	0	2
CLASSE 46168 - Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário e acessórios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLASSE 46419 - Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho	269	208	61	152	108	44	29	19	10
CLASSE 46427 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios	152	115	37	69	43	26	59	32	27
CLASSE 47814 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	1.080	912	168	179	118	61	223	184	39
Total	4.500	3.961	539	2.184	1.756	428	966	793	173

Fonte: Caged - MTE
Elaboração: DIEESE

Fonte: DIEESE - Relatório de Monitoramento - 1 Oficina 2011 - Metas de Formalização nos Pilotos Selecionado, 2011.

Esses dados mostram o quantitativo de trabalhadores contratados e demitidos por atividade econômica, vejamos o município de Toritama: em 2010 foram contratados 86 trabalhadores para desenvolver atividades no *acabamento em fios, tecidos e artefatos* e no mesmo ano foram demitidos 50, ou seja, apenas 36 trabalhadores continuaram com vínculo de trabalho. Na *confeção de peças de vestuário* foram contratados 530 trabalhadores e demitidos 456, permanecendo apenas 74 trabalhadores. Já no *comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios* foram contratados 223 trabalhadores e demitidos 184, apenas 39 trabalhadores continuaram com o vínculo de trabalho em 2010.

Estes dados são reveladores da dinâmica do mercado de trabalho em Toritama e indicam uma situação muito peculiar à cadeia produtiva de

confeções de Toritama, dadas às características do trabalho sazonal e temporário, determinado pelas demandas do mercado. Inclusive, devido à inserção produtiva de praticamente toda população na cadeia de confeções estes dados também podem indicar que os trabalhadores demitidos continuem exercendo o trabalho nas facções e fabricos através de vínculos informais de trabalho.

É importante salientar que o desemprego estrutural contribui significativamente para que trabalhadores, alijados do mercado, se submetam a trabalhos informais, em condições degradantes. Visto que os trabalhadores ficam a mercê das necessidades flutuantes do mercado, ora são chamados, ora são expulsos, compondo o exército industrial de reserva.

A pesquisa da FUNDAJ (2008) identificou que 77,1% dos trabalhadores ocupados em Toritama trabalham sem carteira assinada, 14,2% por conta própria e apenas 4,5% dos trabalhadores possuem um vínculo formal de trabalho. O que confirma que a cadeia produtiva de confeções de Toritama é movida por uma força de trabalho totalmente desprovida dos direitos de proteção social ao trabalho.

Como agravante, uma prática bastante comum nas unidades produtivas regulamentadas (relatada pelos trabalhadores) é assinar a carteira de trabalho com um valor mínimo de costureira/o⁶⁹, porém o pagamento é realizado semanalmente por produção/peça. O que pode resultar no valor maior no final do mês ou menor dependendo da quantidade de mercadorias produzidas pelo trabalhador e da demanda produtiva da fábrica/fabrico. Como estes trabalhadores possuem horário determinado de trabalho não têm, por exemplo, a alternativa de prolongar a jornada de trabalho para aumentar a renda/salário, a saída utilizada é intensificar o trabalho e/ou trabalhar à noite em outras unidades produtivas (facções e fabricos) e no domicílio.

⁶⁹ Segundo os trabalhadores o equivalente a R\$ 670,00.

É interessante destacar, que quando perguntamos sobre os direitos sociais e trabalhistas aos trabalhadores na maioria das vezes as respostas faziam vinculação aos donos/responsáveis pelas unidades produtivas em domicílios (facções ou fabricos), no sentido de que estes deveriam garantir os direitos de proteção social e não o empregador que terceiriza parte ou fase da sua produção. A lógica do APL de confecções envolve e precariza os trabalhadores de tal maneira que ao menos conseguem ter consciência de “*quem de fato explora quem*” e a quem devem reivindicar os seus direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora.

A elevada informalidade no polo de confecções de PE motivou a seleção do APL de confecções para um projeto piloto do DIEESE - “*Reduzir a Informalidade por meio do Diálogo Social (2009-2013)*”⁷⁰, juntamente com mais 3 arranjos produtivos locais (Comércio, em Porto Alegre/RS; Construção Civil, em Curitiba/PR; e Agricultura, em Morrinhos/GO). Este projeto tem a pretensão “*de promover ações coordenadas que favoreçam a formalização por meio do diálogo social e da articulação de um sistema de redes de organizações locais, nacional e regional (América Latina)*”, tendo como público-alvo “*os trabalhadores assalariados sem carteira assinada, cooperativados, conta-própria, autônomos, pequenos empreendedores*” (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2010).

O desenvolvimento deste projeto conta com recursos financeiros do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Através de ações de mobilização, sensibilização, oficinas e elaboração de um plano de ação para cada APL o projeto visa atingir 5.000 mil formalizações (de empresas, empreendimentos e trabalhadores) nos quatro (4) APLs participantes.

⁷⁰Em parceria com órgãos públicos, privados, instituições nacionais e internacionais como: BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), as Centrais Sindicais, a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Ministério da Previdência Social (MPS); o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A justificativa da importância desse projeto para os órgãos envolvidos como o Ministério da Previdência Social (MPS) é contribuir com o desenvolvimento do país, pois a informalidade é apontada como um dos principais empecilhos para promoção do desenvolvimento econômico e social. Assim, ações de enfrentamento a informalidade por meio da inclusão social e ampliação da proteção social, impactam positivamente nas condições de trabalho, nos processos produtivos e na qualidade de vida da população envolvida (Idem).

Todavia, esta informalidade ao mesmo tempo em que é apontada como obstáculo para o desenvolvimento local do polo de confecções de PE é fonte de lucro da acumulação capitalista que a todo o momento inventa, reinventa e dissemina relações de trabalho precário e desprotegido, já que diminuem os custos da produção e os custos sociais do trabalho. Além disso, não podemos esquecer que *“a informalidade não é exterior a produção capitalista. Ao contrário, é inerente a esta formação social”* (TAVARES, 2004, p.109). Inclusive, é nítido que a própria comercialização de mercadorias de vestuário a baixo custo na região - um dos seus principais atrativos - é consequência da superexploração da força de trabalho.

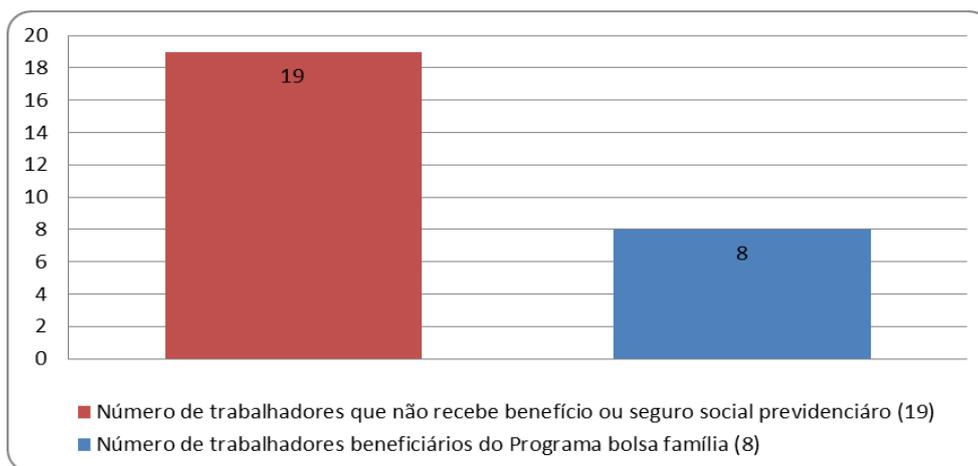
Na pesquisa também perguntamos aos trabalhadores se eles já tiveram que se afastar das atividades produtivas por motivo de saúde e 11 responderam que sim. A maioria alegou que não recebeu nenhum tipo de pagamento no período que ficou afastado/a, porque o salário é por produção/peça, sem vínculo formal de trabalho. Porém, 2 trabalhadores afirmaram que o empregador descontou os dias que ficaram sem trabalhar, apesar de estarem trabalhando com carteira assinada no período que adoeceram.

A pesquisa da FUNDAJ (2008) mostra que 26,5% dos trabalhadores em domicílios tiveram que se afastar por problemas de saúde devido ao intenso trabalho na cadeia produtiva de confecções. As principais causas para o afastamento foram problemas na coluna e articulações, alergias, complicações

respiratórias e acidentes no ambiente de trabalho. Sobre este último 11% dos trabalhadores afirmaram que já sofreram algum acidente com a utilização das tesouras e agulhas (cortes e perfurações nas mãos e dedos).

Esta pesquisa também identificou que 66,7% dos atendimentos em decorrência dos acidentes de trabalho nas unidades produtivas domiciliares foram realizados em equipamentos públicos de saúde (posto de saúde da família ou hospital), 20,5% na rede privada de saúde e 12,8% não procuraram nenhum atendimento médico/hospitalar (FUNDAJ, 2008). Contudo, mesmo a nossa pesquisa tendo um universo menor e um perfil qualitativo evidenciou-se o quanto é constante o acesso dos trabalhadores a rede privada de saúde e os gastos com consulta, exames e medicamentos, sobretudo, devido ao descaso e o sucateamento dos serviços públicos.

Gráfico 12 - Recebe algum Benefício Social?



Fonte: elaboração própria com os dados coletados na pesquisa.

Todos os dezenove (19) trabalhadores responderam que não recebem nenhum tipo de benefício previdenciário, como pensão (por morte ou especial), aposentadoria (por idade, tempo de contribuição, invalidez etc.) ou qualquer tipo de auxílio (doença, reclusão etc.) e benefício como BPC⁷¹/LOAS. No entanto, oito (8) trabalhadores alegaram que recebem uma renda familiar do Programa Bolsa Família (PBF), benefício assistencial para famílias

⁷¹ Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS).

“consideradas pobres” ou “extremamente pobres” em consonância com a renda *per capita* da família, não podendo ultrapassar $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente.

Esta realidade mostra que os trabalhadores mesmo estando inseridos em atividades produtivas continuam em situação de precariedade e no perfil de família pobre, conforme a Política de Assistência Social. Visto que, a inserção produtiva é precarizada e a proteção social é praticamente limitada aos bens e serviços de consumo privado.

Nas nossas entrevistas, oito (8) trabalhadoras relataram que tiveram que se afastar das unidades produtivas no período gestacional e seis (6) afirmaram que trabalharam todo o período. Conforme estas trabalhadoras elas continuaram trabalhando nas unidades produtivas ou levando as mercadorias/peças para o domicílio. Nesta fase, os maridos/companheiros e/ou os filhos maiores tiveram que assumir as despesas da família. Das que responderam positivamente apenas uma (1) trabalhadora afirmou que recebeu auxílio maternidade, pois no momento estava com vínculo formal de trabalho e logo depois pediu demissão para cuidar do filho e do trabalho doméstico.

No que se refere ao envolvimento e participação política dos trabalhadores em sindicatos, associações e conselhos 18 trabalhadores afirmaram que não participam de nenhuma organização política. Apenas 1 trabalhador respondeu que é integrante da Associação dos Faccionistas de Toritama. O mesmo alegou que a associação é recente (no momento da pesquisa de campo, não tinha sede e para ser membro o trabalhador desembolsa mensalmente R\$ 40,00) e que se filiou para obter descontos nas compras de insumos para confecção das peças. Já que a proposta inicial da associação é articular um conjunto de empresas para oferecer descontos e facilidades na compra de materiais, máquinas etc.

As nossas aproximações à realidade de Toritama sempre confirmaram a fragilidade política e reivindicatória dos trabalhadores, uma vez que mobilizações ou organizações dos trabalhadores são praticamente inexistentes na localidade. O trabalho intensivo e fragmentado da cadeia produtiva de

confeções corrobora para perda de identificação política enquanto classe social, somado ao trabalho dito “autônomo”. Assim, concordamos com Tavares (2004) quando afirma que:

[...] a instabilidade no emprego, ao mesmo tempo em que atinge a subjetividade do trabalhador, tornando-o cada vez mais defensivo diante da capacidade destrutiva do capital, opera também a desqualificação de suas organizações, as quais, em lugar de se contraporem a essas mudanças nas relações de trabalho, têm se aliado ao capital visando garantir a sobrevivência do trabalhador, ainda que seja mediante formas que intensificam a exploração [...] (p.178).

Acreditamos que estas condições refletiram na maioria das respostas acríicas quando questionamos as condições de trabalho e a desproteção social as quais estão submetidos os trabalhadores. Principalmente, o constante desrespeito com os direitos trabalhistas e sociais, que se expressa nas condições de trabalho dos trabalhadores e na própria precariedade das políticas, serviços e equipamentos sociais que deveriam atender as necessidades sociais dos trabalhadores.

Por fim, realizamos duas perguntas aos trabalhadores: a primeira voltada para as dificuldades para utilizar os serviços, programas e políticas sociais, especificamente a saúde e previdência social e a segunda para o que precisa ser mudado ou melhorado no município.

No geral, as respostas foram mais direcionadas para a situação da saúde e em segundo lugar para as condições precárias da educação no município. Porém, alguns trabalhadores afirmaram que seria positivo ter os direitos previdenciários assegurados, mas ressaltaram que ganham mais por produção/peça. O que revela que para os trabalhadores/faccionistas a proteção social no trabalho é sinônima de baixos salários, sem falar que os trabalhadores não têm a total garantia de que os seus direitos vão ser respeitados, já que a omissão aos direitos sociais daqueles que trabalham com carteira assinada é bem presente.

A saúde ou a precariedade da saúde em Toritama fez com que todos os trabalhadores apontassem necessidades de melhorias na gestão e execução dessa política. É evidente que os trabalhadores além de estarem inseridos em atividades produtivas desregulamentadas e desprotegidas de todas as formas, também enfrentam diariamente dificuldades para conseguir um atendimento de qualidade nos equipamentos públicos de saúde, médicos especializados, medicamentos, exames etc.

Já sobre a situação da educação em Toritama os trabalhadores apontaram o sucateamento na infraestrutura das escolas, falta de merenda escolar, de profissionais capacitados e de compromisso com a qualidade do ensino. Como podemos ver alguns relatos dos trabalhadores:

“A educação é muito pouca. Os professores não se preocupam se as crianças estão aprendendo ou não, eles querem saber de ganhar;”

“O ensino é fraco os professores são poucos qualificados;”

“Tem escola que não tem banheiro, merenda é muito ruim.”

No município há 16 unidades de educação pública (de ensino pré-escolar, fundamental e médio) com capacidade para atender 7 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos no Programa EJA⁷² (PREFEITURA DE TORITAMA, 2012).

A situação da educação é agravada devido à evasão escolar na localidade, a inserção precoce de crianças e adolescentes nas unidades produtivas de confecção é o principal fator, sobretudo, no período de alta demanda da produção, o mesmo pode-se afirmar para jovens e adultos.

Conforme dados do Ministério da Educação, Toritama se encontra 5.170º posição no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷³

⁷² Educação para jovens e adultos (EJA).

⁷³ “O IDEB foi criado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados

dentre os 5.564 municípios do país no que se refere à avaliação dos estudantes da 4ª série e 4.845 na avaliação dos estudantes da 8ª série. O que resultou no índice de 4,4, (para os anos iniciais do ensino fundamental) e 3,7 (para os anos finais) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009 *apud* PORTAL ODM).

Tudo indica que os trabalhadores em domicílio não encontram condições favoráveis para começar ou concluir qualquer curso de qualificação e formação profissional, pois as condições precárias de vida soam mais alto. Apesar de não adentrar neste aspecto na pesquisa, os trabalhadores não relataram que tiveram a possibilidade de participar de um curso profissional ou técnico, no máximo eles afirmaram que pagaram para uma pessoa ensinar a cortar e costurar ou apreenderam com a vivência familiar.

Aliado a desproteção do trabalho, os trabalhadores em domicílio vivenciam uma total precarização nas condições de vida. A insuficiência ou inexistência de políticas, serviços e equipamentos sociais públicos, reflexo da omissão do Estado para as condições gerais de vida dos trabalhadores, incide diretamente para esta realidade. Sem falar, do custo de vida destes trabalhadores que se torna bastante elevado, frente à total desproteção social. Como também indica a pesquisa da FUNDAJ (2008):

[...] Naquele município o custo de vida é relativamente alto. Os aluguéis (uma casa simples é vendida no município por R\$200.000,00) são elevados (um quarto com banheiro em uma área periférica da cidade, por exemplo, era encontrado em por R\$100,00). A água é um item escasso, o abastecimento, nesse sentido, não é regular, o que obriga os moradores a comprar o produto para satisfazer necessidades básicas como: beber, cozinhar, tomar banho (s/n).

Assim, a precarização e a desproteção social tão presente em Toritama são os principais motores para que os trabalhadores não tirem o *pé do pedal da máquina de costura e os olhos das peças de confecção*. Os trabalhadores

sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

são envolvidos cotidianamente numa intensa carga de trabalho - devido ao ritmo e prolongação do trabalho - para alcançar uma renda/salário que atenda as necessidades de reprodução da força de trabalho.

O que nos faz afirmar que na sociabilidade capitalista cada vez mais se destrói o conjunto dos direitos sociais conquistados, a começar pelos direitos dos trabalhadores, reafirmando que *“a precarização do direito virou uma norma, assim como a precarização do salário e das condições de trabalho”* (VASAPOLLO, 2005, p102).

A realidade de Toritama (integrante da dinâmica do APL) legitima a reprodução constante da pobreza dos trabalhadores, em contraposição à lógica do empreendedorismo e/ou trabalho autônomo, por conta própria, cooperado etc. tão pregoado nas propostas que defendem investimentos nos arranjos produtivos locais, para assim alcançar um patamar de desenvolvimento econômico e social e mudanças na qualidade de vida da população. Logo, concordamos com Rodrigues (2010) quando afirma que *“a busca pela ocupação, chamariz dos arranjos produtivos locais, carrega o ideário da sustentabilidade, mas tenta apagar as contradições presentes nesta proposta de desenvolvimento local [...]”* (p.248).

O núcleo da superexploração da força de trabalho se mostra real, tanto devido às condições e intensificação do trabalho (como mostra o segundo capítulo) quanto ao fato dos trabalhadores não encontrarem na gestão pública os serviços dos quais necessitam. Sendo assim, os trabalhadores são obrigados a retirarem parte da sua renda/salário para atender as necessidades sociais frente à insuficiência e o descaso público no atendimento às expressões da questão social.

Os trabalhadores superexplorados são necessários para o ciclo da cadeia produtiva de confecções informal e fragmentada, pois diminui os custos da produção, além de direcionar os riscos do trabalho para os próprios trabalhadores. Diante disso, as condições precárias de vida e de trabalho passam a ser de responsabilidade única do trabalhador, revelando que

“trabalhar por conta própria é um mote ideológico bem sucedido das empresas para um processo de transferência de riscos, de custos e de responsabilidades, tanto ambientais como sociais, para as famílias” (SANTOS; CARNEIRO & AUGUSTO, 2009, p.207).

A predominância de trabalhadores ditos “autônomos” ou “por conta própria” favorece para um total processo de desresponsabilização do Estado *“na garantia da inserção social via o direito ao trabalho assalariado e protegido, disseminando a ideia que a inserção produtiva deixa de ser uma responsabilidade da sociedade, de ordem pública, para ser vista como de ordem privada” (ALENCAR, 2007, p.110).*

O Estado ao invés de assegurar investimentos em políticas de enfretamento às expressões da questão social, - atendendo as áreas da saúde, educação, trabalho, saneamento, habitação, transporte, entre outros - e de pautar na agenda pública a prioridade nestas ações, visando um real desenvolvimento social na região, tem conferido, por exemplo, uma atenção maior nas ações de articulação de parcerias público-privadas como co-financiador de projetos ou empreendimentos voltados para impulsionar o suposto desenvolvimento econômico local.

Ou seja, o poder público cujo seu papel deveria ser central na formulação e implantação de políticas públicas é praticamente ausente e porque não dizer mínimo para o social. Fato este, que se agrava com a fragilidade política e reivindicatória dos trabalhadores frente às necessidades sociais coletivas. A intervenção social do Estado em Toritama via políticas e serviços sociais são insuficientes para atender parte da reprodução material da força de trabalho, o salário/renda do trabalhador passa a ser o único meio de acesso aos serviços sociais, como a saúde.

Neste ambiente, uma parcela de ex-trabalhadores assalariados, agora considerados “pequenos empreendedores” ou trabalhadores por conta própria se transformaram em consumidores dos serviços disponíveis no mercado, como é o caso da saúde e planos de previdência privada para os que conseguem pagar. Os demais desempregados e

desorganizados politicamente engrossam as fileiras do “mundo da pobreza” (MOTA, 2008, p.140).

Portanto, a realidade de Toritama nos expressa que no contexto de desenvolvimento de um arranjo produtivo local o que se prevalece é a total desproteção social dos trabalhadores em domicílio. Advinda das relações e condições de trabalho precarizadas e superexploradas e pela insuficiência do Estado no desenvolvimento de políticas de proteção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Na sociedade capitalista, consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho” (MARX, 2009, p.602).

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu desvendar as contradições de um modelo considerado alternativo de desenvolvimento local/regional, mais especificamente no arranjo produtivo local de confecções do Agreste Pernambucano. No cenário de crise do capital, transformações nos processos produtivos e condições de trabalho em consonância com a ofensiva neoliberal, resultando em rebatimentos destrutivos no sistema de proteção social brasileiro e mais fortemente para as condições de vida da classe trabalhadora.

O exemplo da dinâmica produtiva de confecções de Toritama, as condições de trabalho e a total desproteção social dos trabalhadores nos foram centrais para identificar e analisar as contradições e tendências na lógica do desenvolvimento local/regional via arranjos produtivos locais.

Pois, ao mesmo tempo em que a cadeia produtiva de confecções demanda uma elevada oferta de trabalho/ocupação, ela provoca uma intensa degradação nas condições de vida da classe trabalhadora. Visto que, as relações de trabalho são baseadas na prolongação da jornada de trabalho, salário por peça/produção, modalidades de trabalho atípico, condições de trabalho precário e uma constante negação e omissão das garantias sociais e trabalhistas.

A realidade de Toritama nos afirma que o desenvolvimento do APL de confecções ocorre a custo da superexploração da força de trabalho. Se os órgãos públicos e privados de defesa ao APL afirmam que há um

desenvolvimento econômico local, aliado a isto, temos um processo de empobrecimento dos trabalhadores e uma precarização total das condições de vida. Pois o próprio Estado que deveria garantir parte das condições necessárias (via investimentos em políticas, serviços e equipamentos sociais) para reprodução da força de trabalho se mostra ausente no atendimento às necessidades sociais da classe trabalhadora. Assim, o trabalho flexível, autônomo e independente vem acompanhado também da flexibilização e desregulamentação dos direitos de proteção social.

Salientamos que a pobreza e a desproteção social não são resultados de um desequilíbrio do sistema capitalista capaz de ser resolvido com o crescimento econômico. Pois, quando analisamos as condições da classe trabalhadora inserida na cadeia produtiva de confecções se reafirma o quanto esta é alimentada por uma força de trabalho superexplorada e despolitizada. Se de fato há um crescimento econômico na região, os ganhos estão centrados em uma minoria que detêm a riqueza e os meios de produção, já que mais de 90% dos trabalhadores possuem vínculos instáveis e informais de trabalho e condições de trabalho degradantes.

Enquanto uma minoria das fábricas de confecções chega a investir em maquinário e tecnologia⁷⁴, se expandem inúmeras fábricas e fabricos desregulamentados formando uma grande rede de subcontratação e terceirização de fases ou etapas do processo produtivo. Como resultado, o polo que correspondia a três principais municípios (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama) hoje integra 18 municípios que complementam a produção do polo, devido principalmente ao crescimento de fábricas, que são unidades produtivas em domicílios que realizam uma parte ou subetapa do processo de produção. Sobre isso, Lima (2009) complementa que:

⁷⁴ Segue um relato de um empresário sobre a questão citada: “na época, tudo era bem diferente, pois não havia a tecnologia de hoje. A gente corta mil e tantas calças hoje. De primeiro, cortava 100, 60, 50... Hoje não. A gente tem uma máquina que corta, tem bastante máquina que ajude a gente a produzir”. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/04/globo-ne-acompanhou-mudancas-no-polo-de-confecoes-do-agreste.html>. Acesso em: 21/04/2012. Mais detalhes vide anexo.

Essa dialética entre formas avançadas tecnologicamente e precárias na utilização do trabalho tem, no setor de vestuário, lócus privilegiado para se entender a recuperação do trabalho informal como trabalho flexível e seu crescimento num contexto de globalização da produção (p.51).

Nesta dinâmica, mesmo com as inovações e o advento de maquinários nas fábricas de confecções se predominam mão de obra intensiva nas etapas da cadeia produtiva. A descentralização da produção através das relações de terceirização torna-se um ótimo mecanismo de barateamento da produção, diminuição dos encargos sociais e trabalhistas, e desresponsabilização dos riscos do trabalho.

Deste modo, os vínculos informais de trabalho passam a ser condição intrínseca para expansão do APL advinda do aumento da exploração da força de trabalho, da redução dos custos de produção e da responsabilização do trabalhador, que se torna “autônomo”, pela sua proteção ou desproteção social. A informalidade longe de ser empecilho se mostra totalmente necessária para o desenvolvimento do APL. Pois:

Num contexto de sociedade salarial restrita como o Brasil, a precariedade do informal perde seu caráter aparentemente transitório. Sua permanência se evidencia por gerações de trabalhadores que nunca entraram no formal, mesmo que estes se constituíssem numa possibilidade de futuro. Embora os trabalhadores sempre tenham tido a autonomia como perspectiva, esta passava por projetos coletivos. Agora, foi substituída parcialmente por um *empreendedorismo pobre (grifos nossos)*, que significa a subsistência da maioria e situações pontuais de mobilidade. Isto aparece nos sulanqueiros de Pernambuco, onde alguns se tornam proprietários de “fabricos” [...]. A mobilidade social torna-se cada vez mais horizontal e geográfica, dada à gradação da precariedade nas diversas regiões e países do mundo (LIMA, 2009, p.58).

Como podemos observar na pesquisa, os trabalhadores em domicílios, para atingir um salário que atenda parte ou totalmente às necessidades de reprodução da força de trabalho, tendem a prolongar a jornada e intensificar o ritmo de trabalho para confeccionar o maior número de peças/mercadorias

possíveis, já que o salário por tempo é metamorfoseado em salário por peça (MARX, 2009).

Aliado a isto, a intervenção pública via políticas públicas nas áreas de habitação, saneamento, educação, saúde e trabalho não vem acompanhando o suposto desenvolvimento local e o próprio crescimento demográfico do município. Ou seja, além da desproteção e precariedade do trabalho os trabalhadores também não conseguem exercer os seus direitos de proteção social via políticas públicas.

Sem falar, que a atuação dos órgãos de fiscalização como: Ministério do Trabalho, Ministério Público, Polícia Federal não são suficientes para garantir o respeito aos direitos e deveres dos trabalhadores e empregadores /empresários, no que se refere, por exemplo, a proteção e segurança do trabalhador e a preservação do meio ambiente.

É interessante destacar que para os trabalhadores em domicílios estes órgãos em vez de aliados passam a serem “vilões”, já que algumas vezes impedem que façções, fabricos e principalmente lavanderias⁷⁵ continuem atuando na ilegalidade ou clandestinidade no município/região. Esta rejeição dos trabalhadores em parte é constituída pela própria condição precária de trabalho e de vida e pela fragilidade política dos trabalhadores.

Inclusive, na lógica produtiva do APL de confecções as necessidades sociais dos trabalhadores são individualizadas, cada um deve por conta própria procurar meios para garantir a reprodução da força de trabalho e da sua família. Desse modo, as estratégias dos trabalhadores são pontuais, imediatas e mercantis, via consumo de bens e serviços privados.

⁷⁵ Devido aos riscos e contaminação ao meio ambiente e a saúde do trabalhador. Por exemplo, 3 proprietários de lavanderias de Toritama foram autuados e presos (em março de 2012) porque estavam despejando resíduos diretamente no Rio Capibaribe, como as cinzas produzidas pelas caldeiras e o lodo proveniente dos tanques de tratamento de efluentes. Segundo o Ministério Público de PE (2012): “*esse material não pode ser descartado na rede de esgotos ou em corpos de água, devendo ser encaminhado a uma central de resíduos ou a um aterro sanitário*”.

A luta é no cotidiano particular de cada trabalhador, pois a ausência de reconhecimento das necessidades sociais por parte dos trabalhadores enquanto necessidades coletivas (melhoria na prestação dos serviços, investimentos nos equipamentos sociais, na implementação de políticas públicas de transporte, lazer e segurança pública, trabalho protegido etc.) corrobora ainda mais para o descaso do Estado frente às expressões da questão social no município.

Portanto, a análise da realidade de Toritama nos afirma que a lógica do crescimento econômico com desenvolvimento social que reveste a estratégia do APL de confecções traz na verdade o inverso: um suposto crescimento econômico ao custo de uma superexploração do trabalho, tanto pela prolongação e intensificação do trabalho quanto pelo fato dos trabalhadores serem unicamente cupabilizados pela situação de precariedade e desproteção social. Ou atendem as suas necessidades pela compra de serviços privados ou permanecem desprotegidos. Ora, os direitos sociais amplamente conquistados pela classe trabalhadora se metamorfoseiam em mercadorias que devem ser negociadas no mercado.

O viés ideológico do autoemprego e do empreendedorismo tão presente na cultura local/regional não passa de mais uma tentativa de aumentar a extração de mais-valia e de fragilizar o poder político dos trabalhadores, através da concepção (imbricada no fomento dos APLs) de uma *sociedade de cooperados e parceiros (grifos nossos)*, onde todos, na lógica do associativismo, devem trabalhar para garantir o sucesso produtivo do APL e conseqüentemente se beneficiar dos seus resultados voltados para mais trabalho, renda e qualidade de vida.

Todavia, em vez de autonomia e trabalho livre, em contraposição a subsunção do trabalho ao capital, se consolida modalidades de trabalho precário, informal, parcelar, por peça e desprotegido. Na lógica do desenvolvimento desigual e combinado característico da acumulação capitalista e da relação dos países periféricos (frente a sua submissão e dependência aos países desenvolvidos no processo de mundialização do

capital) naturalizar e revigorar práticas arcaicas de trabalho típicas de formações sociais pré-capitalistas é essencial para aumentar os lucros da acumulação capitalista. Assim, o velho agora é moderno, como exemplo, basta observar as políticas de emprego e renda⁷⁶ no país de enfrentamento ao desemprego. Pois:

Os países do capitalismo periférico, por sua vez, para manter o nível de competitividade e exportar suas mercadorias, devem produzir produtos a baixo custo para o capital, o que significa salários baixos e reduzida proteção e direitos sociais para classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2010, p.72).

O trabalho flexível, parcial e desregulamentado que se mostra característico do APL de confecções é aprofundado pelas transformações nas relações e condições de trabalho proveniente do processo de reestruturação e concorrência capitalista. A externalização e flexibilização da produção vêm sendo incorporada em ramos produtivos no Brasil como o de calçado e têxtil-confecções. Como nos afirma Tavares (2004):

Os ramos de produção que requerem maquinaria mais complexa fomentam o surgimento das pequenas empresas, que são encarregadas das atividades que exigem menor qualificação e de intermediar a exploração do trabalho em condições precárias para, assim, garantir um *plus* na formação da mais-valia (p.20).

A flexibilidade nas relações de trabalho no capitalismo contemporâneo, aprofundada pelas transformações nas relações e condições de trabalho no contexto brasileiro, institui uma:

[...] redefinição do papel do Estado, no sentido da desregulamentação de sua intervenção nas relações de trabalho, atribuindo ao capital e ao trabalho uma suposta igualdade de condições - uma espécie de retorno ao século XIX, que implica a evidente desvalorização da força de trabalho – para negociar, desconsiderando as conquistas históricas dos trabalhadores (BEHRING, 2008, p.226).

⁷⁶ Como aponta Soares (2010): “[...] Neste momento histórico de retrocesso social, as políticas de geração de emprego e renda parecem conformar, como as demais políticas sociais, uma política precária e focalista que não repercute em mudanças estruturais no sistema capitalista, tais como a diminuição dos elevados índices de desemprego, mas em pequenas mudanças pontuais de inserção de uma minoritária parcela do exército industrial de reserva, em formas precárias de trabalho para uma maior extração do excedente – totalmente coerente com as atuais necessidades da acumulação capitalista” (p. 289).

Assim, a flexibilização do trabalho também vem acompanhada de uma desregulamentação dos direitos e garantias sociais da classe trabalhadora. Na realidade de Toritama é visível que o poder público se torna presente em questões que impactam nos ganhos econômicos, inclusive, o empresariado local se mostra organizado e representativo, diferentemente da falta de mobilização e representação dos trabalhadores quanto aos seus direitos sociais.

Sabemos que o desenvolvimento do Nordeste do país é marcado pela informalidade e por relações e condições de trabalho precário, entretanto, que se intensifica com as transformações do mundo do trabalho. Assim, a informalidade e o trabalho em domicílio tão presente na dinâmica do APL de confecções, onde Toritama é um exemplo expressivo, nos evidenciam que a precarização aliada com a superexploração da força de trabalho se expande e se torna necessário para acumulação capitalista em contraposição ao trabalho assalariado estável e protegido.

Frente ao elevado índice de desemprego, as relações de terceirização e subcontratação são postas como alternativas de inserção produtiva e acesso à renda, pela expansão de micro e pequenos empreendimentos, trabalho em domicílio, cooperativas, trabalho autônomo, por conta própria etc. Contudo, são estratégias que elevam a exploração do trabalhador e a produtividade do capital. Os trabalhadores são submetidos a uma lógica que reproduz a sua situação de precariedade e desproteção social, reafirmando que a inserção produtiva/ocupação não é sinônima de melhores condições de vida, visto que o trabalho desprotegido aliado com baixos salários não garante condições ideais à reprodução da força de trabalho.

É importante destacar que os trabalhadores por estarem desenvolvendo atividade produtiva em domicílio e com vínculos desregulamentados as suas condições precárias de trabalho se tornam muitas vezes “invisíveis” aos órgãos e políticas públicas, como por exemplo, para Previdência Social e para Saúde no que concerne à carência de registros de acidentes de trabalho, auxílio acidente etc. Desse modo, as condições de vida dos trabalhadores são

agravadas pela própria ausência ou insuficiência de políticas de proteção social, visto que a “invisibilidade” da situação também dificulta investimento público prioritário a nível Estadual e Federal.

Sobre a dimensão do trabalho em domicílio, Tavares (2004) destaca:

O trabalho domiciliar assume um carácter familiar que cria condições de exploração impossíveis no ambiente fabril: a) por ser realizado em casas populares onde, geralmente, não se dispõe de muitos espaços, a proximidade com a atividade faz com que todos os membros da família aprendam a desenvolvê-la e, pouco a pouco, todos são envolvidos, às vezes, simplesmente, para ajudar no cumprimento da cota que foi repassada à dona de casa. Esse ambiente acaba propiciando a prática do trabalho infantil; b) dadas as múltiplas atividades da mulher, o trabalho pode se prolongar pela noite e pelos finais de semana; c) sendo uma produção doméstica, escapa à fiscalização dos organismos responsáveis pela higiene e segurança do trabalho (p.177-178).

Na cadeia produtiva de Toritama, o trabalho muitas vezes se estende até a madrugada para atender toda a demanda encomendada pelo empregador (que determina a quantidade de mercadoria que deve ser produzida, a forma de pagamento e o seu valor). A liberdade do trabalho está exatamente na possibilidade de ampliar a jornada de trabalho e de negociar o pagamento das peças de vestuários que tende a beneficiar unicamente o empregador. Com a terceirização e a fragmentação da produção cada domicílio torna-se um “departamento externo da fábrica” (MARX 1974, p.71, *apud* TAVARES, 2004, p.179), porém em condições precárias, pois o trabalhador possui todo o custo da produção desde a compra da máquina de costura e linha até o aluguel do espaço, galpão, garagem ou a manutenção do mesmo.

Como mostramos na pesquisa, o salário proveniente do trabalho é por peça/produção que pode variar de R\$ 0,03 a R\$ 0,30, o que impõe uma elevada carga de trabalho para atingir um rendimento/salário que atenda as necessidades de reprodução do trabalhador e da sua família. Além da instabilidade e sazonalidade do trabalho provocar momentos de não ocupação e ausência de renda que são agravados pela total desproteção social dos trabalhadores - pela via do trabalho e políticas públicas de proteção social.

Inclusive, os dados sobre o rendimento dos trabalhadores não indicam que o desenvolvimento local também esteja elevando a renda/salário dos trabalhadores. Na verdade, a realidade aponta uma inflexão dos salários dos trabalhadores e um indício de centralização da riqueza socialmente produzida. Contudo, podemos apontar que ampliou o consumo dos trabalhadores a bens materiais e serviços privados, mas este não pode ser considerado como um fator de redução da desigualdade social e melhoria das condições de vida. Pois, de fato os trabalhadores possuem trabalho e renda em Toritama, porém em condições que mais precariza e superexplora do que transforma a vida dos trabalhadores.

Portanto, as condições de trabalho, os mecanismos de proteção social ou a ausência deles, assim como os rebatimentos para classe trabalhadora no cenário de um APL nos foram centrais para desvendar uma realidade tão expressiva de particularidades e que suscita vários possíveis objetos de pesquisa como Toritama.

As expressões desta realidade nos guiaram na construção deste estudo que se mostra às vezes exploratório, porém de suma importância por revelar as contradições da relação capital-trabalho no Agreste Pernambucano, que se intensificam no cenário atual. Em um contexto onde a sociabilidade do capital tenta obscurecer que numa realidade considerada de “pleno trabalho” e de prioridade econômica traz na verdade rebatimentos destrutivos para aqueles que só vivem para trabalhar e são superexplorados pelos representantes do capital tanto na esfera produtiva quanto na esfera da regulação social.

Logo, confirmamos o nosso pressuposto de pesquisa: que a inexistência e/ou insuficiência das políticas de proteção social impõem que os trabalhadores retirem parte do seu salário/renda, advindos quase que exclusivamente do trabalho na confecção, para assegurar a reprodução da força de trabalho e da sua família, pois as necessidades sociais passam a ser atendidas mediante a compra/venda dos serviços e bens materiais indispensáveis à sobrevivência. O que evidencia que o atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores

desloca-se do campo do direito para ser direcionado ao mercado, fazendo com que o trabalhador passe de *sujeito de direitos* para um mero *trabalhador consumidor*.

Assim, a cadeia produtiva de confecções revestida pela proposta do arranjo produtivo local ao mesmo tempo em que demanda trabalho/ocupação também provoca uma precariedade nas condições de vida e um empobrecimento dos trabalhadores. Visto que utiliza mecanismos de superexploração do trabalho, trabalho atípico e desproteção social.

REFERÊNCIAS

ALVES. Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. Boitempo, São Paulo, 2010.

ALVES. Giovanni. **Trabalho e Estrutura de Classes no Brasil: os anos neoliberais**. In: NAVARRO, Vera, L; PADILHA, Valquíria. (Orgs.) **Retratos do Trabalho no Brasil**. Uberlândia, Edufu, 2009.

ANDRADE, Tabira S. **A Estrutura Institucional do APL de Confecções do Agreste Pernambucano e seus Reflexos sobre a Cooperação e a Inovação: o caso do município de Toritama**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba. CCSA, João Pessoa, 2008.

ALENCAR, Mônica M. Torres. **O Apoio às Pequenas Unidades Produtivas no Brasil: alternativa ao desemprego ou (des)construção do Trabalho assalariado no Brasil?**. In: FRANCISCO. Elaine M. Venzon e LIMA. Carla Cristina. (Org's). **Trabalho, Território, Cultura: novos primas para o debate das políticas públicas**. São Paulo, Cortez, 2007.

ANTUNES, R. **Anotações sobre o Capitalismo Recente e a Reestruturação Produtiva no Brasil**. In: ANTUNES, R.; SILVA, M.A.M. (Org's.) **O Averso do Trabalho**. São Paulo Expressão Popular, 2010.

_____. **Adeus ao trabalho: ? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho**. 11 Ed. São Paulo, Cortez, 2006.

ANTUNES, R. **A Era da Informatização e a Época da Informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. 538p. (Mundo do Trabalho). São Paulo, Boitempo, 2006.

BARBOSA, R.N.C. **Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Enfrentando a Informalidade no Brasil.** Informe de Previdência Social. Volume 22, nº12, Dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_110204-124527-497.pdf>. Acesso em 02/02/12.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Termo de Referência para a Política de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 14.01.2009.

BECATTINI, Giacomo. Os Distritos Industriais na Itália. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos.** Rio de Janeiro, DP & A Editora, 1999.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2 Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. **Crise do capital, fundo público e valor.** In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E.R; SANTOS, S.M.M; MIOTO, R.C.T. (Orgs). **Capitalismo em Crise, política social e direitos.** São Paulo, Cortez, 2010.

BOSCHETTI. IVANETE. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação.** CFESS, Revista Inscrita, 2009.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento (versão preliminar),** 2004. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/s_apl.asp>. Acesso em: 27/05/10.

CASSIOLATO, J; MATOS, M.P; e LASTRES, H. M.M. (Orgs). **Arranjos Produtivos Locais Uma Alternativa para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, E-papers, 2008, p. 179 – 217.

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M; e SZAPIRO, M. **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Proposições de Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ RedeSist; Nota Técnica 27, 2000.

CASSIOLATO, J.E; SZAPIRO, M. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. *In*: LASTRES H.M. M; CASSIOLATO, J.E; MACIEL, M.L. Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local, Relume Dumará Editora, julho de 2003.

CARCANHOLO, M.D. **Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no desenvolvimento periférico**. *In*: MARTINS, C.E. & VALENCIA, A.S. A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini, Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

COCCO, Giuseppe. Mobilizar os territórios produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. *In*: SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs). **Territórios Produtivos. Oportunidades e Desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro, DP&A/ SEBRAE. Brasília, 2006.

COCCO, GIUSEPPE; GALVÃO, P. Alexander; SILVA, P. C. M. **Desenvolvimento Local e Espaço Público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira**. *In*: Empresários e empregos nos novos territórios produtivos. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 1999.

CONDEPE/FIDEM; PERNAMBUCO. **2º Relatório das Diretrizes Gerais do Plano Diretor de Toritama**. Dez/2006.

DUARTE. Adriana. **O Processo de Reforma da Previdência Social Pública Brasileira: um novo padrão de regulação social do Estado.** Revista Serviço Social e Sociedade, nº 73 de 2003.

DIEESE. **Projeto de Redução da Informalidade de Micro, Pequenas e Médias Empresas por Meio do Diálogo Social.** Relatório de Monitoramento. Metas de formalização nos pilotos selecionados, Abril de 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/informalidade/oficinaMetasFormalizacao.pdf>> Acesso em 18/12/11.

FADE. **Estudo de Caracterização Econômica do Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco.** Relatório Final Apresentado ao SEBRAE-PE, Recife, 2003.

FUINI, Lucas Labigalini. **A nova dimensão dos territórios: competitividade e arranjos produtivos locais.** In: Revista Estudos Geográficos, v.1, p. 53-66, São Paulo, 2006.

FUNDAJ. **Produção Domiciliar de Artigos de Vestuário e Condições de Trabalho: um estudo sobre Toritama-PE.** Banco de dados de Pesquisa, 2008.

GTP APL. Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais / MDIC. **Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1199885181.pdf>. Acesso em: 16.05.09.

GURISATTI, Paolo. **O Nordeste Italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial.** In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander. Empresários e empregos nos novos territórios produtivos. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 1999.

HARVEY. David. **A condição Pós-Moderna.** 7 Ed. São Paulo, Loyola, 1998.

LASTRES, Helena. M.M; CASSIOLATO, José. E; CAMPOS, Renato. **Arranjos e Sistemas produtivos e inovativos locais: vantagens do enfoque.** *In:* LASTRES, Helena. M.M; CASSIOLATO, José. (Orgs). Estratégias para o Desenvolvimento: um enfoque sobre Arranjos Produtivos Locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste Brasileiros. Rio de Janeiro, E-papers, 2006, pag.13-28.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. Arranjos Produtivos Locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.** SEBRAE, novembro, 2003. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/redesist.>> Acesso em 05/03/2011.

LEMOS, Cristina; ALBAGLI, Sarita; SZAPIRO, Marina. **Políticas de Promoção de Arranjos Produtivos Locais no Brasil: Evolução recente e desafios atuais.** *In:* LASTRES, Helena. M.M; CASSIOLATO, José. (Orgs). Estratégias para o Desenvolvimento: um enfoque sobre Arranjos Produtivos Locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste Brasileiros. Rio de Janeiro, E-papers, 2006, pag. 249-265.

LIMA, Jacob. C. **A globalização da Precariedade: a informalidade em tempos de trabalho flexível.** *In:* NAVARRO, Vera, L; PADILHA,Valquíria. (Orgs.) Retratos do Trabalho no Brasil. Uberlândia, Edufu, 2009.

LIRA, Sonia Maria. **Os Aglomerados de Micro e Pequenas Indústrias de Confecções do Agreste/Pe: um espaço construído na luta pela sobrevivência.** Revista de Geografia.Vol. 23, nº 1, Recife, 2006. Disponível em <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/65>>

TAVARES, M. A; SITCOVSKY, M. **O Caráter Provisório dos Mecanismos de Reprodução da Força de Trabalho.** *In:* MOTA, A. E. (Org.) As ideologias da contrarreforma e o serviço social. Editora Universitária da UFPE, Recife, 2010.

TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987.

MÉSZÁROS. István. **Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda.** In: ANTUNES, R. (Org.) Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. 538p. (Mundo do Trabalho). São Paulo, Bointempo, 2006.

MOTA, A. E. **O Mito da Assistência Social – ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** 4 ed. São Paulo, Cortez 2008.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política:** v. I e II, Livro I. 26° Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

MARANHÃO, César Henrique. **Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social.** In: MOTA, Ana Elizabete (org.). O mito da assistência social – ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Microempresa na Era da Globalização: uma abordagem historio-crítica.** 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

MUSTAFA, P. S; BENATTI, L. P. S. **Trabalho e Necessidades: há satisfação das necessidades humanas na era do capital?.** In: SANT'ANA, R. S. (Org.)... ET AL. O Averso do Trabalho II: Trabalho, precarização e saúde do trabalhador. 1 Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

NARETTO, N; BOTELHO, M.R; MENDONÇA, M. **A trajetória das Políticas Públicas para Pequenas e Médias Empresas no Brasil: do apoio individual ao apoio a empresas articuladas em arranjos produtivos locais.** Revista eletrônica: Planejamento e Políticas Públicas, nº 27, jun/dez, 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/51/54>> Acesso em 04.08.2010.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Luanne Alves de; SOUZA, Viviane da Silva. **O arranjo produtivo local de confecção de jeans: na realidade de Toritama e as condições de vida e de trabalho da população**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social, UFPE, Recife, 2009.

OSORIO, Jaime. **Dependência e Superexploração**. In: MARTINS, C.E. & VALENCIA, A.S. A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini, Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

PASTORINI, A. e GALIZIA, S. **A redefinição do Padrão de Proteção Social Brasileiro**. Praia Vermelha, p. 72 a 93, 2006.

PORTAL ODM. **Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Relatórios Dinâmicos: indicadores municipais.

REDESIST. **Arranjos Produtivos Locais no Estado de Pernambuco: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. Nota Técnica 02**. In: Projeto - Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. Pernambuco. Disponível em <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 12/06/11.

REDESIST. **Síntese dos Resultados, Conclusões e Recomendações. Nota Técnica 07**. In: Projeto - Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. Pernambuco. Disponível em <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 12/06/11.

RODRIGUES, H. **Trabalho e Assistência Social: Estratégias de reprodução da força de trabalho no município de Toritama/PE. 2009.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, Recife, 2009.

SALVADOR, Evilásio. **Crise do capital e o socorro do fundo público.** *In:* BOSCHETTI, I; BERING, E.R; SANTOS, S.M.M; MIOTO, R.C.T. (Orgs). *Capitalismo em Crise, política social e direitos.* São Paulo, Cortez, 2010.

SANTOS, F.A. S; CARNEIRO, R.M; AUGUSTO, G.S. **O Pólo de Confecções no Agreste de Pernambuco.** *In:* AUGUSTO, L.G.S. (Org). *Saúde do Trabalhador e Sustentabilidade do Desenvolvimento Humano Local: ensaios em Pernambuco.* Editora Universitária da UFPE, Recife, 2009.

SEBRAE. APL - **Arranjos Produtivos Locais.** (Série Empreendimentos Coletivos). 44p. 1. APL. I. Título. II. Série, Brasília, 2009. Disponível em:< [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/673F16CA67FC34B98325772A0046513A/\\$File/NT00044156.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/673F16CA67FC34B98325772A0046513A/$File/NT00044156.pdf)>. Acesso em 15/10/11.

SENGENBERGER, W; PIKE, F. **Distritos Industriais e Recuperação Econômica Local: questões de pesquisa e de política.** *In:* COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander. *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos.* Rio de Janeiro, DP & A Editora, 1999.

SILVA, Gerardo. **O Quadro da Transferibilidade: ou como pensar alguns nexos com a experiência dos distritos industriais italianos (DDIs).** *In:* SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (orgs). *Territórios Produtivos. Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento Local.* Rio de Janeiro, DP&A/ SEBRAE. Brasília, 2006.

SILVA, Ivone. Maria Ferreira. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistórico.** Cuiabá; EdUFMT, 2008.

SOARES, L. Tavares. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. 3 Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

SOARES, Marcela. **As políticas de geração de emprego e renda no Brasil: o arcaico reatualizado**. In: BOSCHETTI, I; BERING, E.R; SANTOS, S.M.M; MIOTO, R.C.T. (Orgs). *Capitalismo em Crise, política social e direitos*. São Paulo, Cortez, 2010.

SORIANO, R.R. **Manual de Pesquisa Social**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2004.

TAVARES. M. A. **Os fios (in) Visíveis da Produção Capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. Cortez, São Paulo, 2004.

TAVARES, M. A; SITCOVSKY, M. **O Caráter Provisório dos Mecanismos de Reprodução da Força de Trabalho**. In: MOTA, A. E. (Org.) *As ideologias da contrarreforma e o serviço social*. Editora Universitária da UFPE, Recife, 2010.

TRANSPADINI, R.; STEDILE, J.P. (Orgs.) Ruy Mauro Marini: vida e obra. In: MARINI, R. **Dialética da Dependência, 1973**. 1. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2005.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho Atípico e a Precariedade**. 1. Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho Atípico e a Precariedade: elemento estratégico determinante do capital no programa pós-fordista**. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. 538p. (Mundo do Trabalho). São Paulo, Bointempo, 2006,

SITES:

SEBRAE-PE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <<http://www.sebrae.gov.br>>. Acesso em: 17/04/2011

RedeSist. **Rede de Pesquisas em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais**. Disponível em: < <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 07/02/2011

BRASIL.**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: <[http:// www.mdic.gov.br/](http://www.mdic.gov.br/)>. Acesso em 18/08/2011.

Agreste Notícia. **Rota do Mar Poderá Sair de Pernambuco**. Disponível em:<<http://www.agrestenoticia.com/2009/12/rota-do-mar-podera-sair-de-santa-cruz.html>>. Acesso em: 24/09/2011

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 20/02/12

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria>>. Acesso em: 06/02/12.

FUNDAJ. **Fundação Joaquim Nabuco**. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=1333&textCode=14068&date=currentDate/>>. Acesso em 04/12/11.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 12/02/12

NE10. **Rede de Notícias do Sistema Jornal do Comercio**. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/jornal/2011/01/31/not_410212.php>. Acesso em: 05/11/2011

MODA CENTER SANTA CRUZ. **O Maior Shopping Atacadista de Confecções da América Latina**. Disponível em:

<<http://www.modacentersantacruz.com.br/index.php?pg=infraestrutura&lg=pt>>.

Acesso em: 23/06/2011

NE10. **Os Gigantes do Interior.** Disponível

em:<http://www2.uol.com.br/JC/sites/alinhavando/os_gigantes_do_interior.html

>. Acesso em: 05/04/11

DATASUS. **Departamento de Informática do SUS.** Disponível

em:<[http://cnes.datasus.gov.br/Listar_Mantidas.asp?VCnpj=11073548000188&](http://cnes.datasus.gov.br/Listar_Mantidas.asp?VCnpj=11073548000188&VEstado=26&VNome=FUNDO%20MUNICIPAL%20DE%20SAUDE%20DE%20)

[VEstado=26&VNome=FUNDO%20MUNICIPAL%20DE%20SAUDE%20DE%20](http://cnes.datasus.gov.br/Listar_Mantidas.asp?VCnpj=11073548000188&VEstado=26&VNome=FUNDO%20MUNICIPAL%20DE%20SAUDE%20DE%20)

> Acesso em: 27/03/2012

PERNAMBUCO. **Prefeitura de Toritama.** Disponível

em:<<http://www.toritama.pe.gov.br/portal1/municipio/noticia.asp?ildMun=10012>

[6174&ildNoticia=231145](http://www.toritama.pe.gov.br/portal1/municipio/noticia.asp?ildMun=10012)>. Acesso em 10/01/12.

BRASIL. **Ministério da Previdência Social.** Disponível

em:<<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em: 15/02/12.

Globo NE. **Globo NE Acompanhou Mudanças no Polo de Confeções do Agreste.** Disponível em:

<[http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/04/globo-ne-acompanhou-](http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/04/globo-ne-acompanhou-mudancas-no-polo-de-confeccoes-do-agreste.html)

[mudancas-no-polo-de-confeccoes-do-agreste.html](http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/04/globo-ne-acompanhou-mudancas-no-polo-de-confeccoes-do-agreste.html)>. Acesso em: 21/04/2012

Ministério Público de PE. **Lavanderias Punidas por Poluição.** Disponível em:

<http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/clipagem20121603_lavanderias>. Acesso

em: 20/03/12

FUNDAJ. **Fundação Joaquim Nabuco.** Disponível em:

<[http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationS](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=1333&textCode=14068&date=currentDate)

[ervlet?publicationCode=16&pageCode=1333&textCode=14068&date=currentD](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=1333&textCode=14068&date=currentDate)

[ate](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=1333&textCode=14068&date=currentDate)>. Acesso em: 12/04/2011

ANEXO A - BID e Pernambuco iniciam cooperação para promover arranjos produtivos locais do Estado

Notícia publicada às: 06/07/2011

O projeto será executado em parceria com o Sebrae estadual e a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco.

6 de julho de 2011 - O Estado de Pernambuco investirá US\$ 16,7 milhões para impulsionar a competitividade de empresas estruturadas no âmbito de arranjos produtivos locais (APLs). O contrato foi assinado no início da semana.

Com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a iniciativa vai apoiar o desenvolvimento de mecanismos de produção e difusão de inovações e de articulação entre as empresas e instituições previstas no programa.

O representante do BID no Brasil, Fernando Carrillo-Flórez destacou que os APLs devem responder ao mercado e aos desafios que enfrentam as micro e pequenas empresas para serem capazes de competir em uma economia globalizada.

“A definição das políticas e das intervenções para melhorar a competitividade dos APLs podem desencadear uma série de impactos positivos para o bem-estar da sociedade e o meio ambiente local. Neste sentido, o Estado de Pernambuco tem todas as condições para o desenvolvimento deste tipo de projeto”, disse.

O projeto compreende quatro frentes de ação, com o desenvolvimento de um modelo público-privado de apoio à competitividade dos APLs; a implementação dos Planos de Melhoria da Competitividade dos APLs; a aplicação estratégica de tecnologia da informação e comunicação (TICs); e o sistema de acompanhamento, avaliação e identificação das lições aprendidas.

A partir desta iniciativa, espera-se que as empresas beneficiadas em cada APL possam aumentar suas vendas, lucros e produtividade, assim como melhorar seus processos tecnológicos e produtos oferecidos.

Os investimentos previstos compreendem US\$ 10 milhões do Banco e contrapartida de US\$ 6,7 milhões do Estado. O projeto estará a cargo da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco, responsável pela execução das iniciativas previstas.

O projeto será executado em parceria com o Sebrae estadual e a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco.

Fonte: <[http:// www.ultimoinstante.com.br](http://www.ultimoinstante.com.br)>

ANEXO B - Indústria têxtil e de confecções ganham conselho em Pernambuco

24.02.2011



Aluísio Moreira/SEI

Quase 4.500 estabelecimentos do setor têxtil e pontos formais de venda e produção de confecções que juntos geram mais 25 mil empregos. Esses são os maiores beneficiados com a instalação do Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções em Pernambuco, anunciado hoje (24/02) durante a primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções, comandada pelo governador Eduardo Campos.

Uma Organização Social, sem fins lucrativos, passa a integrar o Plano Estratégico da cadeia e vai funcionar como núcleo gestor. Na sua composição, representantes de secretarias estaduais, Federação das Associações Comerciais de Pernambuco (Facep), Petroquímica Suape, Sindicatos da Indústria do Vestuário (SindVest) e da Indústria de Fiação e Tecelagem (SindTêxtil), que terão a responsabilidade de integrar o setor, avaliar, monitorar a execução das atividades e realizar projetos de desenvolvimento, com a proposta de um Plano Estratégico que garanta o sucesso das ações.

No Palácio do Campo das Princesas, local da solenidade, o governador lembrou que várias sugestões foram incorporadas ao Plano que tratar também de obras e ações estruturadoras. “Quando a gente pensa coletivamente, não inventa moda. Quando a gente vai na fonte de quem já pensou e estudou sobre o assunto, e a gente elenca, coloca em ordem as tarefas, a tendência é a gente acertar mais do que errar”, disse.

Instituído por meio do decreto nº 33.339, em abril de 2009, e coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC), o Conselho é resultado do Fórum Estratégico de Competitividade da Cadeia T&C. Para o presidente da Associação Comercial e Industrial de Toritama, Luciano Farias, a iniciativa é louvável: “O governador demonstra disponibilidade ao promover uma reunião com essa amplitude. É um importante passo para que o Estado sinta as nossas carências e atue nelas. Nenhum outro governante estendeu a mão assim para nos ajudar”, disse Farias.

Estilista e sócia da marca Movimento, especializada em moda praia, Tininha da Fonte acredita que esse será um incentivo a mais para a ascensão da indústria têxtil pernambucana. “Moda é cultura. É com essa preocupação que o Governo do Estado trabalha para melhorar e incentivar essa cadeia, que certamente vai beneficiar tanto a formação de novas grifes como a geração de empregos”, garantiu.

Os 35 municípios beneficiados pela cadeia têxtil receberão escolas de referência onde poderão qualificar a sua mão de obra. Já as empresas vão ter mais apoio para consolidar as suas marcas, ganhar inserção comercial, competitividade, aumentar o leque de produtos. Tudo isso será feito em parcerias com sindicatos, associações, municípios, e com o núcleo gestor.

Alguns projetos já estão em andamento como o Centro de Referência da Moda Pernambucana, em Jaboatão dos Guararapes. Fruto de um convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Petroquímica Suape no valor de R\$ 1, 9 milhão, abriga um programa de incubação de empresas de designers e estilistas.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Geraldo Júlio, destacou que o principal objetivo agora é “consolidar Pernambuco como o estado mais competitivo do País, tendo como foco prioritário a interiorização do desenvolvimento”.

“A sorte conspira a favor de quem trabalha muito. E o governador tem feito muito no sentido de desenvolver o interior. A ação também reflete o interesse que o senhor tem de fortalecer essa vocação natural da nossa gente”, disse o presidente da Federação das Associações de Pernambuco, Djalma Cintra Júnior.

Fonte:<<http://www2.pe.gov.br/web/portal-pe/exibir-noticia?groupId=199430&articleId=573542&templateId=206875>>

ANEXO C - Agefepe concederá R\$ 1 milhão em crédito para micros e pequenas empresas do setor têxtil

Notícias do Portal da Transparência

18/01/2012 - Agefepe concederá R\$ 1 milhão em crédito para micros e pequenas empresas do setor têxtil

Objetivo é fazer elas participem do processo de confecção de fardamentos escolares da rede pública estadual

A Agência de Fomento do Estado de Pernambuco (Agefepe), ligada à Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, anunciou, na tarde desta terça-feira (17), operação para conceder financiamento a micros e pequenas empresas do setor têxtil a fim de inseri-las na confecção dos 2,2 milhões de uniformes escolares consumidos pela escolas da rede pública estadual de ensino.

O dinheiro será gerenciado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Arranjo Produtivo do Vestuário (Ideavest). Na prática, ele será responsável pela seleção e pelo repasse às empresas selecionadas. Há atualmente 200 micros e pequenos empresários em potencial para receber o crédito.

As condições de pagamento envolvem juros de 1,8% e prazo de pagamento de 120 dias. Os fardamentos devem estar pronto para o início do ano letivo, entre o fim de fevereiro e o começo de março. Serão beneficiados os municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Toritama, Surubim, Caruaru e São Caetano.

Fonte: <<http://www2.portaltransparencia.pe.gov.br/web/portaldatransparencia/exibirartigo?companyId=communis.com.br&articleId=7047>>

21/04/2012 22h02 - Atualizado em 21/04/2012 22h02

Globo NE acompanhou mudanças no polo de confecções do Agreste

Nos últimos 10 anos, desafio é agradar clientes cada vez mais exigentes. No domingo (22), a emissora comemora 40 anos de fundação.

Do G1 PE

1 comentário

Neste domingo (22), a Globo Nordeste completa 40 anos de fundação. Durante toda esta semana, foram exibidas reportagens especiais para comemorar a data com histórias que continuam atuais, fatos e personalidades inesquecíveis. Na última reportagem, o NETV 2ª mostrou, neste sábado (21), as mudanças provocadas pela tecnologia no polo de confecções do Agreste, nessas últimas quatro décadas.

Nos últimos dez anos, um dos desafios dos empresários do setor têxtil do estado tem sido agradar os clientes, que estão cada vez mais exigentes. Se antes a principal preocupação deles era o valor da peça, agora quem comprar pensa também dos detalhes. Por isso, as fábricas estão investindo pesado na contratação de profissionais da área de moda.

O setor de criação de uma fábrica visitada pela equipe de reportagem, por exemplo, tem cinco profissionais, entre estilistas, designers e modelistas. Eles são responsáveis por desenhar peças com mais informação de moda. “Nós conseguimos fidelizar o cliente, agregando valor ao produto e, obviamente, fazendo com que as vendas continuem acontecendo o tempo todo. Se você faz um produto muito repetido, termina não conseguindo se manter no mercado, porque hoje o cliente busca um produto que tenha o preço justo, mas que ele tenha um diferencial de moda e que isso possa trazer para ele uma confiança de que ele está ‘linkado’ com o que está acontecendo no mercado mundial”, opina o empresário Edson Tavares.

José Dioclécio também é empresário do setor têxtil e conta com três lojas, uma fábrica e uma lavanderia. Ao todo, são 135 funcionários produzindo 30 mil peças por mês, que vão para todo o Brasil e Estados Unidos. Ele começou com um banco na Feira da Sulanca de Caruaru, no Agreste de Pernambuco.

Na época, tudo era bem diferente, pois não havia a tecnologia de hoje. “A gente corta mil e tantas calças hoje. De primeiro, cortava 100, 60, 50... Hoje não. A gente tem uma máquina que corta, tem bastante máquina que ajude a gente a produzir”, diz o empresário.

Assim como ele, foram muitos os comerciantes que começaram a negociar com roupa na Feira

da Sulanca. Reportagens mostraram essa evolução do polo de confecções do Agreste. Em Caruaru, até o início dos anos 90, a feira funcionou no centro do município. Em 1992, foi transferida para o Parque 18 de Maio, uma área de 18 hectares, também no centro da cidade. São 10 mil barracas que recebem 50 mil pessoas toda semana e movimentam R\$ 40 milhões.

Outro município que faz parte do polo de confecções do Agreste é Santa Cruz do Capibaribe, onde a feira começou com a venda de retalhos de helanca que vinham do sul do país, por isso o termo 'sulanca'. A feira também era no centro da cidade. Em 2006, se mudou para o Moda Center Santa Cruz, um lugar fechado. O destaque da cidade são as peças de malha.

Em Toritama, às margens da BR-104, tem o Parque das Feiras, cujo foco principal é o jeans, que é produzido por 122 lojas. São 880 boxes e 10 mil compradores por semana. “Eu vim de Maceió, Alagoas, saber sobre os preços, saber se é melhor para comprar. Fui atraído pelo preço, mas o polo também é bom”, afirmou o comprador Marcelo José dos Santos.

Fonte:<<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/04/globo-ne-acompanhou-mudancas-no-polo-de-confecoes-do-agreste.html>>

ANEXO E - (JC - Cidades) Lavanderias punidas por poluição

Sexta-feira, 16 de março de 2012

(JC - Cidades) Lavanderias punidas por poluição

Caruaru -Três proprietários de lavanderias em Toritama, no Agreste, foram presos em flagrante por despejar resíduos contaminados no Rio Capibaribe, que corta o município. Eles foram detidos durante fiscalização conjunta realizada anteontem pelo Ministério Público, CPRH, Ministério do Trabalho, Polícia Federal e Corpo de Bombeiros. Para protestar contra as prisões, os proprietários das 54 lavanderias da cidade fecharam as portas ontem. No fim da tarde, os acusados, que não tiveram os nomes divulgados, pagaram fiança e vão responder ao processo em liberdade.

“Eles foram presos em flagrante porque estavam despejando resíduos sem tratamento diretamente no Rio Capibaribe. Os proprietários também foram autuados pelo Ministério do Trabalho por colocar em risco a saúde dos trabalhadores”, disse o coordenador de fiscalização das lavanderias do Ministério do Trabalho, Paulo Mendes de Oliveira.

Segundo ele, essa foi a segunda operação conjunta realizada nas lavanderias de Toritama. Na primeira, que aconteceu em dezembro do ano passado, a equipe interditou uma lavanderia, mas ninguém foi preso. De acordo com os órgãos de fiscalização, os proprietários descumpriram um termo de ajustamento de conduta que existe desde 2003. “Operações como esta também vão acontecer em outras cidades que possuem muitas lavanderias, como Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe”, acrescentou.

Para protestar contra a prisão dos três empresários da confecção, proprietários das 54 lavanderias que existem legalmente em Toritama fecharam as portas dos seus estabelecimentos. “Vamos parar por tempo indeterminado. E se as lavanderias de Toritama fecham, o polo de confecções para. As feiras e o comércio param”, adverte o secretário de Desenvolvimento de Toritama e um dos diretores da Associação Comercial e Empresarial de Toritama (Acit), Nieliton Martins.

Ele afirma que a categoria não é contra a fiscalização, mas argumenta que a ação não poderia resultar em prisões. “O governo do Estado também descumpe o termo de ajustamento de conduta, pois não faz o tratamento biológico do esgoto que vai para o Rio Capibaribe. E qual a medida tomada contra o governo?”, questiona.

Entre os resíduos que resultam dos processos e operações das lavanderias estão as cinzas produzidas pelas caldeiras e o lodo proveniente dos tanques de tratamento de efluentes. Esse material não pode ser descartado na rede de esgotos ou em corpos de água, devendo ser encaminhado a uma central de resíduos ou a um aterro sanitário.

Fonte: <http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/clipagem20121603_lavanderias>

APÊNDICE A – Roteiro da Pesquisa de Campo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DA PESQUISA DE CAMPO

I. PERFIL DO ENTREVISTADO:

- Nome: _____

- Faixa Etária: 18-24 25-31 32-40 41-50 51-60 mais de 60 anos

- Escolaridade: _____

- Naturalidade: _____

- Mora no município? Sim Não

- Mora há quantos anos? 1 a 2 anos 3 a 5 anos 6 a 8 anos mais de 10 anos mais de 20 anos Outro: _____

Bairro: _____

II. TRABALHO E RENDA:

(pode marcar mais de uma alternativa)

- Local (s) de trabalho: Fação Fabrico Indústria de Confeção Domicílio
Lavanderia Agricultura Comércio Prefeitura
Outro: _____

- Vínculo empregatício com: Carteira assinada Sem carteira assinada

- Função ou atividade (s) desempenhada (s): _____

- Remuneração/salário: por peça/por produção por tempo de trabalho por dia de
trabalhado por semana por quinzena por mês
Outro: _____

- Renda do trabalhador: menos de um salário mínimo 1 salário mínimo 2 a 3 salários mínimos 4 a 5 salários mínimos Mais de 6 salários mínimos
Outro: _____

- Jornada de trabalho: 8h 10h 12h 14h Outro: _____

- Como é definido o tempo que deve trabalhar para produzir as mercadorias?

- Os instrumentos de trabalho: são próprios alugados cedidos do empregador
Outro: _____

- Há quanto tempo (anos e meses) trabalha na confecção? _____

- Trabalha diariamente? Sim Não

- Trabalha por conta própria e comercializa as mercadorias? E também confecciona para outras pessoas/empresas?

Sim Não _____

- Como se realiza o processo de confecção e comercialização da mercadoria? (quem entrega a mercadoria, define a quantidade, preço das peças, onde comercializa etc.)?

-Trabalha em outro município também? Sim Não Caso sim: onde _____ em qual(s) atividade(s): _____

- Trabalha os 12 meses do ano? Sim Não

Caso não, por quê? _____

III. ACESSO AOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL: SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL:

***SAÚDE:**

- Quando precisa de atendimento médico consegue ter acesso aos serviços públicos de saúde do próprio município? Caso não, por quê? _____

- Possui gasto com saúde? (Exames, medicamentos, consultas, cirurgias etc.)

Sim Não Quais: _____

- Possui plano de saúde privado? Sim Não

Caso sim, por quê? _____

- Gasta uma média de quanto por mês? _____

- Utiliza serviços de saúde de outros municípios? Sim Não Caso sim, Via articulação com a secretaria de saúde e com o transporte da prefeitura Por conta própria e transporte particular Outro: _____

- O que faz quando não consegue o acesso aos serviços de saúde? Procura alguém ou alguma instituição do município? (*secretarias, gestores, prefeito, associações* etc.).

* PREVIDÊNCIA

- Contribui para a previdência social? Sim Não Caso sim, em qual condição?

Trabalhador assalariado (empregado) autônomo (contribuinte individual)

Outro _____

- Mas, já contribuiu? Sim Não Caso sim, em qual condição?
_____ E onde? _____

- Já teve que se afastar do trabalho por causa de problemas de saúde? Sim Não

- Recebeu pelos dias não trabalhados? Sim Não Por quê? _____

- Recebe algum tipo de benefício?

BPC pensão aposentadoria auxílio reclusão Outro: _____

- Trabalha nos finais de semana e feriados? Sim Não

- Recebe pelos dias trabalhados? Sim Não Por quê?

- Tira férias de trabalho durante o ano? Sim Não Por quê?

- Recebe 13º salário? Sim Não

- É filiado há algum sindicato? Sim Não Como, por exemplo, o sindicato Rural?

- Já precisou se afastar das atividades produtivas devido à gravidez? Sim Não

- Recebeu algum tipo de pagamento ou auxílio (licença maternidade) pelo período que passou afastada? Sim Não

- Nos períodos que ficou afastada ou não teve condições de trabalhar (por motivo de doença, gravidez etc.) o que fez para garantir o sustento/manutenção da família?

IV. Na sua percepção, quais são as principais dificuldades para utilizar os serviços, programas e políticas sociais no município, sobretudo, saúde e previdência social? Por quê?

V. O que precisa ser mudado/melhorado no município? Por quê?

VI. Outras informações e observações:

Data __/__/__

Responsável pela entrevista: _____

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Informado

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Prezado (a),

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar na condição de voluntário(a) da pesquisa intitulada: *Trabalho e Proteção Social na Experiência do Polo de Confeções de Pernambuco – os fios dessa relação*, que está sendo desenvolvida pela Mestranda - aluna da pós-graduação em Serviço Social da UFPE - Viviane da Silva Souza, RG: 6278338 - SDS/PE, sob orientação da Profa. Dra. Ana Elizabete Mota.

Temos como objetivo “analisar as condições de trabalho dos trabalhadores inseridos na cadeia produtiva de confeções do município de Toritama-PE e os rebatimentos da inserção produtiva dos trabalhadores no exercício aos direitos de Seguridade Social, como Saúde e Previdência Social”. Para este fim, temos a pretensão de realizar entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores que desenvolvem atividade produtiva em domicílio. A entrevista abordará questões como: perfil do entrevistado; trabalho e renda e o acesso aos serviços de Proteção Social, sobretudo, Saúde e Previdência Social.

Salientamos que a sua participação será de forma voluntária, sem a existência de qualquer forma de pagamento. Assim, a qualquer momento poderá desistir de participar da pesquisa. A identificação na pesquisa será preservada pela pesquisadora no momento de divulgação e socialização das informações garantindo o anonimato do participante.

Desde já agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações através do telefone (081) 9164-1841 ou via e-mail: vivisilvas@gmail.com
- Responsável: Viviane Souza

Eu _____, identidade de nº _____, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa, e concordo em participar voluntariamente da mesma.

Assinatura do entrevistado (a)

Viviane da S. Souza

Toritama/PE _____ de novembro de 2011